



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Kátia Pires Gonçalves

**Em nome das UPPs**

**Uma análise das representações midiáticas sobre a ocupação  
da favela da Rocinha**

Rio de Janeiro

2012

Kátia Pires Gonçalves

**Em nome das UPPs**

**Uma análise das representações midiáticas sobre a ocupação da favela da  
Rocinha**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de massa, Cidade e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G635 Gonçalves, Kátia Pires.  
Em nome das UPPs : uma análise das representações midiáticas  
sobre a ocupação da favela da Rocinha / Kátia Pires Gonçalves. – 2012.  
147 f.

Orientador: Ricardo Ferreira Freitas.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social.

1. Jornais brasileiros – Teses. 2. Segurança pública – Teses. 3.  
Análise do discurso – Teses. I. Freitas, Ricardo Ferreira. II. Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 070.433(815.3):304

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Kátia Pires Gonçalves

**Em nome das UPPs**

**Uma análise das representações midiáticas sobre a ocupação da favela da Rocinha**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de massa, Cidade e Representação Social.

Aprovada em 24 de setembro de 2012.

Banca Examinadora:

---

Professor Dr. Ricardo Ferreira Freitas (Orientador)  
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

---

Professor Dr. João Maia  
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

---

Professor Dr. Eduardo Murad  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2012

## DEDICATÓRIA

A minha família, com todo o amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Professor Doutor Ricardo Ferreira Freitas, pelo carinho com que me acolheu, incentivou e me guiou nesses primeiros passos da pesquisa acadêmica. Sua generosidade me comove, sua confiança me estimula, seus conhecimentos me inspiram. Amigo para toda a vida.

Ao professor Doutor João Maia, novo amigo, pelos ensinamentos e apoio em todas as horas.

Ao professor Doutor Eduardo Murad, que carinhosamente aceitou participar da banca examinadora.

À Sandra Horta, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, por se dispor a dividir seus conhecimentos e experiência, orientando-me no importante trabalho de levantamento bibliográfico.

A meu marido, pelo amor, carinho e confiança, cuja serenidade e companheirismo fazem com que tudo seja muito simples.

A minha filha, pelo amor incondicional e pelo exemplo de determinação e compromisso, mostrando que sempre é possível.

Ao meu pai, pelo amor, incentivo e permanente apoio.

À Rejane, por seu amor, confiança e generosidade.

À Nádia Ziade, pela amizade sincera e incentivo constante.

A todos que dividiram comigo esse sonho e me apoiaram para que se tornasse realidade.

A Deus, sempre presente.

## RESUMO

GONÇALVES, Kátia Pires. *Em nome das UPPs: uma análise das representações midiáticas sobre a ocupação da favela da Rocinha*. 177 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Nessa dissertação procede-se à análise das narrativas do jornal *O Globo* durante a ocupação da favela da Rocinha pelas forças oficiais, em novembro de 2011. Pretende-se identificar as representações veiculadas pela mídia nesse especial momento da vida da cidade, que convive com a implantação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs e a expectativa de receber, nos próximos anos, dois megaeventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). O mote da pesquisa foi, através da análise das representações sobre o processo de ocupação, descobrir pistas que permitissem pensar o impacto dessa medida sobre a cidade e seus habitantes. Foi possível perceber que, diferentemente do que ocorria nas últimas décadas, a violência urbana não se apresentou como questão de grande interesse para o jornal, aparecendo apenas incidentalmente como eventos pontuais em um contexto predominantemente pacífico. Prevaleceu o discurso otimista em relação à cidade e seu futuro. Nesse sentido, diversas matérias registraram o sucesso da operação policial, comemorando a substituição da política policial de confronto pelas ações de inteligência, fator que teria permitido a retomada do morro sem que um tiro sequer fosse disparado. Ênfase especial foi dada às UPPs, sistematicamente representadas de forma positiva pelo jornal, moradores, empresários e especialistas, que apontariam o projeto como fator responsável pela onda de esperança e otimismo que envolve a cidade. As UPPs seriam, ainda, o elemento que permitiria, aos cariocas, ressignificar as favelas da cidade, afastando a aura de violência a elas associadas, fazendo desaparecer o medo que esses espaços da cidade historicamente causam na população em geral, integrando as favelas na cidade formal. O processo de pacificação das favelas do Rio de Janeiro, personificado nas UPPs, seria a ponte que permitiria, à cidade, se redescobrir, se reinventar, recuperando a alegria e a auto-estima, deixando para trás as décadas de pessimismo e desesperança. Observou-se, assim, que durante o período pesquisado, a dinâmica das narrativas rompeu com o padrão anterior de representação de cidade violenta, privilegiando o discurso da cidade pacificada, embora com episódios violentos pontuais.

Palavras-chave: Megaevento. Violência Urbana. Mídia. UPP. Pacificação. O Globo.

## ABSTRACT

The research draws your attention towards the narratives of the newspaper O Globo during the occupation of the Rocinha favela by official forces in November 2011. Intended to identify what kind of representations was reported by the media at special moment of city life, which coexists with the implementation of the project of Pacifying Police Units (UPPs) and the expectation to host two international sporting mega events: World Cup (2014) and the Olympics (2016). Analyzing media representations about the process of occupation, the goal of the research was to discover clues that help to think the impact of this political measure on the city and its inhabitants. It was possible to realize that, unlike what had been happening in recent decades, urban violence not presented as a matter of great interest to the newspapers, appearing only incidentally as occasional issues in a predominantly pacific context. Optimistic speech prevailed in relation to the city and its future. Accordingly, several matters reported on the success of the police operation, celebrating the replacement of police policy of confrontation by the actions of intelligence, which would have allowed the resumption of the Hill without a shot even being fired. Special emphasis was given to UPPs, systematically represented positively by the newspaper, residents, businessmen and specialists, who pointed out the project as a factor responsible for the wave of hope and optimism that surrounds the city. The UPP would be the element that would bring new meanings to the slums of the city. The aura of violence associated with slums was away, making disappear the fear that these spaces of the city historically cause in the general population. The UPP would be responsible for integrating slums in the city. The process of pacification of Rio slums, personified in the UPPs, would be the bridge that would allow the city to rediscover, to reinvent itself, retrieving the joy and self-esteem, leaving behind decades of pessimism and hopelessness. It was observed that during the search, the dynamics of media narratives broke with the previous pattern of representation of a violent city and has opted for an optimistic speech, albeit with occasional violent episodes.

Key-words: Mega event. Urban Violence. Media. UPP. Pacification. O Globo.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Quiosque na Rua Frei Caneca (1906).....	22
Figura 2 -	O Cortiço Cabeça de Porco.....	27
Figura 3 -	Avenida Central – 1906.....	29
Figura 4 -	Revista “O Malho”, 1908 - “Uma limpeza indispensável”.....	35
Figura 5 -	“Morro da Favella”, Tarsila do Amaral (1922).....	37
Figura 6 -	“Favella”, Cândido Portinari (1931).....	37
Figura 7 -	Característica do sistema central e do sistema periférico de uma representação.....	68
Figura 8 -	Mapa das comunidades pacificadas com e sem UPP (Setembro/2012) .....	86
Figura 9 -	Circuito da Gávea, que tinha como curva mais famosa o Trampolim do Diabo, na Avenida Niemeyer, que acabou por “batizar” a prova.....	89
Figura 10 -	Crianças moradoras de comunidades pacificadas vão ao “Disney On Ice” .....	112
Figura 11 -	Um garoto saúda um policial algumas horas depois da ocupação.	122
Figura 12 -	Turistas que visitavam a vista chinesa fazem foto com policiais de plantão.....	122
Figura 13 -	Grupo de turistas de Porto Alegre é fotografado em frente ao blindado no Vidigal.....	123
Figura 14 -	Desenho de Ana Paula Nunes Pereira.....	126
Figura 15 -	Desenho de Geovana Pontes de Assis.....	128
Figura 16 -	Desenho de Ana Luísa Vianna.....	128
Figura 17 -	Desenho de Gabrielle Saraiva da Rocha.....	129
Figura 18 -	Desenho feito por um dos alunos da Escola Municipal Paula de Brito.....	131
Figura 19 -	Produtoras do Municipal acompanham a mulher do Secretário Beltrame, Rita Paes e Carla Camurati (ao centro) no carro do Bope.....	152
Figura 20 -	Turistas estrangeiros filmam a paisagem no entorno da Laje do Carlinhos, na entrada da Rua 1, na Rocinha.....	157

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1	<b>O RIO CIVILIZA-SE!</b> .....	15
1.1	<b>Os cortiços</b> .....	17
1.2	<b>As primeiras favelas</b> .....	31
1.3	<b>A globalização da economia e o processo de megalopolização: a análise de Bárbara Freitag</b> .....	41
1.4	<b>A violência da Globalização e seus reflexos sobre a urbanização e violência urbana: análise de Ives Pedrazzini</b> .....	44
2	<b>AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	50
2.1	<b>Pensar relacionalmente</b> .....	50
2.2	<b>Conhecimento vulgar e científico</b> .....	51
2.3	<b>Durkheim e as representações coletivas</b> .....	54
2.4	<b>Moscovici e as representações sociais</b> .....	59
2.5	<b>Jean-Claude Abric e a teoria do núcleo central</b> .....	65
2.6	<b>As representações da cidade do Rio de Janeiro e a imprensa</b> .....	72
3	<b>A CHEGADA DA REPÚBLICA</b> .....	75
3.1	<b>As Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs</b> .....	77
3.2	<b>As UPP Sociais</b> .....	81
4	<b>A PRIMAVERA DA ROCINHA</b> .....	88
4.1	<b>Rocinha cintilante</b> .....	93
4.2	<b>O morro tem novo dono: o carioca</b> .....	95
4.3	<b>O “slogan” da pacificação</b> .....	108
4.4	<b>A pacificação como “rito de instituição”</b> .....	110
4.5	<b>Polícia, traficante e morador da favela</b> .....	116
4.5.1	<u>A polícia do Rio de Janeiro</u> .....	116
4.5.2	<u>As representações dos traficantes</u> .....	130
4.5.3	<u>As representações do morador da favela</u> .....	139
4.5.4	<u>A favela é do bem</u> .....	151
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	159
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163

## INTRODUÇÃO

O século XIX foi o século dos impérios. O século XX, o dos Estados-Nações. Mas o século XXI será o século das cidades. Wellington Webb, ex-prefeito de Denver, Colorado (o Globo, 12 de julho de 2012, Economia, p. 25).

Remonta, provavelmente, ao século XVI a transformação de fato urbano em conceito de cidade (CERTEAU, 2009), mas na história da humanidade, a idéia de domar os espaços, de moldá-los e adaptá-los às necessidades e desejos dos grupos sociais foi constante. As cidades ocupam menos de 3% da superfície do planeta, no entanto, abrigam mais de 50% da população mundial. (O GLOBO, 12 jul. 2012, p. 25)

O Rio de Janeiro estruturou-se adotando um modelo urbano segregador, com dicotomias do tipo núcleo/periferia, ricos/pobres, favela/asfalto, Zona Norte/Zona Sul, em uma dinâmica de ruptura denunciada por Ventura (2010). A organização interna da cidade reflete os processos econômicos, sociais e políticos que prevaleceram ao longo de sua história, sendo possível identificar uma relação direta entre as políticas públicas adotadas e a crescente estratificação social do espaço urbano (ABREU, 2008).

Estudar a cidade é uma necessidade que se impõe, tendo em vista a importância de se compreender a complexidade das relações sociais que nela se estabelecem, produzindo, “permanentemente, sentidos e significados para cada um de seus habitantes.” (FREITAS, 2011). Para a Comunicação Social, a cidade revela-se como campo farto de possibilidades de pesquisa em função da infinidade de processos comunicacionais que podem ser identificados e pensados, especialmente nessa nova fase em que o diálogo interdisciplinar se refina, permitindo uma interação cada vez maior com a sociologia urbana, antropologia, geopolítica, dentre outros campos.

A cidade do Rio de Janeiro registra momentos distintos em sua história. De simples território da Colônia Portuguesa, passou à capital do Império e à capital da República, quando era a mais importante cidade do país e uma das maiores da América Latina. Era o tempo da “Cidade Maravilhosa”, cidade espetáculo cantada

em verso e prosa, sacralizada pela alegria e descontração de um povo especial, o carioca.

Com o aumento da projeção de São Paulo no contexto econômico nacional, a partir de 1950 e a transferência da capital para Brasília, em 1960, a cidade perdeu sua centralidade política e esvaziou-se economicamente. Inaugurou-se um período de obscurecimento da imagem da cidade, que duraria cinco décadas, período em que o carioca viu o seu sentimento de orgulho perder força, processo agravado pela crescente violência urbana (GÓES, 2011). Havia crise na metrópole. Medo, desesperança, pessimismo eram sentimentos comumente expressados pelos cariocas, descrentes de melhoria no futuro da cidade, que teve sua imagem esgarçada (GOMES, 2008) pelos efeitos da criminalidade.

Nas últimas décadas era comum, na mídia, o discurso da cidade violenta (RAMOS, 2007), que contribuía para a construção da imagem negativa do Rio, embora pontualmente, fosse possível identificar esforços no sentido de renovar a fé na idéia de cidade maravilhosa.

Um desses momentos foi proporcionado pela Revista Veja, em 26 de outubro de 1994 (O RIO, 1994, p. 29), que, em plena crise de auto-estima que se instaurou entre os cariocas, em seu Editorial, expressamente registrou admiração pelo Rio, dando provas de que, apesar de todas as mazelas, a cidade ainda era capaz de despertar sentimentos positivos profundos, que a representassem como metonímia do Brasil:

O Rio de Janeiro é um assunto de orgulho nacional. Existem no mundo poucas cidades que sejam tão belas. Nenhuma possui essa harmonia impecável entre praias, morros e florestas. No que concerne apenas ao Brasil, a importância do Rio é ainda maior. Antiga capital, ele foi sempre um centro irradiador, uma cidade decisiva para a política, a cultura e os hábitos, para a história do Brasil. O jeito de ser carioca é imediatamente reconhecido. Talvez como nenhuma outra cidade brasileira, o Rio serve de síntese e de símbolo para o país. O Rio é o Brasil.

Faltava, entretanto, um fator que desse início a um ciclo virtuoso para o Rio, algo que fosse capaz de fazer com que, no imaginário social, a cidade se desvinculasse das noções negativas e que voltasse a ser percebida como um projeto viável. O contexto precisava se alterar para que o carioca pudesse “trocar de bem” com sua cidade.

Em 2008, surgiram as Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs. O governo do Estado do Rio de Janeiro, partindo do princípio de que a Polícia Militar do Estado

do Rio de Janeiro necessitava de “*uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes*” (RIO DE JANEIRO, 2009) criou as UPPs para efetivar a política pública de retomada, pelo Estado, dos territórios sob o domínio do tráfico, pacificando-os.

Essa política havia sido inaugurada no ano anterior, com a invasão do Morro Dona Marta por forças oficiais, seguida de sua ocupação por uma tropa da Polícia Militar ali instalada com missão pacificadora e em caráter permanente. Com o sucesso dessa iniciativa, outras ocupações foram feitas e, em setembro de 2012, vinte e uma Unidades de Polícia Pacificadora já haviam sido implantadas.

Na presente pesquisa partiu-se de duas premissas: a) as ações de retomada de favelas cariocas sob o domínio do tráfico pelo poder público, seguido da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora foi fator inaugural de uma nova fase na cidade, com reflexos na percepção que seus habitantes teriam do Rio de Janeiro. Se antes, prevalecia a imagem de cidade violenta, após as UPPs, a noção de cidade pacificada seria ressaltada; b) a mídia reflete essa noção, deixando de dar à violência urbana, o destaque antes conferido.

Para subsidiar o estudo buscou-se analisar as narrativas do jornal *O Globo*, no período de 10 de novembro de 2011 a 27 de novembro de 2011, a fim de levantar as representações do jornal acerca da ocupação do Morro da Rocinha. O período proposto coincide com a cobertura do processo de retomada do morro, iniciando com a prisão do traficante Nem, “chefe” dos morros da Rocinha e do Vidigal, em 10 de novembro de 2011. Desde então, a Rocinha passou a ser tema diário, em matérias que tomavam várias páginas do jornal, especialmente da editoria Rio, estendendo-se, porém, a colunas, editoriais, cartas de leitores e cadernos. O jornal adotou a estratégia de reunir as reportagens sob cinco grandes títulos gerais, que podiam ser encontrados em uma ou diversas edições. Foram eles: “Ocupação em contagem regressiva” (10.11.2011), “A Guerra do Rio” (11.11.2011, 12.11.2011 e 14.11.2011), “A hora da 19ª UPP” (13.11.2011), “Rumo à Pacificação” (15.11.2011 a 26.11.2011) e “Três anos de Pacificação” (27.11.2011).

O *corpus* dessa pesquisa foi definido em função de dois fatores. Inicialmente, decidiu-se pela realização dessa investigação através de um veículo de mídia pela grande repercussão dada ao episódio, que foi coberto até pela imprensa internacional. Em seguida, optou-se pelo jornal *O Globo* em função de sua

representatividade, que o caracteriza como grande mídia capaz de influenciar na formação da opinião pública do Rio de Janeiro. É um jornal de expressiva tiragem<sup>1</sup> que, com o lançamento da versão digital, ampliou sua capilaridade, inclusive em nível internacional.

A opção pela cobertura do processo de ocupação do Morro da Rocinha se deu em função da projeção dessa comunidade no cenário urbano carioca. A Rocinha é uma grande favela, com mais de 38 mil imóveis e quase 100 mil habitantes<sup>2</sup>. Localiza-se junto ao bairro de São Conrado, endereço exclusivo do Rio de Janeiro e desenvolveu-se à margem da Estrada Lagoa-Barra, principal via de ligação entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade, o que confere expressiva visibilidade à essa comunidade.

No contexto do tráfico de drogas da cidade, a Rocinha projetou-se, nas últimas décadas, por uma conjunção de fatores: localização privilegiada junto a um “público consumidor” de alto poder aquisitivo, grande extensão, domínio de bandidos bem armados e articulados com a polícia, além da existência de laboratórios de refino de cocaína, o que a tornava um entreposto de distribuição de drogas para outras favelas. Era por isso, cobiçada por outras facções criminosas, que de tempos em tempos, a invadiam, travando com os traficantes locais intensas batalhas, em episódios que levavam pânico aos moradores da favela e de seu entorno. Havia, assim, grande expectativa em torno de sua pacificação, inclusive pela mídia carioca, que cobriu sistematicamente o processo de ocupação da Rocinha desde os primeiros anúncios da eminência da invasão.

Inicia-se essa dissertação com um breve retrospecto da história urbana do Rio de Janeiro. O primeiro capítulo – O Rio Civiliza-se!, permite que se rememore os fatos mais marcantes do contexto urbano carioca: a chegada da família imperial ao Brasil, em 1808 e a necessidade de se alojar a corte portuguesa, muito numerosa, com significativo impacto na vida da cidade; a crise habitacional do século XVIII provocada pelo aumento exponencial de habitantes, em descompasso com o número de novas moradias; a superlotação das casas de cômodos e cortiços na área central da cidade, seguida do surgimento de novos cortiços nas freguesias

---

<sup>1</sup> Em sua versão impressa, o jornal tem mais de 200 mil assinantes, com tiragem média diária de 235 mil exemplares de segunda a sábado. (O Globo, Especial, 29 de julho de 2012, p. 15)

vizinhas; o estigma dos cortiços, identificados como *locus* da pobreza, criminalidade e doenças; as epidemias e as campanhas contra os cortiços; as reformas no espaço urbano da cidade, iniciadas no século XIX e intensificadas na administração de Pereira Passos (1902-1906), período identificado como o “bota-abaixo” e que o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel comemorava com a expressão “O Rio Civilize-se!”, na Gazeta de Notícias, em 1904; as primeiras favelas; o desmonte dos morros do Castelo (1922) e de Santo Antônio (1941); e as políticas de remoção, que perduraram até a década de 1970, são algumas das passagens que merecem destaque e que concorrem para a melhor compreensão da atual questão urbana da cidade.

O segundo capítulo apresenta um estudo teórico sobre as representações sociais que orientará as reflexões sobre esse fenômeno ao longo da pesquisa. Registrando alguns pontos considerados como mais significativos para a investigação que ora se propõe, o capítulo aborda o pensamento de Emile Durkheim e a teoria das representações coletivas; revisita Moscovici para pensar sobre a “grande teoria” das representações sociais; vale-se das proposições de Denise Jodelet e de Jean-Claude Abric, discípulos de Moscovici que deram continuidade aos seus estudos iniciais e forneceram elementos complementares para a melhor compreensão desse fenômeno. A teoria do núcleo central de Abric dá subsídios para que se perceba a dinâmica das representações e se pense a respeito de sua estabilidade. Esse aspecto é importante para o presente trabalho que se interessa pela forma como a cidade e seus espaços foram percebidos ao longo da história, como essa percepção ocorreu durante o período analisado e que pistas se pode captar para que se compreenda como podem ser as futuras percepções, tendo em vista o atual momento do Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo - A Chegada da República, discorre sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs e sobre as UPPs Sociais, apresentando os principais pontos desses projetos, concebidos para concretizar o novo paradigma oficial de relacionamento com as favelas cariocas: pacificação seguida de um “choque” de serviços públicos e privados, em sistema de parceria com a sociedade civil e empresarial.

O quarto e último capítulo – É Primavera na Rocinha, trata de um estudo de caso. Nele se analisa a cobertura dada pelo jornal *O Globo* ao processo de ocupação do Morro da Rocinha, em novembro de 2011. Através da identificação das

representações registradas pelo periódico, pretende-se pensar sobre a forma como a cidade é percebida em tempos de UPPs e sobre os reflexos dessas noções nas práticas da cidade.

Estudar o Rio de Janeiro no momento em que se encontrava sob os efeitos do processo de intervenção policial em um importante território da cidade é oportunidade rara que se pretende aproveitar. O *corpus* da pesquisa permite que se identifiquem os diferentes discursos veiculados pelo jornal, que dá voz a moradores do morro, de bairros vizinhos, empresários, autoridades, especialistas, acadêmicos, além de registrar suas próprias percepções do processo de ocupação da Rocinha. Essa diversidade resulta em consistente material que, articulados com a teoria das representações sociais, fornece elementos para que se discutam as apropriações simbólicas dos espaços (CERTEAU, 2009) urbanos, nessa nova fase experimentada pelo Rio de Janeiro.



## 1 O RIO CIVILIZA-SE!

O mundo nada pode contra um homem que canta na miséria. (SABATO, 2008, p.91).

Delimitada pelos morros então existentes<sup>3</sup>, a cidade do Rio de Janeiro ergueu-se, a partir do século XVI, por sobre brejos e mangues, aterrados por sucessivas gerações que conformavam o território para expandir-se. O espaço, entretanto, era restrito e os meios de locomoção, incipientes. Esses dois fatores levavam os habitantes a morar muito próximos uns dos outros, embora em residências de qualidades distintas.

A partir do século XIX, entretanto, a cidade do Rio de Janeiro passou por significativa transformação em sua configuração urbana, iniciando o processo de estruturação de seu espaço de forma socialmente estratificada. Sobre o contexto da época, Benchimol (1992, p. 112) ressalta a que

[...] a passagem da primeira à segunda metade do século XIX caracterizou-se pela emergência de várias forças transformadoras na cidade do Rio de Janeiro, que consolidava sua hegemonia como a sede política e o grande empório comercial do Império. [...] O capital, sobretudo o estrangeiro, à sombra dos privilégios concedidos pelo Estado imperial, apossou-se de grandes fatias do urbano, penetrou em muitas esferas básicas para a existência cotidiana de uma população cada vez mais numerosa, concentrada nos limites exíguos da área central do Rio de Janeiro.

A chegada da família real ao Rio de Janeiro foi fator preponderante na reformulação espacial da cidade. A instauração do Paço Real e a concentração em seu entorno das demais repartições públicas ligadas ao Império, fizeram com que as freguesias da Candelária e São José fossem escolhidas como local de residência da elite dirigente, área também disputadas por comerciantes, importadores e exportadores. Estas localidades foram as primeiras a desfrutar das vantagens urbanísticas implementadas, a partir de 1850, pela esfera governamental e por agentes estrangeiros, a quem eram dadas concessões para o fornecimento de serviços públicos. Ao retornar para Portugal, a família real deixaria um legado de obras na cidade, que permaneceria como capital do Império.

Abreu registra que a freguesia da Candelária era o verdadeiro centro da cidade nos idos de 1854. Nessa cercania, muitas ruas foram calçadas com

---

<sup>3</sup> O Centro da cidade conformava-se nos enclaves entre os Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. (ABREU, 2008, p. 35)

paralelepípedos, receberam iluminação a gás, e, a partir de 1862, passaram a contar com serviços de esgoto, tornando o Rio, “a quinta cidade do mundo a possuir esse tipo de serviço”

Com efeito, já em 1854 muitas das ruas da freguesia da Candelária (o verdadeiro centro da cidade, onde se localizava grande parte do comércio importador e exportador, as grandes casas comerciais, vários consulados, bancos e companhias de navegação) passam a ser calçadas com paralelepípedos. Nesse mesmo ano, através da iniciativa de Mauá, a iluminação a gás é inaugurada no centro, que passa a se beneficiar também, em 1862, do serviço de esgotos sanitários concedidos à empresa inglesa Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, passando o Rio a ser a quinta cidade do mundo a possuir esse tipo de serviço (ABREU, 2008, p. 42).

As melhorias implementadas na cidade pelas obras de urbanização constituíam em atrativo para forasteiros. “Alforriados e pobres expulsos dos campos nordestinos pelo declínio da cana-de-açúcar pensam poder encontrar uma vida menos rude na capital imperial” (ENDERS, 2008, p. 199). No espaço de trinta anos, a população da cidade do Rio de Janeiro praticamente triplicou:

Em 1872, moravam na capital 274.972 pessoas; em 1890, este número cresce para 522.651, atingindo 811.443 em 1906. A densidade populacional era de 247 habitantes por km<sup>2</sup> em 1872, passou a 409 em 1890, e a 722 em 1906. Nesse último ano, o Rio de Janeiro era a única cidade do Brasil com mais de 500 mil habitantes, e abaixo dela vinham São Paulo e Salvador, com apenas um pouco mais de 200 mil habitantes cada uma. (CHALHOUB, 2001, p. 43)

Iniciava-se, no século XIX, o processo de industrialização do Rio de Janeiro, com a instalação de fábricas localizadas no Centro ou próximas a ele, caracterizando-se pelo baixo nível de mecanização, o que exigia elevado número de trabalhadores. Além disso, as atividades relacionadas à circulação eram mediadas pela cidade e compreendiam dois movimentos principais: “o transporte da produção agrícola para o porto e das mercadorias importadas (produtos manufaturados, peças de reposição, ferramentas, alimentos e trabalhadores) para as grandes propriedades rurais” (BENCHIMOL, 1992, p. 127), o que também demandava grande quantidade de mão-de-obra, sobretudo, escrava.

## 1.1 Os cortiços

Nos principais quarteirões centrais da cidade e por suas ruas estreitas e congestionadas, “erguiam-se, indiferenciadamente, pequenas oficinas e fábricas – uma ou outra mecanizada; casas de cômodo, cortiços, estalagens e hospedarias, onde se alojava a maiorias da população trabalhadora da cidade e o contingente numeroso e flutuante dos estrangeiros”. (BENCHIMOL, 1992 p.112-113) Também ali se localizavam armazéns e outros comércios varejistas, residências particulares, edifícios da administração pública e escritórios.

Apesar de toda a ‘modernização’ introduzida na cidade, reproduziam-se, em escala ampliada, como realidades espacialmente contíguas, as atividades ligadas à circulação, dependentes de trabalho braçal desqualificado, e, secundariamente, a estrutura produtiva tradicional, de base artesanal ou manufatureira (BENCHIMOL, 1992, p.112).

Embora tivesse se transformado em sede de modernidades urbanísticas, o centro continuava a abrigar a população mais pobre da cidade, grande contradição observada na época. A busca diária por trabalho forçava a permanência dessas pessoas nas áreas centrais, tendo em vista que não dispunham de acesso aos meios de transportes, incipientes e caros.

[...] o Centro e adjacências concentravam todo tipo de atividades, inclusive a moradia. Os transportes coletivos eram lentos e caros; um serviço ao qual a maior parte dos trabalhadores, mal remunerados e submetidos a longas jornadas de trabalho, não podia recorrer. Oficinas, manufaturas e pequenas indústrias, comércio e serviços e ainda as atividades ligadas ao porto concentravam-se nas freguesias centrais. Impunha-se aos trabalhadores morar junto ao trabalho, ou seja, o mais próximo possível dessas áreas. Toda uma vasta gama de ‘desfavorecidos da fortuna’ se abrigavam onde fosse possível: nos dormitórios, nos depósitos, nas lojas, nas oficinas, nos fundos, nos sótãos, nos vãos e nos cantos. E principalmente no tipo padrão de habitação popular do Rio Antigo: o cortiço [...] (VAZ; CARDOSO, 1985, p. 617).

Com a valorização das freguesias centrais, trabalhadores livres ou mal remunerados, desempregados, dentre outros, foram sendo, ao longo do tempo, delas afastados. Precisavam, entretanto, permanecer nas cercanias do centro urbano principal, fonte única de trabalho.

Enders (2008, p. 199) noticia que os bairros próximos aos empregos do porto e da Candelária, entre a enseada da Gamboa, o Campo de Santana e a Cidade Nova, seriam “majoritariamente povoados por negros de todas as condições” e que

seria “nessa Pequena África” que os “bairros”, categoria que incluiria todos aqueles que fossem oriundos do Nordeste, poderiam “encontrar seus conterrâneos.” Eram, assim, bairros de grande concentração de população pobre.

As demais classes, por outro lado, com reduzido ou nenhum poder de mobilidade, e não podendo ocupar os terrenos situados a oeste da cidade devido à existência das áreas de mangue do Saco de São Diogo (Cidade Nova), adensavam cada vez mais as outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e Santana, dando origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa” (ABREU, 2008, p. 37).

As freguesias periféricas ao centro passaram, então, a abrigar grande número de cortiços, tipo de “habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase que anualmente a cidade a partir de 1850”. (ABREU, 2008, p. 37) Os cortiços eram percebidos, no século XIX, como um cancro social, *locus* da pobreza, onde moravam trabalhadores de baixa renda, mas também, os desocupados, dando a esses locais a conotação de perigosos e violentos.

No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena urbana e seus personagens populares voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada “classe perigosa”. Definido como verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime. (VALLADARES, 2005, p. 24)

Além disso, pela precariedade das instalações, associada à considerável concentração de pessoas que ali vivia, o cortiço, era visto como vetor de risco para a população geral da cidade, exigindo intervenções higienistas.

Naquela época as epidemias eram comuns na cidade: cólera, varíola e febre-amarela, são alguns exemplos das doenças que rapidamente se disseminavam. Entre 1849 a 1850, o Rio de Janeiro foi assolado por uma grande epidemia de febre amarela, que contaminou mais da metade da população e causou quatro mil mortes. (ENDERS, 2009, p. 206) Em seu auge, matava de 80 a 90 pessoas por dia. Nos cinquenta anos seguintes, outros surtos ocorreram, alguns muito significativos e com grandes baixas.<sup>4</sup> O cólera chegaria ao Brasil, proveniente de Portugal, em 1855. A

---

<sup>4</sup> Até 1905, a taxa de mortalidade supera a de natalidade no Rio de Janeiro. O crescimento espetacular da população se deve exclusivamente à importante imigração nacional e estrangeira, que se fixa na capital do Brasil. (ENDERS, 2009, p. 206)

tuberculose, o tifo, as gripes, a rubéola e a peste bubônica também assolariam a cidade. (ENDERS, 2009, p. 206)

Tal cenário justificaria a criação, em 1900, do Instituto Soroterápico Federal (atual FIOCRUZ) com a missão de criar vacina contra a peste bubônica. Em 12 de dezembro de 1907, passaria a chamar-se Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Oswaldo Cruz, ao comandar o combate à epidemia de febre amarela, assumiria o seu controle. (RIO DE JANEIRO, RJ, [20--?]) As medidas implementadas pelo médico sanitário incluíam o combate aos mosquitos, a caça aos ratos e culminaria com a aprovação da lei de vacinação obrigatória contra a varíola. Esse fato dará ensejo ao episódio conhecido como “Revolta da Vacina”, em 1904, evidenciando “a resistência popular contra a intervenção dos agentes do Estado dentro dos lares” e comprovando as “tensões ocasionadas por um crescimento demográfico que o tecido urbano não consegue absorver.” (ENDERS, 2009, p. 209)

Grandes contingentes populacionais, espaços públicos exíguos, aglomerações humanas em residências insalubres, quase inexistência de saneamento básico, fluxo de escravos livres ou libertos doentes, aporte de muitos imigrantes que ficavam confinados durante meses em navios sem as devidas condições de higiene e que, ao desembarcar, tornavam-se vetores de doenças de seus países de origem, tudo isso compunha um quadro altamente propício para a ocorrência de sucessivos surtos de maleitas nos quarteirões centrais da cidade.

Havia também a navegação de cabotagem. Atribui-se à barca norte-americana Navarro, vinda de Salvador, a responsabilidade pela grande epidemia de 1849/1850. A barca em questão teria atracado no porto do Rio em 3 de dezembro de 1849, sem que na cidade, se soubesse da epidemia de febre amarela que assolava a atual capital baiana. Somente dez dias depois se saberia das condições de Salvador, por outra tripulação que veio de lá. Por esse motivo, a barca Navarro teve prática livre no porto carioca mesmo com a tripulação contaminada pela febre. A situação a bordo, entretanto, agravou-se a ponto da barca ser vendida por seu consignatário, com a dispersão da tripulação. Parte desses homens foi hospedar-se na estalagem de um americano, na rua da Misericórdia, e outra parte, “nas vizinhanças das praias dos mineiros e do Peixe, e para as bandas da Saúde.” (BENCHIMOL, 1992, p. 113) A partir daí, a febre amarela espalhou-se com rapidez por toda a cidade, com consequências muito graves.

Nesse contexto, ainda em 1850, o Ministério do Império tomou algumas medidas tendentes a evitar os surtos. Constituiu uma Comissão Central de Saúde Pública, publicou em jornais providências para prevenir a febre amarela, estabeleceu um Regulamento Sanitário, criou uma Comissão de Engenheiros para estudar melhoramentos urbanos e uma Junta de Higiene Pública, composta por médicos sanitaristas para propor e executar medidas para a preservação da saúde pública.

Essas iniciativas são o marco do surgimento de um novo tipo de medicina no Brasil, a social. A partir daí, o pensamento e as práticas oficiais passariam a focar na prevenção, e a causa das doenças se deslocaria do indivíduo para o seu entorno, para o ambiente em que vive. Os cortiços ganharam especial relevância nesse contexto, tendo em vista as condições especiais que apresentavam: “A relação entre cortiço e a doença foi rapidamente detectada; mas acreditava-se que a relação fosse causal – o cortiço seria causador da doença. E por isso deveria ser eliminado.” (VAZ; CARDOSO, 1985, p.617)

Sobre o trabalho da Junta de Higiene Pública, Benchimol (1992, p.115) registra:

Incorporando a geografia, geologia, história e economia, armando-se de estatísticas que lhe proporcionam dados sobre o movimento da população e os fatores que nela incluem (a Junta foi dotada, em 1851, de um Serviço de Estatísticas Demográfica, o primeiro, ao que parece, da América do Sul), a medicina social observa, inventaria e analisa o espaço em busca da preventiva localização do perigo para a saúde de seus habitantes.

A Junta empoderou-se ao longo dos tempos, e, organizando-se como “poder político, torna-se um braço a serviço da prosperidade e segurança do Estado” (ENDERS, 2009, p.115), voltando-se para a preservação da saúde coletiva. Reivindicou poderes de polícia médica para intervenção direta na sociedade, dentre eles, a capacidade de inspecionar imóveis, remover populações e destruir prédios tidos como perigosos. A tônica era o efetivo controle da vida social, a ser exercido de forma a permitir a higienização da sociedade. Em 1886, a junta foi transformada em Inspetoria Geral de Higiene e passaria a apregoar a exclusividade da prática médica e o fim das práticas curativas populares e arcaicas classificadas de charlatanismos.

A Junta identificaria dois fatores principais para os problemas de saúde pública da cidade: os físicos e os sociais. No primeiro caso, a geografia da cidade era um elemento importante no contexto geral de insalubridade. Seus pântanos, mangues e mares, além de chuvas constantes cujas águas demoravam a escoar

pelas características físicas da cidade, fariam com que houvesse muita umidade no ar, o que, associado ao calor dos trópicos, tornaria o contexto naturalmente propenso à proliferação de doenças.

Os morros, por sua vez, impediriam a circulação do ar, contribuindo para o agravamento da situação. Dos morros “escoavam as águas dos rios e das chuvas, que se imobilizavam na vasta planície sobre a qual se estendia a maior parte construída do Rio, tornando-a pantanosa, úmida e calorenta” (ENDERS, 2009, p. 115-116). O aterro dos pântanos e a derrubada dos morros, assim, se imporiam como medidas essenciais para o processo de transformação da cidade em um espaço mais salubre.

Benchimol (1992, p. 112) relaciona cinco fatores listados por Domingos Martins Guerra, em sua tese apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1852, justificando a remoção dos morros do Castelo e Santo Antônio:

- 1º. Porque impediam a entrada dos ventos frescos e saudáveis e a saída do continente que são pestíferos, determinando desta sorte a estagnação de uma atmosfera viciada por miasmas paludosos e pela putrefação de matérias orgânicas e a respiração de uma infinidade de animais que aqui vivem;
- 2º. Porque embaraçando a renovação do ar e refletindo os raios calóricos promovem uma grande elevação da temperatura;
- 3º. Porque concorrem para a grande umidade desta atmosfera, estando no interior da cidade, as ruas que os cercam se acham continuamente úmidas pelas águas que eles dessoram em suas bases, e seus quintais entulhados de imundice em putrefação que as águas da chuva para aí levam, principalmente do morro do Castelo, que é muito povoado, e onde fazem despejos em quintais;
- 4º. Porque fazem sombra em muitas ruas;
- 5º. Porque se converterão esses morros tão prejudiciais em uma bela planície que se ajuntaria com a outra formada pelo aterro do mar, e que serão de muito apreço, pela posição que ocupam, para a edificação de novos prédios, segundo as regras da higiene e do bom gosto, vindo a permitir a dispersão do povo, com o que diminuirão também os males do acúmulo.

Outro fator preponderante nas mazelas da cidade seria de natureza social e classificada em uma categoria genérica: a desordem urbana. Localizavam-se no centro da cidade estúbulos, currais, abatedouros, açougues, mercados de peixe, dentre outros empreendimentos que impactavam negativamente a cidade. Seria preciso deslocar esses comércios para distâncias adequadas. A venda de comida, carne de porco, de boi e peixes nas áreas centrais também precisava acabar, com a remoção dos quiosques<sup>5</sup> para outras freguesias menos centrais. Além disso, práticas

---

<sup>5</sup> A questão dos quiosques foi especialmente conflituosa. Inicialmente autorizados a vender jornais, livros, flores, frutas, doces, charutos, cigarros, café e refresco, nos moldes das principais capitais da Europa, acabaram por se desvirtuar. A venda de bebidas alcoólicas era expressamente proibida, entretanto, após algum tempo, “[...] passaram a só servir cachaça, café com pão, bolinhos de bacalhau, sardinhas fritas e outras gulodices, e a vender bilhetes de loteria e jogo do bicho”, como registrou Dunlop em trecho destacado por Levy. (LEVY, 2008,

toleradas até então pelo poder público precisariam ser proibidas, dentre elas, o despejo de lixo e dejetos humanos nas ruas e praias, além do abandono de animais mortos nas áreas públicas.



Figura 1 - Quiosque na rua Frei Caneca (1906)  
Fonte: Blog Literatura e Rio de Janeiro (2012)

As habitações eram, também, um grande foco de interesse das autoridades médicas da época, em especial as ‘coletivas’, onde se concentrava a maioria da população pobre das áreas centrais da cidade.

Os médicos se opunham aos proprietários dessas estalagens, que desconsiderariam as regras de higiene na construção dos imóveis, deixando de instalar canos, escoadouros e vasos sanitários, alugando as vagas em cômodos pequenos, úmidos, lotados, sem ar ou luz, ou seja, sem as devidas condições de salubridade.<sup>6</sup> Sobre a prevalência do interesse financeiro dos proprietários em detrimento dos moradores e da saúde pública, registra-se o ofício do secretário de Polícia da Corte ao Ministro do Império, datado de 13 de março de 1860, denunciando que “Essas casas são construídas extravagantemente, sem

---

p. 162) Tal desvio transformou os quiosques em fonte de hostilidade da Prefeitura, que os considerava encontro da ralé e da vadiagem das ruas, motivo porque foram sendo sucessivamente eliminados até serem definitivamente banidos em 1911.

<sup>6</sup> Valladares registra a descrição de cortiço apresentada por Backheuser, reproduzindo decreto municipal que ressalta a clandestinidade das subdivisões internas e a proibição de novas construções do tipo: “Construção proibida pela Prefeitura. É uma habitação colectiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes installados nos fundos de prédios e outras vezes, uns sobre os outros; com varandas e escadas de difficil accesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pateo, área de construcção antiga, onde clandestinamente são construídas divisões de madeira (construcção prohibida pela Prefeitura), formando quartos ou cubículos, sem mobília, que muitas vezes se extendem aos sótãos, forros, porões, cozinhas, despensas, banheiros, etc e habitados geralmente por indivíduos de classe pobre e com o nome de casa de alugar commodos, sem direcção, onde também há lavanderia e aparelhos sanitários internos ou externos, em número insufficiente, não havendo banheiros e cozinhas.” (VALLADARES, 2005, p.24)



observância dos preceitos higiênicos, tendo-se apenas em vista o maior número possível de aposentos, a fim de produzirem maior renda ao proprietário”. (BENCHIMOL, 1992, p. 129). De fato, entre 1850 e 1870 instalou-se verdadeira crise habitacional na cidade (BENCHIMOL, 1992, p. 124), decorrente do trinômio: crescente procura por imóveis, escassez de oferta e considerável aumento do preço das moradias. Sobre a inflação observada no preço da moradia, o ofício do secretário de Polícia registra que os aluguéis eram:

[...] de tal modo exagerados que a classe do povo menos favorecida da fortuna, não podendo suportá-los, vê-se por isso obrigada a tomar aposentos nestas casas, que por aí existem, a que se dá muito apropriadamente o nome de ‘Cortiços’ visto a eles se assemelharem . (BENCHIMOL, 1992, p. 129)

O fim da escravidão levaria grande número de ex-escravos a abandonar o campo em direção às cidades<sup>7</sup>, em busca de moradia e trabalho, formando “um contingente multiforme e flutuante de livres e libertos, cada vez mais numeroso” que “trabalhava, residia e perambulava nos limites dessa mesma área central”, onde prevalecia “a mais completa e caótica contigüidade entre o mercado onde a força de trabalho era posta a venda, cotidianamente, e o mercado – formal e ambulante” e onde as ‘diárias’ incertas “se convertiam em gêneros e elementos indispensáveis à sobrevivência e reprodução dessa heteróclita plebe urbana”. (BENCHIMOL, 1992, p. 112) Além disso, novas levas de imigrantes chegavam ao país, via Rio de Janeiro, aumentando, ainda mais o contingente populacional urbano. A situação habitacional da cidade agravou-se consideravelmente, aumentando a procura por moradia, encarecendo ainda mais os preços.

Destarte, já em 1862, moravam nas freguesias centrais da Candelária, Santa Rita, S. José, Sacramento e Santana, 58% de toda a população de cortiços da cidade, um contingente de 11.526 pessoas. Em 1868, 20% da população da freguesia de Santana morava em cortiços, chegando a 6.458 pessoas de um total de 32.683 (BENCHIMOL, 1992, p. 133). Em 1890, o recenseamento registra que 54% dos habitantes da capital seriam cariocas, ¼ da população seria de imigrantes estrangeiros e 1/5 adviria de outras províncias do país (ENDERS, 2009, p.199).

Os cortiços cariocas pertenciam a proprietários (muitos deles portugueses) que poderiam explorar o negócio diretamente ou através de arrendatários, situação

<sup>7</sup> O recenseamento de 1872 aponta a existência de um milhão e meio de cativos. Em 1873, os escravos representavam 19.7% da população fluminense e, em 1887, 22.5%. (ENDERS, 2009, p. 176)

mais comum. Estruturalmente, “Eram duas as formas características: a estalagem, uma sucessão de casinhas precárias ao longo de um pátio ou corredor, e a casa de alugar cômodos, prédio antigo subdividido em cubículos.” (VAZ; CARDOSO, 1985, p. 617) Na parte da frente dos cortiços costumava existir um armazém, onde os moradores eram orientados a fazer suas compras. Desta forma, o comerciante lucrava duplamente: vendendo moradia e alimentos, dentre outros gêneros de primeira necessidade.

Aluísio Azevedo descreve, em crônica, as casas de pensão do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Esses empreendimentos são os precursores dos cortiços e objeto de especulação de estrangeiros, em especial os portugueses. Na época, observava-se um clima de xenofobia na cidade, reproduzida pela imprensa, que freqüentemente dirigia-se contra os comerciantes imigrantes, vistos como exploradores e sovinas:

Há no Rio de Janeiro, entre os que não trabalham e conseguem [...] até enriquecer, um tipo digno de estudo – é o ‘dono de casa de cômodos’. Quase sempre forasteiro, exercia dantes um ofício na pátria que deixou para vir tentar fortuna no Brasil; mas percebendo que aqui a especulação velhaca produz muito mais que o trabalho honesto [...] foi a um patrício seu, estabelecido no comércio, pediu e dele obteve uma carta de fiança, alugou um vasto casarão de dois os três andares, meteu-se lá dentro, pregou escritos em todas as janelas; e agora o verás! (AZEVEDO, 2009, p. 229).

A crise de moradia é descrita pelo autor, que apresenta um painel de seus moradores, a quem caberiam “os postos mais ingratos na luta pela vida”:

Como na Capital Federal há mais quem habite do que onde habitar, começou logo a entrar-lhe pela casa, à procura de cômodos, uma interminável procissão de desamparados da sorte e de magros lutadores pela vida, que lhe foram enchendo surdamente, do primeiro ao último, os numerosos quartos. Mais houvesse, e não faltariam para os ocupar estudantes pobres, carteiros e praticantes dos correios, repórteres de jornais efêmeros, moços de botequim, operários de todas as profissões, comparsas e figurantes de teatro, pianistas de contrato por noite, cantores de igreja, costureiras sem oficina [...] enfim, toda essa gente para quem se inventaram os postos mais ingratos na luta pela vida, os mais precários e os mais arriscados [...](AZEVEDO, 2009, p. 229).

Em 1876, após uma grande epidemia de febre amarela que causou a morte de quase quatro mil pessoas, e atendendo ao pedido do Presidente da Câmara, os fiscais das freguesias centrais fizeram um levantamento dos cortiços da área e seus respectivos proprietários. Na relação constavam “muitas personalidades e instituições ilustres do império”, como bancos, Santa Casa de Misericórdia,

viscondes<sup>8</sup>, conselheiros do império, procurador, juiz de órfãos e cônsul da Argentina. (BENCHIMOL, 1992, p.135) Vê-se, assim, que as ações contra os cortiços encontrariam resistência de quadros significativos do Império.

Apesar da campanha higienista que se movia, dando combate a esse tipo de habitação, não havia outra opção para os pobres. A procura era constante e intensa, o que permitia a cobrança de 'exorbitantes aluguéis'. Pagava-se caro e morava-se mal; na realidade, pagava-se mais pela localização do que pelo abrigo, o que significava para os privilegiados proprietários de prédios e terrenos a possibilidade de auferirem 'lucros fabulosos' (VAZ; CARDOSO, 1985, p. 617).

O combate a esses empreendimentos seria uma constante na época, exigindo-se o saneamento dos insalubres e o fechamento dos que fossem considerados insanáveis. Já em 1866, foi apresentado à Câmara um projeto do médico e vereador José Pereira Rego, com um conjunto de normas destinadas a regulamentar a construção na cidade. Visava, também, impedir a construção de novos cortiços no perímetro central da cidade e suas adjacências, além de submeter os já existentes a rigoroso controle, para que se adequassem às posturas municipais. A proposta fundamentava-se no mote "higiene, salubridade e embelezamento da cidade". Em sua exposição de motivos, o projeto alça a cidade à categoria de "cidade mais importante da América Meridional", logo, incompatível com a idéia de cortiços:

[...] os defeitos e irregularidades de nossas edificações que, ao mesmo tempo, contribuem para destruir todo o embelezamento da principal e talvez primeira cidade da América Meridional, concorrem igualmente para empiorar o seu estado higiênico não só por sua má disposição, como pela péssima idéia, hoje em voga da construção de cortiços e estalagens no seu interior e em lugares já muito populosos, fazendo assim aglomerar grande número de pessoas em cubículos estreitos, úmidos, mal arejados por condição alguma habitáveis, aumentado por essa forma as causas de insalubridade existentes [...] (BENCHIMOL, 1998, p. 132).

A vinculação entre progresso, higiene e aperfeiçoamento moral, comum nos discursos da época, está presente no preâmbulo da lei: "O aperfeiçoamento e o progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e

---

<sup>8</sup> Benchimol (1992, p. 136) ressalta em nota: "Outro documento que desvenda as origens ilustres dos proprietários de cortiço é a denúncia dirigida à Câmara, em 3 de setembro de 1890, pelo Barão do Lavradio, presidente da Junta Central de Higiene Pública, de que se construía, às escondidas, um grande cortiço com cavalariças, nos fundos de um prédio situado na Praça 11 de Julho, pertencente ao Visconde de Aljizur. A Câmara enviou ao local cinco peritos, que encontraram quartos de construção antiga, em reconstrução, os quais, embora ventilados, não tinham as dimensões legais. Existiam baias e também casinhas que podiam ser consideradas como cortiços. Trata-se de um bom exemplo da metamorfose que ocorria nas áreas de ocupação mais antiga, à medida que a cidade se expandia: as residências aristocráticas iam, pouco a pouco, se transformando em habitações coletivas, em fonte de renda para seus ilustres proprietários, radicados agora em bairros periféricos

material do povo que o habita: é o espelho onde se refletem as conquistas que tem ele alcançado no caminho da civilização.” (BENCHIMOL, 1992, p. 132).

Sob o efeito das reformas implementadas por Haussmann em Paris, a noção de embelezamento da cidade se consolidaria no imaginário da época. Administradores, apoiados por diferentes segmentos da sociedade, dentre eles os médicos, arquitetos e engenheiros e de parte da imprensa, passariam a, sistematicamente, propugnar por reformas profundas para tornar bela a cidade.

Somava-se a isso, o interesse daqueles que concorriam às concessões governamentais para a realização de obras e prestação de serviços públicos. Entre o final da Monarquia e início da República, na fase conhecida como Encilhamento, a política econômica adotada previa incentivos de estímulo à industrialização e modernização, aumentando a circulação de capital no país com a emissão de títulos e moeda. Foram, então, apresentados dezenas de projetos pelos pretendentes às concessões, sendo comum ressaltarem como ponto positivo de suas propostas, a derrubada de cortiços, estalagens, casas de cômodos. Assim, demolir cortiços passava a ser, a um só tempo, meio (de evitar doenças e aformosear a cidade) e fim (a ser alcançado):

Demolir, demolir, demolir, diziam os engenheiros, sanitaristas e higienistas. Não haveria outro remédio para higienizar e aformosear a Capital. E, com a febre de propostas de melhoramentos, somava-se às vantagens de abrir ruas um benefício insofismável: demolir cortiços. (CARDOSO; VAZ, 1985, p. 617)

Em 1878, a construção de novos cortiços seria proibida no centro do Rio de Janeiro e ações governamentais nas décadas seguintes sucessivamente derrubariam os cortiços localizados no centro da cidade, sendo considerada emblemática a destruição do mais famoso deles, o “Cabeça de Porco”, em 1893.



Figura 2 - O Cortiço Cabeça de Porco  
Fonte: Rio & Cultura (2012)

Dois anos depois, Aluízio de Azevedo publicava a primeira edição de “O Cortiço”, obra plena de representações sobre a cidade e suas contradições. Sobre a histórica demolição, Enders (2008, p. 203), relata:

Trata-se de um verdadeiro labirinto de casebres e de construções aglomeradas que proliferaram num terreno que terá pertencido ao conde D’Eu, situado nas proximidades de uma pedreira, não muito longe da estação central Dom Pedro II. [...] O número exato de pessoas alojadas na centena de casebres agrupados atrás do portão ornado com uma cabeça de porco escapa aos observadores – os jornais de 1893 falam em dois mil -, e a sorte delas, após a destruição desse pardieiro imundo, é menos conhecida ainda. Sem dúvida, uma parte subiu o morro da Providência, bem próximo, e ergueu novos casebres nas encostas”

Benchimol chama a atenção para o fato de a medicina social ter levantado os “nós górdios” da questão urbana do Rio de Janeiro, formulando com eficiência um “discurso sobre o urbano”, que teria se infiltrado no senso comum das camadas dominantes e médias da sociedade da época, segmentos que, em meados das décadas de 1870, “já constituíam uma influente ‘opinião pública’, favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do império numa metrópole salubre e moderna”. (ENDERS 2008, p. 118) Assim:

Esse amplo leque de críticas fundamentava propostas de remodelação do Rio de Janeiro. A cidade ‘edificada sem método’, segundo um gosto ‘mediocre’, entregue a especuladores preocupados muito mais com seus interesses econômicos do que com os da salubridade pública devia ser submetida a um plano geral de funcionamento e evolução: expansão urbana por bairros considerados mais salubres para desafogar o centro; imposição de normas para a construção de casas higiênicas; alargamento e abertura de ruas e praças; arborização; instalação de uma rede de esgotos e de água; manutenção do asseio em mercados e matadouros; criação de lugares próprios para despejos etc. (BENCHIMOL, 1992, p. 117).

Desta forma, as prescrições dos higienistas viriam a sustentar as ações dos engenheiros e arquitetos responsáveis pela posterior reestruturação da cidade. As reformas se dariam com 'bases científicas', observando as prescrições da medicina, arquitetura e engenharia. Em 1874, logo após duas grandes epidemias de febre amarela que assolaram a cidade (1870 e 1873), foi apresentado o primeiro plano urbanístico da cidade, proposto por engenheiros da recém-criada Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro.

As intervenções urbanas se intensificariam a partir de 1888. A nova República desejava romper com o modelo colonial imperialista, modernizar-se, abrir avenidas, construir prédios bonitos, praças, um novo porto, atrair o capital estrangeiro projetando-se perante o mundo através de seu principal centro urbano, o Rio de Janeiro. Inspiravam-lhe, certamente, as reformas urbanas de Paris e pretendia-se superar as mudanças implementadas em Buenos Aires por Alvear, entre 1883 e 1887.

Sevcenko (1983, p. 20) relaciona quatro prescrições que orientariam as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro naquela época:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense

Sobre a atuação de Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro e as transformações que implementaria na capital federal em seu governo (1902-1906), Enders (2009, p. 212) ressalta que "sua ação, que tem a 'civilização como bandeira', desenvolve-se principalmente em dois domínios: grandes obras e reforma dos comportamentos." De fato, as ações reformuladoras da cidade, visariam não somente o espaço físico urbano, mas também a cultura e o agir da sociedade local, que deveria adequar-se aos ditames civilizados.

O "autocontrole" seria a marca do processo civilizatório, uma exigência que se imporia a todos na nova cidade linda e urbanizada do início do século XX. Del Priore e Venâncio (2001, p. 228) registram trecho de um manual redigido por Machado de Assis, visando "orientar o comportamento" das pessoas nos *bonds*. Nele, o autor ironiza a pretensão dos administradores em adestrar os cariocas para conviver na nova *urbe* carioca, ressaltando que a novidade não teria sido feita para todos:

Art. I. – Dos encatarroados

Os encatarroados podem entrar nos bonds com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro.

[...]

Art. II. – Da posição das pernas

As pernas devem trazer-se de modo que não constanjam os passageiros do mesmo banco. Não se proíbem formalmente as pernas abertas, mas com a condição de pagar os outros lugares, e fazê-los ocupar por meninas pobres ou viúvas desvalidas, mediante uma pequena gratificação.

Art. III – Da leitura dos jornais

Cada vez que um passageiro abrir a folha que estiver lendo, terá o cuidado de não roçar as ventas do vizinho, nem levar-lhes os chapéus. Também não é bonito enconstá-lo no passageiro da frente.

[...]

Art.VIII. – Das pessoas com morrinha

As pessoas que tiverem morrinha, podem participar dos bonds indiretamente: ficando na calçada, e vendo-os passar de um lado para outro.

A transformação da cidade “pestilenta”, escravista e colonial em metrópole capitalista, voltada para o mundo, exigia a implementação da lei e da ordem. Pouco se podia aproveitar do Rio antigo. Logo, a ordem era colocar abaixo para reconstruir. As intervenções do poder público sobre o território central multiplicar-se-iam, especialmente com a nomeação de Pereira Passos para Prefeito do Distrito Federal. Durante sua gestão, uma verdadeira revolução no espaço urbano da cidade ocorreria, com o alargamento das principais ruas do Centro, construção de praças, arborização, abertura de avenidas, calçamento asfáltico, canalização de rios. A inauguração da Avenida Central, em 1905 (atual Avenida Rio Branco), é considerada, pois simbolizava o Rio moderno, abrigando as melhores lojas, bancos, clubes, hotéis e edifícios governamentais.



Figura 3 - Avenida Central – 1906  
Fonte: Professor Rivan Luiz (2012)

Tantas reformas exigiriam a desapropriação e demolição de centenas de casas e edifícios. Também demandariam a destruição de muitos cortiços do Centro, pois a concepção de cidade linda e moderna não combinaria com enclaves de pobreza, que tampouco corresponderia ao ideal de assepsia que se pretendia revelar com as alterações implementadas.

A medida teria encontrado apoio de alguns e críticas de outros, dualidade bem documentada pela imprensa da época. No trecho de “O Commentário” abaixo destacado, a expressão ‘bota abaixo’ é reproduzida e o argumento da estética é evocado:

É difícil compreender como há duas opiniões a cerca da vantagem que esta cidade tira das demolições actualmente feitas e por fazer. [...] A cidade é torta; a cidade é feia; a cidade é velha; toda a gente lastima que os nossos antepassados nos tenham legado um monstro assim; toda a gente maldisse dos administradores contemporâneos que nada endireitaram, antes continuaram a obra de entortamento; pois agora não seria justo reconhecer unanimemente o extraordinário benefício das demolições com que tiramos á geração por vir o direito de se queixar de nós como nós nos queixamos do passado? [...] Considerando bem, qual é a função de um governo que desapropria uma larga zona edificada por onde resolveu traçar uma avenida? É a de um homem de bem que diz aos proprietários: isto está torto, não pode continuar assim; a esthetica e a salubridade reclamam outra obra. [O Commentário, janeiro 1904, pp. 14-17, “Demolir e Construir”] (DEL BRENNA, 1985, p.144-145).

Alberto Figueiredo Pimentel, jornalista e espécie de cronista social da época, lançou a expressão “O Rio Civiliza-se!” na coluna “Binóculo” da Gazeta de Notícias, em 1904, para definir o período da vida carioca que se seguiria à abertura da Avenida Central. Logo transformado em *slogan*, o termo refletia o estado de espírito de muitas pessoas na época e seria usado como palavra de ordem pelos reformistas, determinados a alterar os modos e costumes da sociedade carioca da época. (BARBOSA, 2002, p.143)

Sobre esse especial momento da história urbana da cidade, Chalhoub destaca o seguinte trecho publicado pelo Jornal Correio da Manhã, em 1906, que se refere à administração de Pereira Passos, como prefeito do Rio de Janeiro e Rodrigues Alves, à época Presidente da República:

[...] hoje, mais do que nunca, dadas as excepcionais circunstâncias em que se encontra esta cidade, onde, cresce, dia a dia, a febre, que já parece interminável dessas demolições que se estendem por aí afora, deve provocar nossa atenção a sorte dessa infeliz gente que vive do produto exclusivo de seu esforço quotidiano. [...] A falta de habitação para o trabalhador é absoluta, ninguém pode negá-lo. [...] É ao governo do dr. Rodrigues Alves, que se notabilizará, por muitos títulos, nos anais da política nacional, ficará mais este padrão de glória: abriu avenidas, largas ruas, construiu o cais, embelezou e aformoseou a cidade, embora alicerçando todo



esse grandioso edifício de melhoramentos materiais sobre [...] a desgraça de uma classe honesta, operosa e digna de melhor sorte. (CHALHOUB, 2001, p. 132)

Embora as reformas mais significativas na antiga cidade imperial tenham se concentrado na primeira década de 1900, em especial sob a regência de Pereira Passos, viu-se que a origem do movimento reformista data do século anterior, período em que diferentes quadros da sociedade da época se envolveram nesse processo e em que sucessivas iniciativas de transformação da cidade tiveram lugar.

O movimento de projeção da cidade como moderna e civilizada persistiria ao longo das décadas seguintes, sendo as exposições de 1908 e 1922 exemplos de ações nesse sentido. Sobre a questão, Levy (2008, p.11) sintetiza: “O Rio de Janeiro do início do século, cartão de visitas da República, remodelado por Pereira Passos e saneado por Oswaldo Cruz, vai ser o cenário de um verdadeiros espetáculo de dramatização da utopia do progresso”.

## 1.2 As primeiras favelas

Alguns autores apontam os cortiços como origem das atuais favelas, em função dos traços comuns que apresentam: população pobre, instalações precárias, grande concentração de pessoas, muitas delas originalmente ocupantes dos cortiços demolidos:

Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de *habitat* pode ser considerado o ‘germe’ da favela. Segundo pesquisa realizada por Vaz (1994:591), o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893, possuía barracos e habitações precárias, do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Providência. Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (ROCHA, 1986; CARVALHO, 1986; BENCHIMOL; 1992). (VALLADARES, 2009, p. 24).

A favela teria se constituído na alternativa encontrada por centenas de ex-moradores de cortiços, que precisavam permanecer próximos à área central. “A erradicação dos cortiços, espetacular, mas incompleta, faz surgir um novo tipo de habitação popular, bem mais visível, porém, mais incontrolável ainda: as favelas.” (ENDERS, 2008, p. 203). Resolvia-se uma contradição da nova configuração pretendida para cidade, ou seja, acabar com os bolsões de pobreza, violência e

insalubridade do Centro urbanizado, deixando-o novo, bonito e higienizado. Mas criava-se outra, a ocupação desregrada de morros no entorno da área recém-reformada:

Finalmente, o período Passos também se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela. O Morro da Providência, por sinal, já era conhecido como o Morro da Favela desde 1867, quando passou a ser habitado por militares de baixa hierarquia retornados de Canudos” (ABREU, 2008, p. 66).

As freguesias centrais da cidade teriam sido as mais impactadas pelas reformas implementadas no início do século XX. O censo de 1906 revela que no período de 1872 a 1890, a Freguesia de São José passaria de 20.010 moradores para 40.017; a de Santana, de 38.446 para 67.533; a de Sacramento, única que escaparia da “picareta municipal”, de 26.909 para 30.663. Somente a freguesia da Candelária, já superpopulosa, teria discreta diminuição do número de habitantes. (CARVALHO, 1995, p. 73),

Após o início das reformas, a situação se alteraria de forma dramática em algumas freguesias, onde o processo de crescimento seria abruptamente interrompido. A da Candelária, por exemplo, teria sua população reduzida à metade, com o fim das estalagens, casas de cômodos e cortiços. Na de Sacramento, a redução seria de quase 20%. Nas demais (São José, Santa Rita e Santana), entretanto haveria aumento, especialmente devido à migração da população para essas freguesias.

Parte da população teria migrado para a freguesia de São Cristóvão e para o subúrbio, em especial para os de Espírito Santo e Engenho Velho, que teriam sido beneficiados com obras da prefeitura. Atraídos pelo binômio meio de transporte / espaço livre, essas pessoas teriam a opção de morar afastadas do centro. Seriam, em regra, proprietários de imóveis desapropriados no centro da cidade. Entretanto, para outros, os que sobreviviam da venda diária de sua força de trabalho, o transporte público não seria acessível, motivo porque precisariam permanecer nas cercanias centrais.

Rocha (1995, p.87) menciona trecho do relatório de Backheuser<sup>9</sup> acerca dos números do bota-abixo, ressaltando dois dados: o número de casas demolidas foi acima de todas as expectativas, e o número de avenidas construídas ficou aquém do prometido. Entretanto, mais de 14 mil pessoas teriam sido desalojadas.

O fenômeno favela seria anterior à categoria “favela”, como sinônimo de aglomerados desordenados de barracos e pessoas, em áreas sem infraestrutura. O Morro da Providência teria sido ocupado por ex-combatentes da Guerra dos Canudos, que lá teriam se instalado para pressionar o antigo Ministério da Guerra a regularizar o pagamento de seus soldos atrasados.<sup>10</sup>

No Município de Monte Santo, Bahia, havia um morro denominado Morro da Favella, em função da presença de uma vegetação de mesmo nome, a “Favella”, descrita em Os Sertões, de Euclides da Cunha.<sup>11</sup> Neste monte travou-se histórico combate entre rebeldes e os exércitos da República, que os derrotaram. O Morro da Providência assemelhava-se à localidade baiana e apresentava, na época de sua ocupação pelos ex-combatentes, a mesma planta “favella”.<sup>12</sup> Assim, em decorrência destas coincidências, o morro carioca passou a ser conhecido como Morro da Favella. Apenas posteriormente, o nome “favela” teria se substantivado, tornando-se sinônimo desta forma típica de moradia. Na imprensa carioca, a partir de 1920, a palavra favela passaria de nome próprio singular a nome comum plural: “O Morro da Favella, pouco a pouco passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos e aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos”. (VALLADARES, 2005, p. 195)

<sup>9</sup> “Habitações Populares”, constante do relatório apresentado por Everardo Backheuser ao Ministro da Justiça J.J. Seabra, em 1906.

<sup>10</sup> ROCHA (1995, p.78) apresenta outra versão para a vinda de grande contingente de ex-combatentes para a capital. “O final do século XIX assistiu à chegada de correntes migratórias ao Distrito Federal, destacando-se a corrente baiana e a corrente fluminense. A primeira localiza-se temporalmente na época do término da campanha de Canudos, e a segunda com a abolição da escravidão. Muito se tem escrito sobre o retorno dos combatentes da campanha de Canudos ao Rio de Janeiro. Trata-se de um ponto confuso. Por que razão teriam vindo esses baianos a residir aqui após o combate? Nossa interpretação aponta para o seguinte caminho: esses combatentes, certamente recrutados entre as camadas mais baixas da população da capital baiana, não encontraram seus antigos empregos ao retornarem da campanha. Aproveitando-se da disponibilidade de meios de transporte, isto é, os vasos de guerra que do Rio saíram para o Nordeste, vieram tentar melhor sorte na capital federal. A explicação de que esses baianos se teriam deslocado para o Rio de Janeiro, com o objetivo de receber seus vencimentos em atraso, não nos parece digna de crédito.

<sup>11</sup> “As favelas, anônimas ainda na ciência - ignoradas dos sábios, conhecidas pelos tabaréus - talvez um futuro gênero cauterium das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa. Por um lado, a sua epiderme ao esfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão, que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência inatural.” (Os Sertões, Euclides da Cunha)

<sup>12</sup> ENDERS (2009, p. 203) adota o mesmo entendimento sobre a origem do termo “favella”: [...] Quatro anos depois, soldados que retornavam da pacificação de Canudos são autorizados a colonizar a mesma colina. Eles a chamavam de “favela”, como lembrança de sua campanha. De fato, a favela é uma planta espinhosa, típica do sertão árido, que tinha dado o nome a uma elevação estratégia para a conquista da cidadela de Canudos.”

A obra *Os Sertões* foi publicada em 1902, com grande impacto sobre os intelectuais do início do século passado, “que descobriram tais espaços novos na cidade através do olhar de Euclides da Cunha sobre Canudos”, tornando “a guerra de Canudos muito presente na memória coletiva” da época. (VALLADARES, 2005, p. 30). Sobre a importância da obra na construção das representações sobre favela, Valladares (2005, p. 30) enfatiza:

O livro de Euclides da Cunha é posterior (1902) ao momento em que o Morro da Providência foi rebatizado como Morro da Favella (1887), mas tal acontecimento teria passado despercebido, e essa palavra não teria alcançado a posteridade que conheceu, sem as imagens fortes e marcantes transmitidas através de *Os Sertões*. Imagens capazes de permitir aos intelectuais brasileiros compreender e interpretar a favela emergente. Isso é o que pretendemos deixar bem claro durante a seqüência desse trabalho.

De fato, ainda no século XIX, algumas favelas já haviam surgido. O Morro de Santo Antônio foi ocupado por soldados de outro batalhão que lutou em Canudos e chamava a atenção de cronistas da época, como João do Rio, que, em 1908 relata suas impressões da visita ao local em seu “Os livres acampamentos da miséria”:

Eu tinha do Morro de Santo Antônio a idéia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam a espera de habitações e a tentação veio de acompanhar a seresta morro acima, em sítio tão laboriosamente grave. [...] Acompanhei-os, e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos numa roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpenteava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados, indicando quintais. A descida [até o outro lado do morro] tornava-se difícil. [...] percebi, então, que estava numa cidade dentro da grande cidade. (GOMES, 2005, p. 116-122)

E prossegue o famoso cronista:

O certo é que hoje há, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de 1.500 pessoas abrigadas lá em cima. As casas não se alugam. Vendem-se. Alguns são construtores e habitante, mas o preço de uma casa regula de 40 a 70 mil réis. Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de flandres, taquaras. A grade artéria da urbs era precisamente a que nós atravessávamos. Dessa, partiam várias ruas estreitas, caminhos curtos para casinhotos oscilante, trepados uns por cima dos outros. [...] (GOMES, 2005, p. 116-122)

Sobre a existência de outros morros sob o processo de favelização ainda do século XIX, Valladares exemplifica:

A ocupação do Morro da Providência data de 1897. Em 1898, o Morro de Santo Antônio também atesta um processo semelhante de favelização: de acordo com Abreu & Vaz (1991), soldados de um outro batalhão, de volta da mesma campanha

de Canudos, construíram barracos – com autorização dos chefes militares – no Morro de Santo Antônio, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio. [...] A Quinta do Caju, a Mangueira (na encosta do Túnel Velho, do lado de Botafogo), e a Serra Morena também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favela (VALLADARES, 2005, p. 26).

Rocha (1995, p.90) afirma ser “muito difícil precisar o momento em que surge essa nova forma de habitação”, e que fotografias de “casebres construídos nos morros, tais como o do Castelo e Santo Antônio, por exemplo”, iguais ao do morro da Favella, são-lhes anteriores e constam do relatório censitário de 1906. O autor esclarece que não se poderia afirmar que a favela surge no Morro da Favella, mas seria inegável que a partir dessa ocupação, a prática se sistematizaria.

Essa circunstância faria com que a questão dos cortiços, agora residuais e não mais situados nas recém embelezadas áreas centrais, passasse a ser vista como questão de menor importância nos debates sobre o futuro da cidade. As favelas, entretanto, passariam a atrair a atenção dos sanitaristas, engenheiros, arquitetos e imprensa, que passariam a vê-las como o novo *locus* da violência, pobreza e insalubridade, dando início à campanha de 1907, que teria à frente Oswaldo Cruz, o principal sanitarista do governo de Pereira Passos.

A questão é bem retratada pela imprensa do início do século XIX, que publica muitas crônicas, matérias e charges sobre a sana repressiva que se observa na época. A charge a seguir é emblemática, mostrando Oswaldo Cruz promovendo uma “limpeza necessária” no morro da Favela, é retratado como uma pessoa mal encarada, um malfeitor. Com o uso de um pente fino, o sanitarista elimina os elementos “pestilentos” do morro, seus habitantes, que assumem a figura de “piolhos”.



Figura 4 - Revista “O Malho”, 1908 - “Uma limpeza indispensável”  
Fonte: Blog Urbe Carioca (2012)

Assim, a “descoberta” da favela teria se seguido à sua percepção como problema a ser enfrentado, questão de que se ocuparia a mídia e diferentes segmentos da sociedade, por grande parte do século XX.

Já na década de 1920, na esteira do desmonte do Morro do Castelo, iniciam-se campanhas denunciando a “lepra esthetica”<sup>13</sup>. Augusto de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club, introduziu, em 1926, um novo tema na questão do combate às favelas: a questão da estética. Tendo vivido muitos anos na Europa e testemunhado as transformações promovidas por Haussmann, passa a defender “uma concepção mais sistêmica da cidade que se torna objeto de uma nova disciplina com ambições científicas: o urbanismo” (VALLADARES, 2005, p. 43).

Em discurso proferido na sede do Rotary Club, posteriormente reproduzido no Correio da Manhã e em O Jornal, iniciou uma campanha sistemática pelo fim das favelas, que se estenderia até 1927, tendo como mote a “preocupação com a beleza da cidade tomada em seu conjunto”. A questão urbana não poderia ser gerida com intervenções pontuais, mas sim, ser considerada como um todo. Problemas como moradia, saneamento e circulação, demandariam ações que se articulassem com o conjunto, e sempre voltadas para a preservação da beleza natural da cidade.

Assim, Pimenta propunha uma abordagem racional da questão urbana, contexto em que a cidade precisaria ser vista como um todo coerente, em que as partes se somassem para um resultado final racional, que necessariamente concorreria para a preservação da beleza natural impar da cidade. As favelas confrontariam essa concepção, motivo porque, deveriam ser eliminadas. Valladares destaca trecho do discurso de Pimenta Motta, cujas idéias “relativas ao urbanismo, às favelas e moradias populares contribuíram bastante para dar forma às representações das elites”:

[...] antes mesmo de sua adopção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradeiro immediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das ‘favelas’ – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a Estada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza (VALLADARES, 2005, p. 42)

<sup>13</sup> Em 1926, Mattos Pimenta lança uma campanha contra as favelas. Em discurso proferido na sede do Rotary Club, posteriormente reproduzido no Correio da Manhã e em O Jornal, em 18 de novembro de 1926, introduziu um novo tema na questão do combate às favelas: a questão da estética, “da preocupação com a beleza da cidade tomada em seu conjunto”, que vê a questão urbana não como ações pontuais, mas em seu todo, considerando moradia, saneamento e circulação, dando ensejo “a uma concepção mais sistêmica da cidade que se torna objeto de uma nova disciplina com ambições científicas: o urbanismo (VALLADARES, 2005, p. 42).

Ainda na década de 1920, artistas como Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti, modernistas brasileiros que apregoavam a ruptura com os modelos estrangeiros e reafirmavam a necessidade de valorização da identidade brasileira, apresentam a favela como símbolo da cultura nacional, retratando-a como local alegre, onde as pessoas vivem felizes:



Figura 5 - "Morro da Favela", Tarsila do Amaral (1922)  
Fonte: Cultura Mix – Tarsila do Amaral (2012)

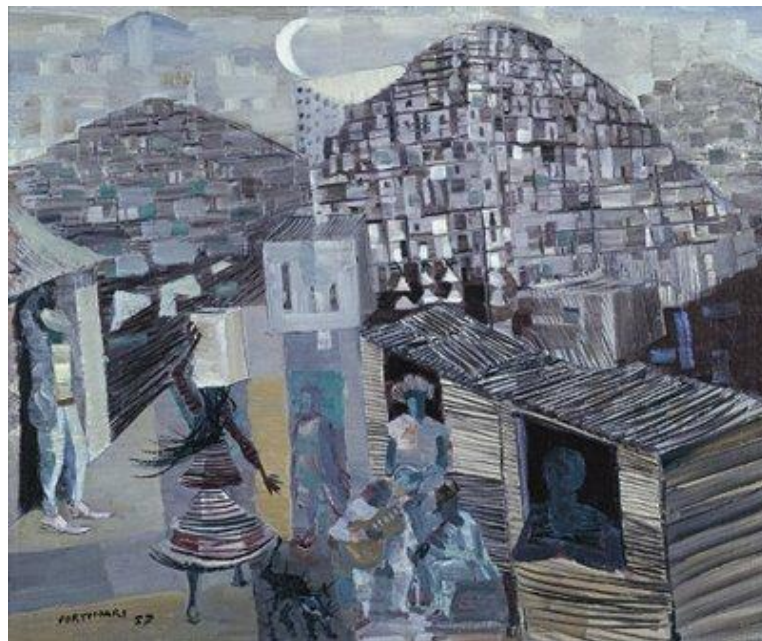


Figura 6 - "Favela", Cândido Portinari (1931)  
Fonte: Blog Alunorgc (2012)

Na década seguinte, em 1930, Prado Junior encomendou a Pedro Agache um estudo com propostas de urbanismo para a cidade. Agache apresentou seu plano, descrevendo a favela como uma lepra ameaçadora do corpo humano (VALLADARES, 2005, p. 47)<sup>14</sup>, o que nos remete a Senett e sua analogia nesse mesmo sentido. Em 1937 foi promulgado o Código de Construção. Na mesma década, foram criadas a primeira e a segunda Comissão do Plano da Cidade do Rio e o IBGE.

Em 1941 foi criada uma comissão para estudar os problemas de higiene em torno das favelas e, no mesmo ano, o Morro de Santo Antônio foi demolido, abrindo novo espaço no Centro da Cidade. Também em 1941 ocorreu o primeiro congresso brasileiro de urbanismo, onde a questão da favela foi discutida. No ano seguinte, iniciou a política dos parques proletários (1942-1944) pelo Prefeito Henrique Dodsworth, nomeado interventor no Distrito Federal por Getúlio Vargas. Tais parques teriam como finalidade alojar, provisoriamente, operários pobres removidos de favelas<sup>15</sup>. Em 1944 foi inaugurada a Avenida Presidente Vargas, sendo precedida de outra leva de demolições e remoções de populações. Nas eleições de 1945, moradores de favelas já eram vistos como massa eleitoral. Em 1946, foi a vez da inauguração da Avenida Brasil. No ano seguinte, foi criada uma comissão federal para a supressão das favelas e, em 1948, Carlos Lacerda lançou na imprensa a “A Batalha do Rio” contra as favelas e promoveu o primeiro recenseamento de favelas no Distrito Federal.

Em 1950, o IBGE realizou o primeiro recenseamento geral do país, e as favelas foram definidas como categoria nacional. Dois anos depois, a Prefeitura do Distrito Federal criou o Serviço de Reabilitação das Favelas e, em 1953, uma nova comissão municipal sobre os problemas das favelas. No ano seguinte, surgiu a União dos Trabalhadores Favelados, e, em 1955 foi lançada a Cruzada São Sebastião, por D. Helder Câmara com o objetivo de “promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao

---

<sup>15</sup> O discurso populista de Vargas não coadunava com as antigas práticas de expulsão de comunidades carentes, sendo necessário realojar os moradores de favelas que fossem extintas. Entre 1941 e 1944 foram construídos três parques proletários (Gávea, Caju, Praia do Pinto), que abrigaram de 7 a 8 mil pessoas. O contingente de favelados, entretanto, era estimado entre 250 e 300 mil, tendo sido ineficaz a medida adotada.



problema das favelas do Rio de Janeiro”<sup>16</sup>, nos termos do artigo 2º. dos Estatutos da instituição. (VALLADARES, 2005, p. 77) Em 1956, foi instituído o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERPHA) e em 1957 realizou-se o primeiro congresso dos favelados do Rio de Janeiro.

Em 1960 o Rio de Janeiro deixou de ser a capital da República, e Carlos Lacerda foi eleito governador do novo Estado da Guanabara (1960-1965). Um novo recenseamento das favelas da Guanabara foi realizado. Em 1963 Lacerda firmou acordo para o financiamento da remoção dos favelados. Em 1967, surgiu a CHISAN, órgão federal encarregado da remoção dos favelados, no mesmo ano em que ocorreu o Congresso da FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara).

Durante muitas décadas as favelas ficaram à margem da cidade, cujas populações e estruturas administrativas se recusavam a reconhecer esses espaços como realidade. No prefácio do livro *O Bandido* (1997), o jornalista Sérgio Cabral, pai do atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, denuncia essa circunstância:

Tal comportamento gerou uma situação em que cerca de dois milhões de cariocas – quase a população do Uruguai – permaneceram como que condenados à marginalidade pela própria legislação. As leis não reconheciam a existência das favelas. E isso foi dito pelo próprio Governador Chagas Freitas a um grupo de líderes favelados que o procuraram em busca do atendimento de suas reivindicações. ‘Gostaria de ajudá-los’, disse Chagas, ‘mas segundo a legislação vocês ocuparam indevidamente locais que não lhes pertencem. O governo não pode botar dinheiro em ocupações ilegais (CABRAL, 1997, p. 10).

Na década de 1970 observaram-se os primeiros sinais de mudança. Em 1976 surgiu a Pastoral de Favelas; em 1979, foi lançado o Projeto Rio, na favela da Maré, e a Ligth lançou o Programa de Eletrificação nas Favelas.

Em 1980, foi criado o Partido dos Trabalhadores e, em 1981, surgiu o Cadastro de Favelas do IPLAN-RIO. Leonel Brizola, governador do Rio, criou em 1983 o programa “Cada Família um Lote”, para regularizar a propriedade do solo nas favelas. No mesmo ano, a CEDAE lançou o programa de água e saneamento para as favelas.

---

<sup>16</sup> Valladares ressalta que “a Cruzada São Sebastião constitui uma virada na representação política da favela. O reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, tanto rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista do período anterior.” (2005, p. 78)

Em 1993, foi elaborado o Programa Favela-Bairro pelo Prefeito César Maia e, no ano seguinte, foi instituída a Secretaria Municipal de Habitação, responsável pelo programa. As obras do Favela-Bairro começaram em 1995 em 19 favelas cariocas.

Observa-se, assim, que até a década de 1960, prevalecia a estratégia de repressão das favelas e remoção de seus moradores, com o Estado se aparelhando para consolidar essas políticas públicas. Entretanto, após 1970, altera-se a postura governamental e as políticas voltam-se para a urbanização das favelas.

Nesse contexto, em 1990 foi editada a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que, em seu artigo 429, inciso VI, impediria a remoção de moradores de áreas de favela, salvo se em áreas de risco.<sup>17</sup> Na mesma esteira, em 2001 foi promulgado o Estatuto da Cidade<sup>18</sup>, Lei Federal que ratificou o paradigma da função social da cidade e da propriedade previstos na Constituição da República.

Fernandes (2008) discorre sobre a importância dessa última norma na história do Direito Urbanístico, ao ressaltar que “o Estatuto da cidade enfatiza a importância dos processos e mecanismos para gestão mais democrática das cidades e para a democratização das formas de acesso ao solo urbano” (FERNANDES, 2008, p.44).

Com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e com a promulgação do Estatuto da Cidade, constituiu-se o arcabouço jurídico impeditivo de remoções. Restava aos administradores, promover a urbanização desses espaços.

---

<sup>17</sup> Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:

[...]

VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: [...]

<sup>18</sup> Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

(...)

IV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

### 1.3 A globalização da economia e o processo de megalopolização: a análise de Bárbara Freitag

“[...] favelas e invasões tomaram conta dos morros e seus habitantes estão ‘sitiando’ a cidade legal, que, por décadas, ignorou o potencial explosivo da cidade ilegal” (FREITAG, 2006, p.167).

Bárbara Freitag (2008, p.153-177), em estudo sobre urbanização, desenvolve interessante ensaio acerca do processo de megalopolização, tendo como objeto a Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Conceitua megalopolização como um padrão específico de urbanização que ocorre em decorrência da globalização da economia, em que, por conjunção do crescimento vegetativo e levas migratórias descontroladas, cidades ou metrópoles foram rapidamente transformadas em megalópoles, ou seja, em locais povoados por mais de 10 milhões de habitantes, aumentando suas populações em até oito vezes nas últimas três ou quatro décadas do século XX. O elemento identificador desta categoria é “o crescimento descontrolado, desregrado da população urbana, que faz transbordar os limites naturais e administrativos da cidade, tornando-a insustentável.”

Registra que tal processo foi acompanhado da “poluição do ar, da água (mananciais e lençóis freáticos), do desequilíbrio ecológico e da desorganização social (anomia, violência, tráfico de drogas e armas, etc.).”(FREITAG, 2008, p.153) Este fenômeno reflete-se no tecido urbano, que se torna um híbrido de construções de alto luxo e de condomínios fechados, de um lado, e favelas e invasões, de outro, em um confronto intitulado, por Freitag, de “cidade legal” x “cidade real”. (FREITAG, 2008, p.154)

Prossegue a pesquisadora esclarecendo que as metrópoles diferem das megalópoles, caracterizando-se por serem cidades grandes, com tradição histórica centenária ou milenar. Suas populações ficam em torno de 5 milhões de habitantes, localizam-se, em regra, no hemisfério norte, reunindo grande riqueza material e simbólica. Como exemplo: Berlim, Lisboa, Roma. Em função de políticas de contenção demográficas, conseguiram evitar as “invasões bárbaras”, as “levas migratórias descontroladas”, livrando-as da “destruição de seu tecido urbano e de suas tradições culturais.” (FREITAG, 2008, p.154) As “cidades globais” também diferem da megalópole, configurando-se como sedes do capital financeiro mundial

por conjugarem fatores como alta tecnologia e infraestrutura diferenciadas, capazes de justificar a concentração de sedes de grandes empresas e “garantir a globalização da economia”. (FREITAG, 2008, p.155)

A questão central do estudo de Freitag é: as megalópoles, em função de seu crescimento desordenado e dos profundos problemas sociais e econômicos daí decorrentes (de complicada ou impossível solução), ainda podem alimentar a pretensão de se tornarem metrópoles ou cidades globais? Em outras palavras, a incapacidade de deterem o processo de inchaço de seus territórios (e as consequências que daí advieram), não as terá desviado do caminho do desenvolvimento regular e sustentável, levando-as, com isso, a perder o bonde da história?

[...] parto da tese central de que os processos de megalopolização das cidades latino-americanas durante a segunda metade do século XX, e que ainda estão em curso, são menos frutos de seu passado histórico colonial e mais resultado da globalização da economia de mercado, em curso desde a segunda metade do século XX. A megalopolização das quatro cidades a serem analisadas aponta para duas tendências: deixaram de ser potenciais metrópoles (nos moldes das metrópoles européias) e dificilmente virão a ser cidades globais o sentido de Saskia Sassen<sup>19</sup>, apesar de algumas vozes positivas [...] acenarem com essa possibilidade. [...] altas taxas de violência, a falta de segurança e o alto índice de poluição [...] [são] fatores que dificultam sua integração no rol das cidades globais. (FREITAG, 2008, p.155-158)

A megalopolização resulta de transformações estruturais nacionais e internacionais, em especial, da globalização da economia de mercado, que redefiniu o cenário mundial com novos padrões de produção e consumo. As quatro cidades objeto do estudo experimentaram iniciais processos de urbanização que sanearam e embelezaram a cidade, nos moldes de cidades européias. Caminhavam para a metropolização.

Surgiu, entretanto, o processo de globalização das economias mundiais, que, em “ritmo frenético [...] provocou um crescimento da riqueza do capital internacional jamais visto”, dando origem a “novos padrões de organização das cidades e processos de urbanização” (FREITAG, 2008, p.174), mais comuns nas cidades do Sul, mas também observável na Cidade do México:

---

<sup>19</sup> Freitag refere-se à obra *Cities in a world economy*, de Saskia Sassen, que esclarece: “As cidades globais são sítios fundamentais para os meios modernos de serviços e telecomunicações, necessárias para efetivar a gestão das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as sedes de firmas, especialmente firmas que operam em mais de um país”.

[...] estudaremos as quatro megalópoles latino-americanas cujas reminiscências metropolitanas foram sendo apagadas pelas sucessivas levas de emigrantes, que quantitativa e qualitativamente destruíram a cidade legal preexistente e 'criaram' um padrão e cidade real (legal e ilegal) que já não é metrópole nem (ainda?) cidade global, como acima definida. (FREITAG, 2008, p.157)

Volta-se, neste momento, ao ponto central das reflexões de Freitag: as megalópoles latino-americanas teriam (agora ou em um futuro próximo) condições de preencher as exigências dessa moderna sociedade informacional a fim de usufruírem da “espetacular riqueza gerada pela globalização?” (FREITAG, 2008, p.174) E, questiona-se, em caso positivo, os esforços despendidos neste sentido, valeriam a pena?

Freitag informa que estudos acerca da Cidade do México, São Paulo e Buenos Aires revelaram, em apertada síntese, o que se segue:

- Estas cidades não serão capazes de resolver, no curto e médio prazos, os profundos problemas que a megalopolização gerou na segunda metade do século XX;

- O esforço dessas cidades para atrair o capital financeiro nem sempre será recompensado, tendo em vista a volatilidade deste capital, que facilmente se volta para outros mercados, dependendo das condições oferecidas;

- As megalópoles estudadas dificilmente terão condições de competir com cidades como Miami, Los Angeles, Zurique, Frankfurt, Paris e Xangai, em função do considerável “peso morto” que seu contingente populacional inativo representa.

Tais conclusões confirmam o entendimento inicial de Freitag, de que “dificilmente as megalópoles de hoje terão condições de regredir e voltar atrás, reconstituindo os padrões urbanos que haviam alcançado na fase de industrialização, como metrópoles.” (FREITAG, 2008, p.176)

Embora a cidade do Rio de Janeiro não tenha sido objeto do estudo supracitado, parece razoável que as mesmas conclusões possam ser a ela estendidas. É desse pressuposto que partiremos oportunamente.

## 1.4 A violência da Globalização e seus reflexos sobre a urbanização e violência urbana: análise de Yves Pedrazzini

“O pânico das cidades é a incerteza da globalização projetada em solo urbano” (PEDRAZZINI, 2006, p. 90).

Cidade e violência também são preocupações de Yves Pedrazzini, pesquisador do laboratório de Sociologia Urbana da Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça e coordenador dos trabalhos sobre violência e segurança urbanas na África e na América Latina, no âmbito do Programa Nacional de Expertise em Pesquisa “Nord-Sud”. Em sua obra, “A Violência das Cidades” (2006), Pedrazzini apresenta alguns entendimentos centrais, em torno dos quais todo seu pensamento se desenvolve.

O primeiro deles é que a violência urbana decorre da violência da urbanização, que, por sua vez, decorre da violência da globalização.

A violência urbana deve ser analisada como um sistema socioespacial dinâmico, cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade, como modelo ambiental hegemônico. A partir desses dois elementos fundadores de nossa ‘civilização’, entrariam outros componentes especificamente sociais (crescimento das desigualdades), políticos (criminalidade da pobreza), espaciais (fragmentação do território) ou ideológicos (sujeição da democracia à insegurança) que se combinariam entre si para traçar um ‘projeto de sociedade’ selvagem e inquietante. Cabe, portanto, analisar como os principais setores da economia global instauraram um determinado modelo de urbanismo, de arquitetura e de cidades globais, e, desde então, com a urbanização contemporânea globalizada, começou a impor práticas sociais e espaciais que contribuíram para o crescimento da violência (PEDRAZZINI, 2006, p. 91).

Na economia globalizada, novos modos de produção possibilitam que um mesmo produto seja fruto da indústria de diferentes continentes, levando os países à intensa disputa por mercados para sua produção, não raro, de forma agressiva e predatória. A tecnologia permite que recursos cada vez mais significativos sejam transacionados pelo mundo, de forma quase que instantânea. O capital especulativo desbancou o produtivo e é a grande vedete da nova era. Se antes o dinheiro vinculava-se às formas de produção industrial em locais certos, atualmente movimenta-se livremente, em direção às melhores taxas e remunerações, rompendo fronteiras de países e continentes em frações de segundo. Não há mais fidelidade a territórios e tampouco, ao destino dos que ali vivem.

Assim, apesar de sua abrangência, a globalização não se configura como uma força propulsora de desenvolvimento dos povos ou de redução das desigualdades internacionais. Não se compromete com a elaboração de uma ordem econômica mais justa ou com a construção de um mundo com menos conflitos. O processo globalizatório reflete na urbanização de muitas cidades, que, nas últimas décadas, para atender às exigências de velocidade e urgência da nova ordem econômica, se transformaram rápida e desorganizadamente:

A verdadeira globalização consiste na violência que é perpetrada à maioria por meio dos mecanismos de produção de benefícios egoístas. (PEDRAZZINI, 2006, p. 172).

A violência é o resultado de um encadeamento lógico de causas muitas vezes ilógicas: frustrações, dificuldades econômicas, políticas sociais inexistentes e racismo. Enquanto a violência social da metrópole é uma consequência lógica da violência da urbanização, esta, por sua vez, resulta da violência da globalização, desprovida de legitimidade social e literalmente 'anti-social', pois os benefícios não são distribuídos para a sociedade. (PEDRAZZINI, 2006, p. 76).

Incharam-se as cidades, esparramou-se a mancha urbana, mesmo diante do total despreparo destes locais para fazer frente às necessidades de multidões carentes de tudo. O resultado: exclusão de milhares de pessoas dos direitos mais fundamentais, como emprego, moradia, saúde, educação, transporte, lazer, segurança. Os benefícios da globalização não são distribuídos de forma equitativa:

Pedrazzini identifica esta exclusão como um violento processo a que é submetida, diariamente, essa população. Estaria aí configurada a violência da urbanização, situação antidemocrática de construção de uma sociedade global desigual e dividida. (PEDRAZZINI, 2006, p. 78).

Todos os dias surgem problemas que precisam de solução. Uma vez que o Estado não está presente para solucioná-los, cabe aos próprios habitantes dessas comunidades encontrar formas de seguir vivendo. As favelas são exemplo disso: diante da falta de moradias formais, integradas à cidade original, invadem-se terras, constroem-se barracos, resolve-se o problema da falta de teto. Sob a ótica do despossuído, favela é solução, mesmo que, para a cidade formal, se converta em um problema.

Desenvolvidas de forma desorganizada e precária, essas aglomerações urbanas não seguem as regras de planejamento e construção oficiais. Não há abertura prévia de ruas, não há distanciamento mínimo entre os imóveis, não há infraestrutura coletiva de água, de esgoto, de luz, não há respeito à propriedade da

terra. Há apenas a urgência de se levantar paredes e teto para abrigar uma família. Como e onde puder.

No urbanismo do oprimido, o pobre se defende na urgência e na improvisação para suprir a falta de projetos direcionados aos bairros desfavorecidos. (PEDRAZZINI, 2006, p. 122). Por menor que seja o local, por mais insalubre, distante ou perigoso, é o que se tem presentemente e é ali e daquela forma que a coisa irá acontecer. E de fato acontece.

Espaços exíguos, convivência forçada, falta de privacidade, insalubridade, desconforto, demandas essenciais não atendidas, e, em muitos casos, miséria. A violência social molda o território, excluindo progressivamente as favelas. (PEDRAZZINI, 2006, p. 101). Essa é a realidade de enorme contingente de pessoas, submetidas, diariamente, ao ocaso social e ao abandono estatal, verdadeiras formas de violência. Como exigir que deste segmento social, não advenham outras formas de violência, nem tanto em resposta, mas como resultado natural de ação antecedente?

Pedrazzini critica a tradição de se atribuir aos pobres a característica de violentos, como se essa fosse uma qualidade a eles inerente. Aqui, o segundo grande ponto de suas reflexões, a saber, uma proposta de mudança de paradigma: focar na violência da urbanização e não na violência urbana.

Com a nova abordagem, as políticas públicas direcionadas para a solução do problema da violência urbana não mais poderiam limitar-se à tradicional repressão aos autores do ato violento. As ações deveriam ter seu campo ampliado e, necessariamente, considerar que os indivíduos violentos também são vítimas do sistema. (PEDRAZZINI, 2006, p. 171).

Pedrazzini propõe que a violência praticada pelos menos favorecidos passe a ser vista como uma reação à anterior violência a que são submetidos, uma forma encontrada por esses atores sociais para resolver, urgentemente, problemas prementes. A globalização transformou tão rápida, profunda e violentamente a cidade, que seus segmentos menos favorecidos (os mais atingidos pelo viés negativo deste processo) precisaram responder de forma urgente e improvisada, às vezes, violenta. Logo, os pobres não seriam violentos por opção, mas por falta de outra alternativa mais efetiva de solução de crise:



[a violência urbana] [...] é a última tática adotada quando já não há mais saída, mas, ao mesmo tempo, assenta os pilares de um estado novo da cultura da metrópole, a cultura da urgência, em que a violência é um modo de ação cada vez mais generalizado e banalizado, um meio e não um fim. Pois a maioria dos criminosos não é formada de pessoas particularmente más ou atraídas pela violência. (PEDRAZZINI, 2006, p. 77).

Haveria, assim, uma hierarquia das violências, em que “os de cima” violentam “os de baixo”, antes que estes sejam, por sua vez, violentos:

Eis o que separa a violência dos pobres da violência da urbanização: a primeira quando impera, é a violência da miséria refutada. [...] a barbárie da urbanização desigual é a causa da violência social: ela a precede e a prefigura. [...] Antes da violência do pobre existe a violência dos ricos, mesmo que seja a violência simbólica de suas riquezas. (PEDRAZZINI, 2006, p. 76).

A violência urbana deveria ser vista como prática de sobrevivência muitas vezes obrigatória nestas comunidades, que lutam diariamente para sobreviver em condições muito adversas, um verdadeiro instrumento de luta, um meio relativamente eficaz para enfrentar a violência espacializada da globalização econômica – a urbanização. (PEDRAZZINI, 2006, p. 90). Diante da incerteza do futuro, que leva ao desequilíbrio, à angústia, alguma forma de violência há que insurgir.

A cidade tem “males”, reconhece Pedrazzini, e a violência é certamente um dos piores. Mas há também o mal da urbanização, que faz crescer as desigualdades, impõe a segregação social e espacial. Convencido de que a violência urbana deve ser compreendida como um fenômeno social, logo, inserido em um contexto mais complexo e abrangente, propõe uma abordagem sociológica da violência urbana, em detrimento da jurídica ou criminológica, formas tradicionais de tratar o tema:

Na favela global, a violência não é um fenômeno incoerente, mas uma prática social tão importante quanto outra qualquer. Cabe compreender o essencial desta questão por meio de uma sociologia do subterrâneo, de um olhar que capte as relações intra-urbanas latentes, as profundezas, as raízes da violência urbana, seu crescimento, os rizomas da violência como camadas de uma sociedade. (PEDRAZZINI, 2006, p. 97).

O terceiro aspecto da obra a merecer destaque é a constatação de que qualquer projeto que se destine a resolver o problema da violência urbana passa, necessariamente, pela oitiva das populações de áreas violentas, e até dos autores dos atos de violência, sem o que lhe faltarão elementos e legitimidade. Registrando que raramente os habitantes dos bairros pobres são convidados para participar do

projeto urbano, propõe como alternativa “o diálogo criativo com os indivíduos estigmatizados pelo poder [...], protagonistas subestimados da cidade inovadora.” (PEDRAZZINI, 2006, p. 149).

Somente aprendendo com o olhar do ‘outro’ reverteremos a espiral da violência na selva da cidade. (PEDRAZZINI, 2006, p. 143-144).

Devemos escutar *com* os habitantes o pulsar das cidades para que possamos reescrever o romance da urbanização com suas próprias palavras. (PEDRAZZINI, 2006, p. 148).

Precisamos estabelecer novas relações de valores: os habitantes pobres querem o controle das iniciativas que lhes dizem respeito, querem escolher livremente as alianças que julgam necessárias para solucionar os problemas definidos por eles como prioritários. (PEDRAZZINI, 2006, p. 168).

Ao que parece, a Administração Pública do Rio de Janeiro constatou o que sugere Freitag: a favelização da cidade teria saído do controle e seria tarde para reverter o processo. Não seria possível, a curto ou médio prazo, alterar essa realidade, uma vez que, em função da extensão do problema, demandaria tempo, dinheiro e vontade política de muitas legislaturas, o que não seria razoável frente à premente necessidade de solução do problema da violência urbana.

Teria se perdido o bonde e a cidade teria se favelizado. O Rio de Janeiro não seria uma “cidade global” e tampouco se poderia voltar a alimentar o sonho de que pudesse ser uma “metrópole”, estruturada, racional, organizada, com poucas diferenças sociais e econômicas, como as capitais setentrionais. No Rio de Janeiro, o trem teria descarrilado, com milhares de vítimas. Restaria, assim, administrar a crise, controlar os danos.

O Poder Público no Rio de Janeiro, em “mea culpa”, reconheceria a omissão do Estado, cuja ausência há décadas nos territórios empobrecidos do Rio de Janeiro, teria feito acumular uma vultosa dívida social com essa população, que precisaria ser agora resgatada.

Também reconheceria, como visto acima, que os desfavorecidos seriam “vítimas de um modelo econômico e histórico perverso”, e portanto, mereceriam tratamento cidadão e não repressivo. Para isso estariam sendo implementadas, não políticas de enfrentamento, mas práticas que possibilitem o diálogo com estas comunidades, mesmo as muito violentas, para que possam se expressar e apresentar suas demandas.

Neste sentido, as ações públicas coincidiriam com o pensamento de Pedrazzini, que propõe que se ouça a voz dos vistos como violentos e mesmo a voz dos violentos, já que, anteriormente, foram eles próprios vítimas de violência. Somente com medidas tendentes a eliminar a violência original, seguida da oitiva dos violentados (ainda que violentos), se poderia por fim ao círculo vicioso da violência urbana. A violência, como forma de expressão, como prática de resistência, como solução de problemas urgentes, somente poderia ser superada quando outros canais fossem abertos para que os violentos pudessem se expressar, quando outras práticas fossem tão eficientes e efetivas quanto as violentas.

Haveria que se criar alternativas. Teria sido nesse contexto que o projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) surgiria, com o objetivo de garantir, de forma permanente, as ações do estado nos territórios das comunidades faveladas antes sob o domínio do tráfico, e a permitir a implantação das UPPs e UPPs Sociais, ambas apresentadas no Capítulo 3 desse trabalho.

## 2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ao longo das últimas décadas, o estudo das representações sociais formou significativos quadros teóricos. Não se pretende, entretanto, discorrer longamente sobre o pensamento desses autores, mas antes, sugerir a categoria das representações sociais como instrumento teórico apto à construção de um objeto de pesquisa em que se proponha a pensar relacionalmente. O pensamento de Durkheim, Moscovici, Bourdieu, Abric, dentre outros autores, fornecerá subsídios para essas reflexões.

### 2.1 Pensar relacionalmente

Em *O Poder Simbólico*, Pierre Bourdieu (2010) apresenta um capítulo intitulado “Introdução a uma sociologia reflexiva”. Nele, discorre sobre a construção do objeto de pesquisa em sociologia e sobre duas formas de pensar o mundo social.

A primeira possibilidade seria a realista (ou substancialista) em que se estudaria a sociedade através das realidades que podem ser claramente vistas e diferenciadas, como grupos, classes, populações, ou através dos antagonismos entre esses grupos. Nesse caso, o objeto de pesquisa se apresenta facilmente, como “realidades que se tornam notadas” (Bourdieu, 2010, p. 28).

Pensar relacionalmente, entretanto, seria considerar a sociedade como um espaço de relações em que ocorrem “distribuições de propriedades entre indivíduos”. (BOURDIEU, 2010, p. 29) A essas propriedades, Bourdieu denomina de “capital”, que tanto pode existir em forma material (estado objetivado) ou em forma simbólica, como o capital cultural. Ambas representariam poder sobre determinado campo, propiciando aos atores sociais que os detêm, maiores chances de saírem vencedores nas disputas em que aquela forma de capital se mostrasse eficaz. (BOURDIEU, 2010, p. 134)

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das

diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. (BOURDIEU, 2010, p. 135)

O poder ideológico contribuiria com a ortodoxia, espécie de violência simbólica em que idéias dos grupos dominantes se disseminariam, influenciando os demais. E tenderia a evoluir para a dominação, através de outra forma de violência, a política. A divisão do trabalho daria origem, tanto às classes sociais como a estruturas ideológicas de poder e dominação, através da diferenciação social estabelecida entre aqueles a quem caberia o trabalho manual e os que desenvolvessem trabalho intelectual. Bourdieu discorre sobre a questão em seu conceito de campo de poder,

[...] entendendo por tal as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que tem por finalidade a definição da forma legítima do poder (penso, por exemplo, nos confrontos entre ‘artistas’ e ‘burgueses’ no século XIX). (BOURDIEU, 2010, p. 28-29)

Desta forma, o espaço social seria o lugar – “espaço pré-constituído em que a composição social do grupo está antecipadamente determinada” – no qual ocorreriam interações entre agentes e interseção de campos, e onde diferentes estratégias seriam utilizadas nas lutas simbólicas que permanentemente lá ocorreriam para a defesa de interesses. Pensar o mundo social seria, necessariamente, pensar as relações sociais que nele se estabelecem, considerando a atuação dos grupos e indivíduos de forma relacional, reconhecendo as múltiplas influências que exercem e as limitações a que são submetidos.

O presente estudo vale-se do quadro teórico sobre representações sociais para construir seu objeto de pesquisa, entendendo que se trata de substrato consistente para o exame do mundo social sob a perspectiva relacional.

## 2.2 Conhecimento vulgar e científico

A racionalidade moderna propôs a substituição das concepções mentais e sociais decorrentes da tradição, pelas provenientes da ciência e da tecnologia. A

imposição do pensamento científico estigmatizou outros tipos de produção de conhecimento, relegando-os a uma categoria inferior. Embora esse postulado tenha encontrado considerável aceitação, outras formas de ver e compreender o mundo, diferentes das de ordem científica, sobrevivem e continuam a produzir efeitos nas sociedades atuais, contrapondo-se à tese da unicidade de construção cognitiva.

Mesmo em sociedades com considerável grau de ciência e tecnologia observa-se a existência de concepções de mundo e de compreensão da realidade formuladas e partilhadas socialmente, porém distintas das propostas pela ciência (ou com alteração desta), o que se denomina de conhecimento tradicional, não científico, popular ou senso comum.

Discorrendo sobre as negociações que se travam em torno do conhecimento tradicional, Cunha (2009, p. 313) registra a estratégia reducionista utilizada para o trato da questão, que em busca de um pensamento universal, desconsidera as peculiaridades que diferenciam aquela forma cognitiva do conhecimento científico:

Procura-se, por exemplo, 'projetar' no sentido da geometria projetiva (que é também o sentido psicanalítico), os atributos do conhecimento tradicional sobre os do conhecimento científico, reduzindo-se a complexidade do conhecimento tradicional à do conhecimento científico: fecham-se deliberadamente os olhos para os aspectos que os diferenciam, na esperança de uma universalidade que os transcenda. Mas os pontos frágeis desse pressuposto são pragmaticamente desconsiderados no afã de se chegar a algum entendimento, mesmo que (sabidamente) o acordo sobre os termos não necessariamente traduza um entendimento compartilhado pelas partes (CUNHA, 2009, p. 313).

Ponderando acerca da ciência moderna e do modelo de racionalidade que a presidiu, Santos (2010, p. 88) registra que esta “nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco, por mais que se amplie, será sempre exíguo” uma vez que “a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui”. Por outro lado, enfatiza este autor, a ciência pós-moderna reconhece a circunstância de que “nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional” e que somente a reunião de todas pode ser assim considerada. Por isso, a ciência pós-moderna “tenta [...] dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas.” (SANTOS, 2010, p. 80).

Dentre as formas de conhecimento não científico, Santos destaca o senso comum, “conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos nossas ações e damos sentido à nossa vida.” Enquanto a ciência moderna voltou-se contra o senso comum, por considerá-lo “superficial, ilusório e falso”, a pós-modernidade

esforça-se por reabilitá-lo, nele reconhecendo “algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo.” (SANTOS, 2010, p. 88-89).

Santos não desconsidera a tendência desse conhecimento ser mistificado e mistificador, mas ressalta a “dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico” (SANTOS, 2010, p. 90). Assim:

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na acção e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objectivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre as pessoas e entre as pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe. Privilegia a acção que não produza rupturas significativas do real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (SANTOS, 2010, p.91)

E conclui: “O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal, na medida em que se converte em senso comum”. (SANTOS, 2010, p. 89-90).

Desta forma, ao lado do conhecimento científico e em plena interação com ele, (co) existem outras formas de cognição, essas tradicionais, populares e não científicas. Apesar disso, constituem-se em importantes modalidades de percepção social do mundo das coisas, adquirindo *status* de realidade, povoando o imaginário das sociedades de forma duradoura, sendo partilhadas entre seus membros e influenciando em seus comportamentos.

Esse fato foi reconhecido por estudiosos que, já há algum tempo, dedicaram-se a pesquisar o tema. Bourdieu, entretanto, ressalva a necessidade de ruptura com o senso comum quando se pretende construir um objeto de científico de pesquisa:

Todavia, construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-constituído está em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa (BOURDIEU, 2010, p. 34).

As representações sociais são partes integrantes da cultura dos grupos sociais. Afirmando que acredita “firmemente na existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um

certo grau de comunicação em grupos sociais”, Cunha complementa sua assertiva definindo: “ou seja, algo no gênero do que se costuma chamar de cultura”. (2009, p. 313)

### 2.3 Durkheim e as representações coletivas

No período compreendido entre a segunda metade do século XIX e os anos da década de 1920, discípulos de Kant dedicaram-se a resgatar seu pensamento na tentativa de superação da epistemologia filosófica de Hegel e seu idealismo objetivo, caracterizados pelo cientificismo positivista. Esse movimento foi intitulado de neocriticista e pretendia restabelecer o prestígio da reflexão filosófica como fator de análise sobre as condições de validade do processo de estruturação do conhecimento racional, estendendo-o a outros campos que não o exclusivo da ciência, como a moral e a religião.

Nessa esteira, Emile Durkheim publicou, em 1912, “As formas elementares de vida religiosa” em que, tendo como objeto práticas religiosas de tribos aborígenes da Austrália, apresenta uma análise da religião como fenômeno social e não divino:

A obra criadora da linguagem prosseguiu portanto em construções cada vez mais complexas e, à medida que a mitologia veio dotar cada deus de uma biografia progressivamente mais extensa e completa, as personalidades divinas, a princípio confundidas com as coisas, acabaram por distinguir-se delas e por determinar-se. Eis como teria se constituído a noção do divino. (DURKHEIM, 1912, p. 70)

Os deuses são indivíduos distintos uns dos outros; no entanto, eles são concebidos, não percebidos. (DURKHEIM, 1912, p. 480)

A religião seria, assim, produto de ação social, fruto da elaboração da sociedade em seu afã de explicar certos fenômenos. Através de crenças compartilhadas, os indivíduos expressariam uma realidade concreta por eles percebida como real. Denomina esse fenômeno de representações coletivas.

A separação entre o sagrado e o profano seria o ponto inicial do fenômeno religioso. Sagrado seria tudo o que se refere ao sobrenatural: mitos, crenças, magias. Profano, o que guardaria relação com o natural, biológico, o que se encontraria dentro da normalidade de compreensão. “As crenças religiosas são



representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm, seja entre si, seja com as coisas profanas.” (DURKHEIM, 1912, p. 24)

Através dos atos regularmente repetidos dos cultos, os indivíduos experimentaríamos as sensações de alegria, de serenidade, de paz interior, de entusiasmo, que se traduziriam, para o fiel, como prova de sua fé, e esse sentimento experimentado por todos aqueles que crêem e em todos os tempos, não poderia ser considerado ilusório. Tal entendimento leva Durkheim a afirmar que “as crenças religiosas repousam sobre uma experiência específica, cujo valor demonstrativo, em um certo sentido, não é inferior àquele das experiências científicas, embora seja diferente.” (DURKHEIM, 1912, p. 167)

A ritualística teria importância no processo de conformação dos indivíduos às crenças e de consolidação do ideário religioso, levando Durkheim a definir ritos como “regras de conduta que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas.” (DURKHEIM, 1912, p. 24)

Ao apontar a sociedade como a origem da vida religiosa, Durkheim ressalta a importância do agir social para a realização do fenômeno religioso. A reunião de indivíduos e a comunhão de atos ocorrem na sociedade, que assim se reconhece e se reafirma, exercendo sobre eles sua influência simbólica:

[...] a causa objetiva, universal e eterna dessas sensações *sui generis* de que é feita a experiência religiosa é a sociedade. [...] A sociedade só pode fazer sentir sua influência se ela é um ato, e ela só é um ato se os indivíduos que a compõem estão reunidos e agem em comum. É pela ação comum que ela toma consciência de si e se afirma; ela é, antes de tudo, uma cooperação ativa. Mesmo as idéias e os sentimentos coletivos só são possíveis graças aos movimentos exteriores que os simbolizam. [...] É pois a ação que domina a vida religiosa e só por isso que a sociedade é sua fonte. (DURKHEIM, 1912, p. 168)

As representações coletivas abarcariam as categorias mais básicas do pensamento humano, como causalidade, tempo e espaço, e abrangeriam formas intelectuais diversas como ciência, religião e mito. Embora apresentassem inicialmente conteúdo religioso, seriam o início do processo de elaboração de formas mais avançadas de conhecimento teórico. Para Durkheim, a religião seria o embrião de noções desenvolvidas pela ciência. O pensamento religioso estaria na origem de questões científicas e a diferença entre um conhecimento e outro seria apenas de grau.

A fim de comprovar essas assertivas, Durkheim dispôs-se a responder a duas questões por ele mesmo propostas: a) se as noções fundamentais da ciência são de

ordem religiosa, como a religião pode engendrará-las?; e, considerando que “a realidade expressa pelo pensamento religioso é a sociedade” b) “o que pôde fazer da vida social uma fonte tão importante da vida lógica?” (DURKHEIM, 1912, p. 479)

Tais questionamentos levaram o autor a discorrer sobre a categoria dos conceitos, destacando que esses seriam a matéria do pensamento lógico. Se a sociedade seria capaz de estar presente na gênese do pensamento lógico é porque também seria capaz de participar do processo de elaboração de conceitos. O autor esclarece que não se refere aos conceitos particulares, individuais ou subjetivos, que “encontram num fluxo perpétuo; sucedem-se umas às outras como ondas de um rio e, mesmo enquanto duram, não permanecem imutáveis” (DURKHEIM, 1912, p. 480). A esses, Durkheim denomina de representações sensíveis.

Interessa-lhe, entretanto, outra espécie de conceito, que “está fora do tempo e do devir; está subtraído a toda essa agitação”, situando-se “numa região diferente do espírito, mais serena e mais calma” e que resiste a mudanças. Esse conceito seria “uma maneira de pensar que, a cada momento do tempo, é fixa e cristalizada” e que, “na medida em que ele é o que deve ser, é imutável. Se muda, não é que esteja em sua natureza mudar, é que descobrimos alguma imperfeição” que leva à necessidade de alterá-lo. São as representações coletivas.

[...] as representações coletivas são mais estáveis que as individuais, pois, enquanto o indivíduo é sensível inclusive a pequenas mudanças em no seu meio interno e externo, apenas acontecimentos de suficiente gravidade podem chegar a afetar a base mental da sociedade. Toda vez que estamos em presença de um tipo de pensamento ou de ação que se impõe uniformemente às vontades e às inteligências particulares, essa pressão exercida sobre o indivíduo indica a intervenção da sociedade. (DURKHEIM, 1912, p. 482)

Prossegue o autor esclarecendo que, ao se pensar a vida corrente, utiliza-se um sistema de conceitos que se expressa através da linguagem, pois toda palavra representaria um conceito. “O conceito é uma representação essencialmente impessoal, é através dele que as inteligências humanas se comunicam.” (DURKHEIM, 1912, p. 481) Sendo fixa a linguagem, com mudanças muito lentas, assim também seriam os conceitos que traduz:

[...] os conceitos que com os quais pensamos correntemente são aqueles consignados no vocabulário. Ora, não há dúvida de que a linguagem e, portanto, o sistema de conceitos que ela traduz, é o produto de uma elaboração coletiva. O que ela exprime é a maneira como a sociedade em seu conjunto representa os objetos da experiência. As noções correspondem aos diversos elementos da língua são, portanto, representações coletivas. (DURKHEIM, 1912, p. 482)

Permanece, entretanto, a questão: qual o papel da sociedade na gênese do pensamento lógico? Acerca desse tipo de cognição, o autor estabelece a necessidade de se pensar de forma impessoal e estável, requisitos da verdade:

Este só é possível a partir do momento em que, acima das representações fugazes devidas à experiência sensível, o homem chega a conceber todo um mundo de idéias estáveis, ponto comum das inteligências. Pensar logicamente, com efeito, é sempre, em alguma medida, pensar de maneira impessoal; é também pensar *sub specie aeternitatis*. Impessoalidade, estabilidade: são essas as duas características da verdade. (DURKHEIM, 1912, p. 484)

A questão da verdade se imporia ao homem desde sempre. Mesmo que de forma confusa e assistemática, mesmo que em forma de sentimento obscuro, o homem possuiria a sensação de que existe uma verdade acima da aparência sensível das coisas. Como, entretanto, conceber essa noção? Durkheim afirma que somente através da experiência coletiva isso é possível:

Foi sob a forma de pensamento coletivo que o pensamento impessoal pela primeira vez se revelou à humanidade, e não vemos de que outra maneira poderia ter ocorrido essa revelação. Pelo simples fato de existir a sociedade, existe também, fora das sensações e das imagens individuais, todo um sistema de representações que gozam de propriedades maravilhosas. Graças a elas, os homens se compreendem, as inteligências se interpenetram. Elas possuem uma espécie de força, de ascendência moral, em virtude da qual se impõem aos espíritos particulares. Por conseguinte, o indivíduo se dá conta, ao menos obscuramente, de que acima de suas representações privadas existe um mundo de noções tipo segundo as quais deve regular suas idéias; ele percebe todo um reino intelectual do qual participa, mas que o excede. É uma primeira intuição do reino da verdade. (DURKHEIM, 1912, p. 484)

Sobre a validade das representações coletivas mesmo quando cotizadas com os conceitos de natureza científica, Durkheim estabelece que estas estariam permanentemente sob controle, uma vez que os homens que a elas aderissem a testariam constantemente em suas experiências com o mundo. Esse fato afastaria a possibilidade de inadequação das representações coletivas a seus objetos, mesmo que esses fossem expressos através de símbolos imperfeitos:

A grande maioria dos conceitos que utilizamos não são metodicamente constituídos; são extraídos da linguagem, isto é, da experiência comum, sem que tenham sido submetidos a nenhuma crítica preliminar. Os conceitos cientificamente elaborados e criticados são sempre uma pequena minoria. Além disso, entre estes e aqueles que tiram toda a sua autoridade do simples fato de serem coletivos, há tão-só diferença de grau. Uma representação coletiva, por ser coletiva, já apresenta garantias de objetividade, pois não é sem razão que ela foi capaz de se generalizar e se manter com suficiente persistência. Se ela estivesse em desacordo com a natureza das coisas, não teria podido adquirir um domínio amplo e prolongado sobre os espíritos.

No fundo, o que faz a confiança que os conceitos científicos inspiram é que eles podem ser metodicamente controlados. (DURKHEIM, 1912, p. 486)

A fim de bem definir sua noção de conceito no âmbito da construção das representações coletivas, Durkheim esclarece que “pensar conceitualmente não é simplesmente isolar e agrupar as características comuns a um certo número de objetos; é subsumir o variável no permanente, o individual no social.” (DURKHEIM, 1912, p. 488)

Durkheim localiza a origem do conceito na origem da humanidade: “dizer que os conceitos exprimem a maneira como a sociedade representa as coisas é dizer também que o pensamento conceitual é contemporâneo à humanidade”. (DURKHEIM, 1912, p. 487) E se “como o pensamento lógico começa com o conceito, segue-se que ele existiu sempre” não seria possível se conceber “período histórico durante o qual os homens tenham vivido, de maneira crônica, na confusão e na contradição.” (DURKHEIM, 1912, p. 488) E esclarece:

Em resumo, a sociedade não é de maneira alguma o ser ilógico ou alógico, incoerente e caprichoso que muito seguidamente se comprazem em ver nela. Muito pelo contrário, a consciência coletiva é a forma mais elevada de vida psíquica, já que é uma consciência de consciências. Colocada fora e acima das contingências individuais e locais, ela só vê as coisas por seu aspecto permanente e essencial, fixando-o em noções comunicáveis. [...] Atribuir ao pensamento lógico origens sociais não é, portanto, rebaixá-lo, diminuir seu valor, reduzi-lo a ser apenas um sistema de combinações artificiais; ao contrário, é relacioná-lo a uma causa que o implica naturalmente. (DURKHEIM, 1912, p. 494-495)

Assim, através da construção de conceitos coletivamente construídos e aceitos, a sociedade estabeleceria as noções através das quais os indivíduos se comunicariam e se compreenderiam. Essa consciência coletiva, ao reunir os atributos da impessoalidade e estabilidade, adquiriria o *status* de representações coletivas, através das quais uma sociedade estruturaria e apresentaria sua noção de mundo, expressaria sua realidade social.

## 2.4 Moscovici e as representações sociais

As representações constituem para nós um tipo de realidade  
(MOSCOVICI, 2007, p. 36).

Na esteira das reflexões de Durkheim acerca das representações coletivas, Serge Moscovici é reconhecido como autor do que se convencionou chamar de “grande teoria” das representações sociais (SÁ, 1998), com a apresentação de conceitos e princípios gerais sobre os quais seria possível estruturar a análise dos processos de construção e reprodução das representações.

Moscovici investigou o processo psíquico de produção de conhecimento através do estudo sobre representações e psicanálise na França. Ao autor interessava pesquisar a difusão e a apropriação da psicanálise entre diferentes grupos sociais da França, entender como a psicanálise havia sido simbolicamente apropriada pela sociedade francesa da década de 50 do século passado, ou seja, que idéia os franceses tinham dessa nova ciência.

Duas obras do autor, em especial, trazem a noção de representações sociais: *Psicanálise, sua imagem e seu público*, lançada em 1961<sup>20</sup> e *Representações Sociais: investigação em psicologia social*<sup>21</sup>. O autor introduziu o conceito de polifazia cognitiva, sugerindo que diferentes tipos de racionalidade estariam presentes na construção de representações. Estas racionalidades guardariam relação com o contexto em que seriam produzidas e se destinariam a responder a diferentes ordens de questionamento e necessidades. Teriam, ainda, a capacidade de (co) existir em um mesmo grupo social e também, no mesmo indivíduo, que se valeria de um ou de outro saber diante de diferentes circunstâncias que a vida social lhe apresentasse.

As representações sociais são apresentadas, por Moscovici, como uma forma particular de conhecimento, que se originaria e se reproduziria na sociedade, através da comunicação, com reflexos tanto no imaginário quanto nas práticas sociais: assim, as representações sociais seriam “um método de compreender e comunicar”. (MOSCOVICI, 2007, p. 54)

---

<sup>20</sup> Utilizamos a edição de 2012.

<sup>21</sup> Utilizamos a edição de 2007.

Como elemento constitutivo da realidade social (através do pensamento natural, que se opõe ao formal), as representações seriam, ao mesmo tempo, sinal de um objeto socialmente relevante e fator de sua reprodução.

Moscovici percebe nas representações duas possibilidades de análise: uma superficial (representações como produto social) e outra aprofundada (representações como processo social). Na primeira hipótese, a análise se daria em três dimensões: atitude, informação e campo de representações e imagens e a pesquisa se concentraria no sistema cognitivo que lhe seria próprio; na segunda hipótese, se investigaria os processos de produção coletiva das representações, com a finalidade de estabelecer as dimensões da realidade social que poderiam ser associadas a esse fenômeno.

Para Moscovici, o mundo estaria vivendo a era da representação (MOSCOVICI, 2007, p. 40), situação em que todas as interações entre pessoas e grupos, e entre esses e objetos, teriam como pressuposto a existência de um sistema de noções compartilhadas, que nortearia a comunicação e as práticas sociais: “Ao dizer que as representações são sociais nós estamos dizendo principalmente que elas são simbólicas e possuem tantos elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos” (MOSCOVICI, 2007, p. 105). A forma de apreensão da realidade estaria condicionada pelos sentidos propostos pelas representações sociais, que atuariam diretamente na interioridade mental dos indivíduos. Nesse contexto, o processo coletivo de produção de sentidos determinaria a percepção individual:

Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza. [...] Sempre e em todo lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes. A informação que recebemos, e à qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele. Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

Os mecanismos de questionamento e compreensão das coisas do mundo guardariam dependência com processos de interrelações. As representações, sob as influências sociais da comunicação, constituiriam a realidade cotidiana dos indivíduos, caracterizando-se como principal fator para o estabelecimento de

associações com as quais esses indivíduos se conectam uns aos outros. Sob a importância da comunicação na gênese da compreensão humana, Moscovici ressalta que

[...] quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano enquanto ele faz perguntas e procura repostas e pensa [...], enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender. [...] a compreensão é a faculdade humana mais comum. Acreditava-se antigamente que esta faculdade fosse estimulada, primeira e principalmente, pelo contato com o mundo externo. Mas aos poucos nós nos fomos dando conta que ela na realidade brota da comunicação social. Estudos recentes sobre crianças muito pequenas mostraram que as origens e o desenvolvimento do sentido e do pensamento dependem das inter-relações sociais (MOSCOVICI, 2007, p. 43).

Se os processos comunicacionais entre pessoas e grupos estariam na gênese da cognição, os meios de comunicação de massa se apresentariam como fator preponderante para acelerar a reprodução e mudança das noções, em uma época em que os tradicionais sistemas unificadores do conhecimento estariam em crise. Além disso, atuariam como fator de corporificação de idéias em experiência coletivas, com influência nas práticas sociais.

As representações sociais que me interessam [...] são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – as ciências, religiões e ideologias oficiais – e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. Os meios de comunicação de massa aceleraram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais. [...] a característica específica dessas representações é precisamente a de que elas ‘corporificam idéias’ em experiências coletivas e interações em comportamentos. [...] e o marxismo confirma isso quando afirma que as idéias, uma vez disseminadas entre as massas, são e se comportam como forças materiais (MOSCOVICI, 2007, p. 48)

Rompendo com o paradigma de antítese que opunha ciência x representações/ideologias, Moscovici posiciona-se no sentido de que, na verdade, ambos os campos se complementam, e inova ao afirmar que, diferentemente do que se acreditava no século XIX, “longe de serem um antídoto contra as representações e as ideologias, as ciências na verdade geram, agora, tais representações” (MOSCOVICI, 2007, p. 60) e que o mundo reificado aumenta com a proliferação das ciências. A velocidade com que as ciências disponibilizam novas informações faria nascer a necessidade de instrumentos de interiorização do conhecimento mais

simples que os científicos, o que levaria o senso comum a se transformar em “ciência tornada comum.” (MOSCOVICI, 2007, p. 60)

Entretanto, a transformação de noções não-familiares em estruturas mais conhecidas demandaria operações cognitivas. Para responder a essa necessidade, se lançaria mão de dois mecanismos vinculados ao processo de pensamento, e que se baseariam na memória e em registro de conclusões passadas: a ancoragem e a objetivação.

Pela ancoragem, se tentaria “ancorar” idéias estranhas e perturbadoras, reduzindo-as a categorias e imagens conhecidas. Noções que intrigariam por serem novas, seriam comparadas com um paradigma já conhecido, e, por processos psíquicos, o indivíduo procuraria classificá-las nas estruturas mentais pré-existentes: “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa.” (MOSCOVICI, 2007, p. 61) Através da classificação, se procuraria integrar certa entidade a um sistema anterior de conceitos. A representação seria, assim, “um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (MOSCOVICI, 2007, p. 62).

O principal objetivo dessa categorização seria “facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões” (MOSCOVICI, 2007, p. 70). Ao classificar o “que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo” (MOSCOVICI, 2007, p. 70). Ao serem submetidos a esse processo, idéias e objetos ganhariam as características do paradigma e suas representações também refletiriam aqueles atributos. O processo classificatório, não seria, assim, neutro. Ao contrário, o ato de classificação seria também um ato de graduação, rotulação, avaliação e julgamento, e através dele os indivíduos revelariam suas “teorias da sociedade e da natureza humana.” (MOSCOVICI, 2007, p. 70)

A objetivação seria o processo de materialização de uma abstração: “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2007, p. 71-72)

Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde por elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente se torna materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e



torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. (MOSCOVICI, 2007, p. 41)

Interessante apresentar breves reflexões de Jodelet (2005, p. 48) sobre esses dois processos constitutivos das representações sociais. A autora entende que “eles dão o meio de pensar a intervenção do social na elaboração cognitiva”. A ancoragem seria o “enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalização do saber” e explicaria a forma pela qual “informação novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real”. Também explicaria como esses conhecimentos, agora já como categoria norteadora da compreensão e ação, reinsere-se nessa mesma rede de significações da sociedade. A objetivação, a seu turno explicaria a representação “como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização” ou seja, “como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações”. Seriam essas relações que fariam do mundo exterior uma estrutura capaz de organizar o campo das representações.

Ressalta, a autora, que a importância desses processos para a investigação dos fenômenos de representações sociais se deveria ao fato de que, através da ancoragem e da objetivação, seria possível: a) descrever a estrutura da representação como “resultado de uma interação entre os dados da experiência e os quadros sociais de sua apreensão, de sua memorização.” b) reconstruir a gênese da representação e encontrar em sua origem e suas funções uma lei de organização.” (JODELET, 2005, p. 48). Pela objetivação, idéias abstratas (conceitos) se transformariam em imagens concretas e adquiririam *status* de paradigma socialmente reconhecido. A partir desse reconhecimento, a sociedade se sentiria à vontade para falar sobre o tema, familiarizando-se com ele, o que daria surgimento a “fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens” (JODELET, 2005, p. 73). O objeto seria, então, destacado de seu ambiente original por um processo de apropriação coletiva de sentidos e novas imagens seriam agrupadas ao seu redor, formando novos conceitos e aumentando a concretude das noções.

A sociedade francesa assim teria procedido, ao destacar a psicanálise do campo da ciência e construir, ao redor do tema, um conjunto concreto de imagens, que se tornou o referencial de suas falas:

Através da objetivação do conteúdo científico da psicanálise, a sociedade não confronta mais a psicanálise ou o psicanalista, mas um conjunto de fenômenos que ela tem a liberdade de tratar como quer. (JODELET, 2005, p. 75).  
 [...] a psicanálise, uma vez popularizada, tornou-se a chave que abria todos os cadeados da existência privada, pública e política. Seu paradigma figurativo foi separado de seu ambiente original através do uso contínuo e adquiriu uma espécie de independência [...] (MOSCOVICI, 2007, p. 73).

A ancoragem consolida-se com a assimilação das imagens promovida pela objetivação. Através desse processo, o objeto, antes estranho, seria “domesticado”, diminuindo a ansiedade antes experimentada pelo sujeito, pois as representações tem esse objetivo: “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade.” (MOSCOVICI, 2007, p. 45). Tal mecanismo estabeleceria uma dependência direta da memória, aqui entendida como somatório de idéias, representações e experiências comuns, das quais se extrairiam as imagens necessárias para se superar o não-familiar.

As experiências e memórias não são nem inertes, nem mortas. São dinâmicas e imortais. Ancoragem e objetivação, são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2007, p. 78).

Referindo-se a denominação escolhida por Durkheim - representações coletivas, Moscovici esclarece acerca de sua opção pelo termo “representações sociais”, classificando-as como fenômeno social a ser observado e pesquisado:

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termos ‘social’ em vez de ‘coletivo’. (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

Considerando como “fenômeno o que antes era visto como conceito” (MOSCOVICI, 2007, p. 45), Moscovici apresenta as representações sociais como objeto passível de investigação empírica, em que se estudaria o ser humano em seu processo de pensar, fazer e responder perguntas a fim de compreender o mundo. Seria esse o mote de qualquer pesquisa nesse campo: buscar identificar, compreender e descrever minuciosamente os processos relacionados com a gênese das representações e as estruturas cognitivas que os envolvem.

Entretanto, se a finalidade precípua das representações seria tornar familiar o não familiar, a investigação científica das representações sociais exigiria movimento inverso, de distanciamento crítico do mundo cotidiano do senso comum, a fim de “tornar não-familiar o familiar” (MOSCOVICI, 2007, p. 59)., o que permitiria que fossem observadas como fenômeno.

Tendo em vista que a descrição não é independente da teorização dos fenômenos observados, a teoria das representações sociais se constitui em referencial doutrinário fundamental para a observação e análise dessas representações.

## 2.5 Jean-Claude Abric e a teoria do núcleo central

Mais que os fenômenos em si, em sede de comunicação social interessam os processos a ele interligados. O presente estudo instiga a que se procure compreender a forma como as representações sociais se estruturam e impactam a percepção dos indivíduos e grupos e orientam suas práticas sociais. Propõe-se refletir sobre o assunto lançando mão da teoria das representações, não especificamente a grande teoria de Moscovici, mas a teoria complementar de Jean-Claude Abric<sup>22</sup>, ou teoria do Núcleo Central (ou núcleo estruturante).

Em artigo intitulado “A abordagem estrutural das representações sociais” (ABRIC, 2000, p. 27-38), o autor faz uma síntese de sua teoria, apresentada de forma mais abrangente em outras obras. Para o que se pretende discutir, essa síntese mostra-se bastante suficiente.

A respeito dessa teoria, Sá (1996, p. 52) destaca que ela “é, de fato, como não poderia deixar de ser, uma teoria menor do que a grande teoria, mas é também uma das maiores contribuições atuais ao refinamento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais.”

---

<sup>22</sup> Almeida (2009, p. 733) esclarece que “Abric, Doise e Jodelet, nesta exata ordem de chegada, trabalharam juntos como assistentes de pesquisa, na década de 1960, no então recém-criado Laboratório de Psicologia Social, cujo diretor era Serge Moscovici. Em 1968, Abric assumiu uma cadeira na Universidade de Provence, onde criou, logo em seguida, juntamente com Claude Flament, o Laboratório de Psicologia Social. Doise, em 1970, começou a ministrar algumas aulas de psicologia Social na Universidade de Genebra, e, em 1972, passou a ocupar o posto de professor de Psicologia Social Experimental. Jodelet a última a chegar, lá permaneceu até sua aposentadoria, tendo substituído Moscovici na Direção do Laboratório, quando ele se aposentou.”

A teoria de Abric foi formulada para contornar uma aparente contradição: as representações sociais são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis.

O autor propõe que “uma representação é constituída de um conjunto de informações, de crenças, de opiniões e atitudes a propósito de um dado objeto social.” Propõe ainda que “esse conjunto de elementos, se organizado, estrutura-se e se constitui num sistema sociocognitivo de tipo específico”. Nesse contexto, a hipótese do núcleo central é assim apresentada: “A organização de uma representação social apresenta uma característica específica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, que dão significado à representação.” (ABRIC, 2000, p. 31)

O núcleo central seria determinado por três elementos possíveis:

- a) Pela natureza do objeto representado;
- b) Pelo tipo de relações que o grupo mantém com esse objeto;
- c) Pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo.

O núcleo central (ou núcleo estruturante) de uma representação social teria duas funções fundamentais: geradora<sup>23</sup> e organizadora. Através da primeira se criaria ou se transformaria o significado dos outros elementos constitutivos da representação. A função geradora seria o elemento através do qual os outros elementos das representações sociais ganhariam sentido e valor.

A função organizadora seria o núcleo central das representações sociais, que “determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação. Nesse sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação” (ABRIC, 2000, p. 31).

A estabilidade da representação social estaria, assim, vinculada ao elemento central, seu núcleo, que “assegura a continuidade em contextos móveis e evolutivos” e será ele o elemento que mais irá opor resistência às mudanças, porque “toda modificação do núcleo central provoca uma transformação completa da representação.”

Neste diapasão, o estudo comparativo das representações exigiria que se procedesse à identificação de seu núcleo central, ou seja, o aspecto que seria estruturante na representação. Para que se afirme serem diferentes duas

---

<sup>23</sup> O texto fala em função geradora.

representações, é preciso que possuam centralidades organizadoras distintas, em outras palavras, núcleos centrais desiguais.

Abric alerta para o fato de que, a repetição maciça de um elemento não o define como central, pois essa noção não se vincula ao aspecto quantitativo, mas sim qualitativo. Central é o elemento que dá significado à representação. Elementos que apareçam freqüentemente em um discurso não se classificam, por esse motivo, como central. É preciso que seja observada sua dimensão qualitativa.

No entorno do núcleo central da representação se organizariam os elementos periféricos, outro importante fator na teoria de Abric. Estes constituiriam “o essencial do conteúdo das representações: seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos” (ABRIC, 2000, p. 31) e “e o aspecto móvel e evolutivo da representação.” (ABRIC, 2000, p. 32).

Os elementos periféricos responderiam por três funções no contexto das representações sociais:

a) função de concretização: resultado da ancoragem da representação na realidade, os elementos periféricos “permitem a formulação da representação em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis”; (ABRIC, 2000, p. 32).

b) função de regulação: os elementos periféricos são essenciais para a adaptação da representação às evoluções do contexto. Novas informações/ noções, bem como transformações no meio ambiente podem ser integradas nessa área periférica das representações;

c) função de defesa: o sistema periférico se organizaria para proteger o núcleo central das representações a fim de evitar que seja transformado e se altere por completo, o que equivaleria ao perecimento da representação.

Os elementos periféricos dialogariam diretamente com o contexto onde se inserem, atuando “como interface entre o núcleo central e a situação concreta na qual a representação é laborada ou colocada em funcionamento”. (ABRIC, 2000, p. 32). Assim:

A transformação de uma representação se opera, na maior parte dos casos, através das transformações de seus elementos periféricos: mudança de ponderação, interpretações novas, deformações funcionais defensivas, integração condicional de elementos contraditórios. É no sistema periférico que poderão aparecer e ser toleradas contradições. (ABRIC, 2000, p. 32)

As representações teriam, assim, um duplo sistema: núcleo central e elementos periféricos, ambos atuando “como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar da outra parte” (ABRIC, 2000, p. 33).

Melhor esclarecendo o funcionamento e a organização das representações através desse duplo sistema, Abric formula esquema sintético representativo que abaixo se reproduz, por seu caráter didático:

<b>SISTEMA CENTRAL</b>	<b>SISTEMA PERIFÉRICO</b>
. Ligado à memória coletiva e à história do grupo	. Permite a integração de experiências e histórias individuais
. Consensual ⇒ define a homogeneidade do grupo	. Tolerância a heterogeneidade do grupo
. Estável . Coerente . Rígido	. Flexível . Tolerância a contradições
. Resiste à mudanças	. Evolutivo
. Pouco sensível ao contexto imediato	. Sensível ao contexto imediato
. Funções: ⇒ gera o significado da representação ⇒ determina sua organização	. Funções: ⇒ permite a adaptação à realidade concreta ⇒ permite a diferença de conteúdo

Figura 7 – Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação  
Fonte: ABRIC, 2000, p. 34

O sistema central teria, assim, condicionamento eminentemente social, articulando-se com as condições históricas, sociológicas e ideológicas, associando-se “aos valores e normas, definindo os princípios fundamentais em torno dos quais se constituem as representações.” (ABRIC, 2000, p. 33) Teria evolução lenta, caráter duradouro e seria responsável pela estabilidade e coerência da representação. Se originaria no contexto global, definidor de normas e valores individuais e grupais.

O sistema periférico, a seu turno, estaria associado “às características individuais e ao contexto imediato e contingente” (ABRIC, 2000, p. 33) nos quais se inserem os indivíduos, permitindo que experiências individuais cotidianas se integrem às representações, embora isso ocorra a nível superficial. Modulações pessoais seriam permitidas dando origem a representações sociais individualizadas.

Abric ressalta que o sistema periférico não seria componente menor no sistema geral da representação, ao contrário, seria essencial uma vez que, em associação ao sistema central permitiria a ancoragem na realidade. Ao permitir a heterogeneidade de comportamento e de conteúdo na representação não estaria

apontando para a existência de representações distintas, mas para processos que podem levar à transformação das representações.

É a existência desse duplo sistema que permite compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas posto que determinada por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos. (ABRIC, 2000, p. 34)

Sob essa perspectiva, seria possível compreender a articulação entre os esquemas individuais e sociais no processo de formação, reprodução e alteração das representações sociais, ou nos termos de Abric (2000, p. 35):

É nesse sentido que o estudo das representações sociais nos parece essencial na psicologia social, porque oferece um quadro de análise e de interpretação que permite a compreensão da interação entre o funcionamento individual e as condições sociais nas quais os atores sociais evoluem. Este estudo permite compreender os processos que intervêm na adaptação sociocognitiva dos indivíduos à realidade cotidiana e às características do meio social e ideológico.

Para materializar as noções até então propostas, apresenta-se, a seguir, breve resumo de um estudo empírico de MOLINET sobre representação de “grupo ideal”, importante para o desenvolvimento da teoria do núcleo central. É Sá que registra o experimento, ressaltando que foi sintetizado por Flament (apud SÁ, 1996, p. 84) nos seguintes termos:

A primeira sustentação experimental da teoria do núcleo central é devida a Moliner (1988). É suficiente evocar um ‘grupo amigável’ para que os sujeitos pensem (em uma frequência de 95%) que se trata de um ‘grupo ideal’, o que implica para esses sujeitos a ausência de hierarquia, convergência de opiniões e alguns outros traços (...) Depois fala-se de ‘um grupo amigável hierarquizado’ ou de um ‘grupo amigável com divergência de opiniões’. E pergunta-se se se trata de um ‘grupo ideal’. A resposta é maciçamente não quando há uma hierarquia, e maciçamente sim quando há divergência de opiniões. Deduz-se daí que a ausência de hierarquia é um elemento do núcleo central da representação social de ‘grupo ideal’ enquanto que a convergência de opiniões é um elemento periférico.

O presente trabalho se propõe a analisar as representações midiáticas do processo de ocupação da favela da Rocinha, ou seja, a forma como o evento a ação foi percebido e retratado por uma mídia, o Jornal O Globo, durante os vinte e seis dias dedicados à cobertura jornalística estudada. A favela era o centro das ações, o *locus* da operação, o elemento constante em todas as matérias. Entende-se que, nesse momento do trabalho e para fins de contextualização, se impõe o seguinte

questionamento: a ausência do qualificativo “violenta” na categoria “favela” fará mudar as representações que se tem desse espaço da cidade?

Considerando-se a teoria de Abric, a resposta seria, necessariamente, depende. Se a violência for um elemento do núcleo central da representação, sua ausência afetará a representação de favela. Entretanto, se for elemento periférico, retirando-se a adjetivação de “violenta” do termo “favela” não se alterará a representação que se tem desse espaço urbano.

Para isso, é necessário que se prossiga, um pouco mais, na análise da teoria das representações no intuito de se obter pistas que possam indicar de que forma eventual mudança na percepção de favela poderia ser influenciada pelas atuais mudanças observadas nesse espaço.

Discorrendo sobre o efeito de novas práticas sociais nas representações, Abric faz o seguinte questionamento: o que acontece quando os atores sociais são levados a desenvolver práticas sociais em contradição com seu sistema de representação? Segundo Abric, o estudo de Flament sobre o tema seria essencial para responder a questão, e, por esse motivo, aquele autor discorre sobre ele nos termos abaixo sintetizados.

Refletindo sobre a questão acima, Flament teria apresentado a noção de “reversibilidade da situação”. Diante de determinada prática nova o ator social poderia considerar que se trataria de uma situação reversível ou irreversível. Não importaria, para eventual investigação, se o julgamento fosse correto ou não. No primeiro caso, o retorno às práticas anteriores seria possível e situação nova seria excepcional ou temporária. No segundo caso não.

Na hipótese em que as práticas fossem percebidas como reversíveis, as novas práticas contraditórias [à representação preexistente] desencadeariam modificações superficiais nas representações, uma vez que operariam unicamente no sistema periférico, mantendo estável o sistema do núcleo central.

Entretanto, nas situações tomadas como irreversíveis, as novas e contraditórias práticas impactariam muito mais profundamente as representações, dando ensejo a três diferentes possibilidades de transformações:

1. Transformação resistente: práticas novas e contraditórias seriam gerenciadas pelo sistema periférico e por mecanismos clássicos de defesa do núcleo central, como a racionalização e a interpretação. Os esquemas normais de representação se transformariam em esquemas estranhos,



ensejando mecanismos de estranhamento - lembrança do normal, designação do elemento estrangeiro, afirmação de uma contradição entre esses dois aspectos, proposição de uma racionalização que permita tolerar, temporariamente, a contradição. (FLAMENT apud ABRIC, 2000, p. 33): A transformação ocorreria somente no sistema periférico;

2. Transformação progressiva da representação: as práticas novas não seriam totalmente contraditórias às estruturas centrais. A transformação da representação ocorreria “sem ruptura, ou seja, sem a explosão do núcleo central” (FLAMENT apud ABRIC, 2000, p. 36). Haveria progressiva integração das novas práticas com o sistema do núcleo central e essa fusão daria origem a novo núcleo e nova representação;
3. Transformação brutal: ocorreria quando as novas práticas confrontassem diretamente o significado contido no núcleo central da representação, sem que fosse possível acionar os mecanismos de defesa do sistema periférico. Nessa hipótese, “a importância das novas práticas, sua permanência e seu caráter irreversível provocam uma transformação direta e completa no núcleo central, conseqüentemente, de toda a representação” (FLAMENT apud ABRIC, 2000, p. 121)

À luz dessas proposições de Flament, poderia se concluir que as novas práticas observadas nas favelas pacificadas podem ser percebidas como reversíveis ou irreversíveis. Considerando-se o histórico de invasões e ocupações dos morros cariocas, em que, após curto espaço de tempo, o Estado abandona os territórios ocupados e a situação anterior de violência e jugo aos traficantes logo se reinstala, é possível que reste dúvidas sobre a permanência do projeto das UPPs ao fim das atuais administrações da cidade e do Estado.

Se forem percebidas como reversíveis, nos termos da teoria apresentada, as novas práticas não terão o condão de afetar a histórica representação de favela. No entanto, se forem consideradas irreversíveis, poderão ocorrer transformações do tipo resistente, progressiva ou brutal, dependendo do grau de confronto ocorrido entre a representação anterior e as novas práticas percebidas pelo ator social.

## 2.6 As representações da cidade do Rio de Janeiro e a imprensa

[...] sem otimismo, vamos reconhecer, a vida é muito chata.  
(Luíz Garcia, O Globo, Opinião, coluna de Luíz Garcia, 11 de novembro de 2011, p. 7).

A experiência urbana insere-se no mundo dos signos. A leitura da cidade ocorre através de intrincada rede comunicacional e simbólica, em que narrativas se sobrepõem, se excluem e se complementam, dando ensejo a novas leituras e interpretações, em contínuo processo de reinvenção de sentidos. Cada fragmento urbano possui múltiplos significados e insere-se em variadas redes de fluxos comunicacionais, produzindo percepções diversas.

Entende-se que o Rio de Janeiro passa por um momento de reinvenção e de redefinição de sua identidade. Parte-se do princípio de que esse processo iniciou com a vitória do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ressaltando, no exterior, a aura de Cidade Maravilhosa, apesar da violência que nela se instaurou. Convergindo para esse contexto, a retomada dos territórios dominados pelo tráfico pelo poder público, com a consequente diminuição dos índices de violência e de percepção de insegurança por parte dos moradores, corrobora com essa reinvenção da cidade.

O Rio de Janeiro contagia-se com os processos de mudança que se observam na cidade, com as possibilidades que se vislumbram para os próximos anos, inserindo-se em uma onda virtuosa, pautada e reproduzida na mídia. Considera-se a hipótese de que as ações governamentais são complementadas, não só pelas expectativas positivas da população, mas também pelo discurso jornalístico sobre a violência em território carioca. Se antes tinham tons de desesperança e desencanto, agora, embora subsistentes, as narrativas sobre violência parecem amenizadas pelo novo clima que se instala na cidade, o que altera a forma como a cidade é percebida pelos leitores.

As representações sociais existentes sobre a cidade do Rio de Janeiro são múltiplas e paradoxais, renovando-se sempre de acordo com a dinâmica metropolitana contemporânea: reluzente, espetacular, monumental, maravilhosa, mas também, violenta, suja, mal-organizada, corrupta. Nesta pesquisa, interessamos a representação de cidade violenta que foi consolidada, especialmente, a partir

das décadas de 1970/1980, com o aumento considerável do número de favelas e a submissão desses territórios à força dos traficantes de drogas, que lá se instalaram fortemente armados, conferindo a essas comunidades a pecha de violentas.

Devido à sua importância no imaginário espetacular da cidade, a memória urbana do Rio de Janeiro é excelente campo de estudos para compreendermos representações como “maravilhosa” ou “violenta”, tão utilizadas pela comunicação social. Para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não é suficiente começar diretamente de tal ou tal aspecto, seja do comportamento, seja da estrutura social. Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Isso é assim não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

As continuidades e as discontinuidades da vida social aludem a estruturas de rememoração e esquecimento, seleção e processamento do que o passado deixou para trás. A reflexão sobre a lembrança dos fatos seja pela mídia seja por relatos de pessoas que viveram o acontecimento, nos coloca a cada instante no domínio das significações sociais. A memória social, enquanto ingrediente intrínseco às representações, é de origem social porque todas as lembranças remetem a uma totalização de grande número das memórias coletivas (NAMER, 1987, p. 25).

Daí, compreendermos as representações coletivas e as representações sociais como conceitos primos que implicam tradições, transmissões, transgressões e significações. Esses conceitos constituem boa parte das representações sociais que acontecem no cotidiano urbano, seja nos transportes públicos, nos *shopping centers* ou nas redes sociais. A grande mídia, por sua vez, tem um papel de retroalimentação permanente em relação às representações sociais, pois, ao mesmo tempo que se fundamenta no senso comum para descrever o objeto, ela o ressignifica a cada notícia, ficção ou anúncio. Assim também acontece na vida cotidiana urbana: quando se pratica uma análise, está-se (re)apropriando das representações, já carregadas das percepções do grupo social do autor, e criando outras novas.

As circunstâncias em que surge uma representação social, nos dias atuais, são extremamente difíceis de se definir. Quando há uma imagem ou um nome que a

resume, a possibilidade de rápida repercussão nas redes de comunicação, de massa e sociais, é de grande porte. Nesse caso, pode-se pressupor que essa representação tem um de seus marcos históricos naquele momento, mas isso não significa que tenha nascido ali. A fórmula mágica das representações sociais certamente tem, em suas porções, ingredientes como mídia e cotidiano, mas seus feitiços ainda são muitas vezes indecifráveis quanto às suas origens. Juntamente a essa fórmula, deve-se considerar, especialmente nas grandes cidades, a manifestação do banal como ingrediente fundamental em relação a uma representação social. Determinadas situações parecem ser tão óbvias no cotidiano urbano que nunca se pensa porque se repete determinado padrão anônimo e banal.

A imagem da cidade também é representada pelo conjunto de atos e comunicações banais das quais os cidadãos em geral participam. A forma de lidar com o lixo, as torcidas organizadas, os espetáculos de sucesso em cartaz, os engarrafamentos, as feiras, o metrô lotado, os eventos, os produtos-pirata, o comportamento nos elevadores, entre inúmeras outras questões da cidade, interferem na sua imagem geral por serem fatores preponderantes à sua cultura. O íntimo da cidade dita as representações sociais. A mídia acompanha essa dinâmica e recria essas representações a cada nova produção jornalística, publicitária ou de entretenimento. O mesmo acontece permanentemente nas redes sociais: em tempo recorde as representações são retroalimentadas de outros ingredientes e fatos.

### 3 A CHEGADA DA REPÚBLICA

No Rio, o projeto no qual apostamos é a UPP e estamos aprendendo com os resultados. Sai o tráfico e entra a polícia definitivamente. (...) Mas como tenho repetido sempre que sou interpelado: ou a sociedade abraça e acolhe estas áreas ou nada vai mudar de fato. Portanto, a polícia faz um apelo: subam o morro, ele é da cidade (José Mariano Beltrame – Secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro).<sup>24</sup>

Os primeiros resultados do censo de 2010 registram que o Estado do Rio de Janeiro possui 15.993.583 habitantes. Destes, 15.466.966 moram em área urbana e 526.587 em área rural. A cidade do Rio de Janeiro conta com 6.320.446 habitantes. (RIO, [200-?]). De 1999 a 2008, a área da cidade ocupada por favelas cresceu em 3 milhões de metros quadrados, e o território ocupado pelas favelas cariocas variou de 42.894.464,17m<sup>2</sup> para 45.843.509,35m<sup>2</sup>, ou seja, teve um crescimento médio de 6%, alcançando, entretanto, 12% em algumas regiões. (VIAL; CAVALLIERI, 2009)

Algumas comunidades viraram complexos formados por várias favelas, que se expandiram a ponto de se unirem, ultrapassando os 50 mil habitantes. Diante desta realidade, difícil persistir a idéia de remoção como solução para os problemas decorrentes do processo de favelização da cidade. Em especial, o da violência urbana.

A partir da década de 1980, quando os morros do Rio de Janeiro foram tomados por diferentes facções ligadas ao tráfico de entorpecentes, intensificou-se a percepção de favela como lugar de violência. A questão da segurança pública tornou-se pauta constante nos meios de comunicação, que pressionavam os sucessivos governos a tomarem medidas no sentido de resolver os problemas de violência da cidade. Trinta anos se passaram, desde então, sem que as autoridades públicas se dispusessem a enfrentar o desafio.

Nos últimos 30 anos, predominou entre os formuladores de política, no estado do Rio de Janeiro, uma agenda que partia do diagnóstico de que a violência decorria da estagnação econômica e era exclusivamente causada pela pobreza e pela desigualdade.[...] Assim, toda a estrutura da política de segurança foi abandonada, enquanto delegacias e batalhões passaram a ser incluídos no *quid pro quod*<sup>25</sup> das barganhas políticas. Nesse período, como parte do vetor de políticas populistas e complacentes em relação à informalidade e ao crime, foram estimuladas invasões e loteamentos informais que, por sua vez, cumpriam a sua função de curral eleitoral adeptos dessas práticas, que dominaram a política fluminense no período de 1980-2006. Ao mesmo tempo, a agenda do 'assistencialismo de resultados' esvaziava a

<sup>24</sup> Disponível in: <http://upprj.com/wp/?p=175>

<sup>25</sup> Expressão latina significando “tomar isto por aquilo”, usada no texto como “troca de favores”, “toma lá dá cá”.

polícia, ao associar sua existência à idéia de desrespeito aos direitos humanos, como se esse último fosse um corolário da presença policial. Isso reforçava a exclusão do tema do rol de ações prioritárias (FERREIRA, 2011, p. 73).

Havia na cidade um clima de descrença quanto à possibilidade de se reverter a crise que se instaurara, e milhares de moradores abandonaram o Rio de Janeiro, em busca de localidades mais seguras. Ferreira registra interessante alegoria criada por Cullem e Levitt acerca deste êxodo, ao informar que *“indivíduos com capital humano mais alto tendem a ‘votar com os pés’, emigrando de cidades violentas.”* (FERREIRA, 2011, p. 75). Para aqueles que não podiam deixar o Rio de Janeiro, e, em especial para os que viviam nas comunidades ocupadas pelos traficantes, a vida era profundamente afetada e controlada pelas intervenções dos criminosos:

[...] as regras eram ditadas por grupos criminosos que interferiam no funcionamento da maioria dos serviços urbanos públicos ou privados, nas relações comerciais e imobiliárias, na oferta ou regulação de esferas e bens culturais e coletivos e, freqüentemente, nas relações privadas entre os moradores ou mesmo dentro das famílias (brigas entre vizinhos, desavenças conjugais, etc. (HENRIQUES; RAMOS, 2011, p. 245).

Foram décadas de grande desencanto, que alteraram o perfil do carioca, não mais orgulhoso de sua cidade, não mais otimista em relação à vida e ao futuro.

Com a eleição de Sérgio Cabral Filho (2006) para o Governo do Estado e de Eduardo Paes (2008) para a Prefeitura, ambos bem relacionados com o ex-presidente Lula, configurou-se um quadro que há muito tempo não se via: as três esferas de governo se entendiam e se apoiavam. Esse fator foi preponderante para o desencadeamento de ações de segurança pública no território do estado e, em especial, na capital.

O Rio de Janeiro era candidato a sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, respectivamente em 2014 e 2016, e, Prefeitura, Governo e União se uniram em torno do projeto de trazer para o Brasil esses dois importantes eventos desportivos. Para isso, a cidade precisaria livrar-se de sua imagem de violenta, precisaria ser pacificada, caso contrário, dizia a mídia, não se teria chance de vencer a disputa pela sede.

### 3.1 As Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs

Assim, partindo do princípio de que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro necessitava de “uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes” (RIO DE JANEIRO, 2009), em 21 de Janeiro de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto 41.650, criando a Unidade de Polícia Pacificadora – UPPs. Essa unidade integra a estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ, estando subordinada ao Comando do Estado Maior e “destina-se à execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”. (RIO DE JANEIRO, 2009)

Registre-se que essa legislação veio a oficializar iniciativa que já estava em prática desde o final de 2008, com a operação que retomou, para o Estado, o controle do Morro Dona Marta, em dezembro daquele ano.

O modelo implantado visa a alguns objetivos específicos, assim elencados por Ricardo Henriques e Silvia Ramos, respectivamente ex-presidente do Instituto Pereira Passos e ex-Subsecretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro :

Basicamente, o modelo policial segundo documentos da Secretaria Pública do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivos: i) retomar o controle estatal sobre comunidades atualmente sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; ii) devolver à população local a paz e a tranquilidade pública, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania; iii) contribuir para quebrar a lógica de ‘guerra’ existente no estado do Rio de Janeiro (RAMOS; HENRIQUES, 2011, p. 243).

Os autores prosseguem registrando que o projeto das UPPs, entretanto, não tem como finalidade: *“i) acabar com o tráfico de drogas; ii) acabar com a criminalidade; iii) apresentar-se como solução para todas as comunidades; iv) transformar-se na panacéia para todos os problemas socioeconômicos das comunidades.”* (RAMOS; HENRIQUES, 2011, p. 243).

Concebida pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do governo do estado do Rio de Janeiro, o projeto passou a ser coordenado pela

Secretaria de Segurança Pública (SSP), sob o comando de José Mariano Beltrame, egresso dos quadros de delegados da Polícia Federal.

Essa nova estratégia de combate à violência urbana tem algumas peculiaridades. Inicialmente, a autonomia conferida à SSP para conduzir o projeto, ficando, assim livre, da ingerência política para nomeação de comandantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, para a agenda de ocupação de comunidades, dentre outras iniciativas.

Outro aspecto relevante é a estratégia de ocupação permanente das favelas por forças pacificadoras, rompendo-se, assim, dois paradigmas: o de ocupações temporárias e o de política de confronto. As UPPs destinam-se à pacificação permanente dos territórios retomados pelo poder público estatal.

Além disso, as unidades compõem-se, essencialmente, por policiais recrutados entre os recém formados membros da Polícia Militar, em cursos onde recebem formação humanística, já que a missão é cidadã. Nos termos da declaração do Secretário José Mariano Beltrame, constante do site oficial das UPPs: “A idéia é simples. Recuperar para o Estado territórios empobrecidos e dominados por grupos criminosos armados. (...) Fim do fuzil e início das pequenas revoluções que serão contadas nessas páginas.” (BELTRAME, 2009)

O comando da Polícia Militar é mais enfático acerca dos propósitos dessas unidades especiais:

Retomar os territórios apropriados criminosamente por bando e facções, livrando seus moradores das garras despóticas e assassinas dos traficantes de drogas, foi o desafio a que se propôs o Estado do Rio de Janeiro; seus governantes, sua segurança pública e sua população, incedível em talento, alegria e espírito pacificador. As UPPs vieram para ficar. Elas materializam um sonho de liberdade.<sup>26</sup>

Desta forma, em 19 de dezembro de 2008 foi inaugurada a UPP na favela Santa Marta, com um efetivo de 123 homens. Desde então, outras UPPs foram inauguradas, atendendo a diversas comunidades da Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste do Rio de Janeiro: Cidade de Deus (2009); Batam (2009); Babilônia / Chapéu Mangueira (2009); Pavão-Pavãozinho / Cantagalo (2009); Tabajaras/Cabritos (2010); Providência / Pedra Lisa e Moreira Pinto (2010); Morro do Borel / Casa Branca /Chácara do Céu/ Indiana / Morro do Cruz / Catrambi (2010); Formiga (2010); Andaraí /Nova Divinéia / João Paulo II / Juscelino Kubitschek / Jamelão/ Morro

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://upprj.com/wp/?p=113>



Santo Agostinho / Arrelia (2010); Salgueiro (2010); Turano (2010); Macacos (2010); Quieto /São João / Matriz (2011); Fallet / Fogueteiro / Coroa (2011); Escondidinho /Prazeres (2011); Morro São Carlos / Mineira / Zinco e Querosene (2011); Mangueira (2011); Vidigal / Chácara do Céu (2012); Fazendinha (2012); Nova Brasília (2012); Morro do Adeus / Morro da Baiana (2012); Alemão (2012); Chatuba (2012); Fé / Sereno (2012). (UNIDADES, [2011?]).

Diferentemente do que se temia, nas ocupações dessas comunidades pelas forças oficiais, não houve confronto significativo. Para executar a estratégia de ocupação permanente das favelas, a tática utilizada pelo governo foi a de anunciar, antecipadamente, que a invasão dos morros se daria através da ação do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), marcando dia e hora para a incursão oficial de retomada do território.

Com isso, pretendia-se dar tempo para a desocupação do território por parte dos traficantes, evitando por em risco a vida dos moradores. Funcionou. A respeito da operação realizada no Morro Dona Marta<sup>27</sup>, o jornal O Globo On Line, divulgou a seguinte nota, às 08:04hs do dia 19 de novembro de 2008:

Polícia faz operação no Dona Marta  
Plantão | Publicada em 19/11/2008 às 08h04m  
RIO - Policiais do 2º BPM (Botafogo) e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) fazem operação desde as 5h30m no Morro Dona Marta, em Botafogo. Houve tiroteio no início da incursão, mas no momento a situação é aparentemente tranqüila. Chove bastante no local agora.

Em seguida, outra nota, às 10:01hs, reafirma que o clima na favela é de normalidade:

Polícia apreende grande quantidade de cocaína no Dona Marta  
Plantão | Publicada em 19/11/2008 às 10h01m  
RIO - Policiais que fazem uma operação do Morro Dona Marta esta manhã apreenderam, há pouco, no alto da favela, uma grande quantidade de cocaína, maconha e cheirinho da loló. Foram apreendidas também munições para fuzis calibre 762 e metralhadora .30. O equipamento da equipe de som que fazia o baile funk na quadra da Escola de Samba Unidos do Dona Marta também foi apreendido. Segundo o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente coronel Gileade Albuquerque, a operação visa dar um choque de ordem na favela. A polícia que ocupa o morro desde as 5h da manhã, com o auxílio do Bope, aguarda agora a chegada de cães farejadores da PM para tentar localizar depósitos de drogas.

<sup>27</sup> O morro em questão é denominado Dona Marta e a favela nele instalada tem o nome de Santa Marta. O uso invertido dos nomes, entretanto, é comum, tendo sido observado em alguns momentos da pesquisa.

Nenhuma baixa, civil ou militar, nenhuma resistência, quase nenhum confronto. Em poucas horas um dos morros mais violentos do Rio de Janeiro havia sido tomado das mãos dos traficantes, que fugiram, abandonando armas, munição e estoques de drogas. O mesmo ocorreu nas outras comunidades, todas ocupadas com pouca resistência.

Após a retomada, tropas do Batalhão Operações Especiais permanecem na comunidade ocupada até que uma Unidade de Polícia Pacificadora possa lá se instalar de forma permanente, com sede e efetivos próprios. A partir daí, tem início uma série de ações que visam, inicialmente, à aproximação das tropas de ocupação com a comunidade, mas também, à regularização das atividades naqueles territórios, com fim dos “gatos”<sup>28</sup>, bailes sem hora para terminar, uso de substâncias entorpecentes por moradores, até chegar ao fornecimento de serviços essenciais, antes inexistentes ou insuficientes.

É corrente o entendimento de que a simples ocupação desses territórios pelo Estado não será suficiente para resolver a questão. A administração pública tem uma dívida histórica com essas comunidades, que precisará ser saldada para que de fato seja possível se almejar a pacificação dessas áreas.

Esse débito é reconhecido pelo gestor do projeto UPPs, o Secretário de Segurança Pública, que registra haver “uma tremenda dívida social que veio desde a colonização destas terras. A maioria negros, pardos, mulatos, pobres e muito pobres. Carências tão grandes que é preciso ajudá-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar as emergências.” (BELTRAME, 2009)

Neste contexto, o segundo momento do projeto prevê a instalação da intitulada UPP Social, que visa o implemento de ações públicas e privadas nas áreas pacificadas a fim de “promover o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade.”<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Furto de energia e sinal de TV a cabo.

<sup>29</sup> Apresentação oficial do projeto UPP Social. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/o-projeto>

### 3.2 As UPPs Sociais

Os territórios recuperados estiveram sob o domínio do poder paralelo dos traficantes durante três décadas (1980/2010), período que abarca mais de uma geração. Assim, imaginários, usos e costumes se enraizaram na cultura local, muitos deles discrepantes das regras válidas para outras localidades, precisando, assim, ser revistos. Além disso, a ausência do Estado nesses territórios acumulou necessidades e demandas consideráveis que precisam ser levantadas e supridas, uma vez que se pretende a integração dessas áreas à “cidade formal”.

Nesse contexto, foi concebido e criado “na estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, o Programa ‘UPP Social’ para a execução de ações especiais de promoção do desenvolvimento social em áreas pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora – UPP” (RIO DE JANEIRO, 2010), com a edição do Decreto 42.727, de 30 de novembro de 2010.

O preâmbulo da Lei registra que o ato foi editado considerando que *“a manutenção das comunidades já pacificadas requer a presença do Estado não só executando ações de segurança pública, mas também executando políticas sociais”* e que Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos também necessitará de *“uma equipe especializada e tecnicamente adaptada para a execução de projetos e programas concernentes à consolidação do controle territorial e da pacificação, à promoção da cidadania e do desenvolvimento social e à integração plena das comunidades pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro.”*

Assim, as UPP Sociais consistem em um programa de governo criado para coordenar e integrar ações sociais, a serem implementadas nas áreas ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora, que objetivem a consolidação do controle territorial e da pacificação das comunidades recém retomadas pelo Estado e cujas iniciativas sociais ocorrerão de forma integrada com os objetivos da ação policial:

Coordenada a partir de uma área governamental distinta da área que comanda a polícia (e isto distingue o programa de outras iniciativas, como o Fica Vivo), a UPP Social foi desenhada para dar sustentabilidade à pacificação, promover a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico nessas áreas e, finalmente, contribuir para efetivar a integração dessas áreas ao conjunto da cidade (HENRIQUES; RAMOS, 2011, p. 244-245).

As UPP Sociais inserem-se nas iniciativas da ONU-Habitat, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos<sup>30</sup>, configurando-se como “*um novo desenho de interlocução de política pública*” em que as “*estratégias para desenhar uma nova realidade são pensadas coletivamente.*”<sup>31</sup>

Apresentando-se como *um modelo inovador de gestão pública que a Prefeitura está implantando no Rio de Janeiro*<sup>32</sup>, as UPP Sociais pretendem desenvolver-se através de parcerias entre as esferas governamentais, a iniciativa privada e a sociedade, em ações ordenadas a fim de evitar o “*desperdício de recursos e a sobreposição de projetos*” (BELTRAME, 2009).

A UPP Social começa a sua atuação em cada território pela articulação de ações que consolidem os avanços trazidos pela pacificação e revertam os legados da violência e da exclusão territorial: apoio a organizações e projetos locais; recuperação de espaços públicos; regularização urbana, de serviços e negócios; oportunidades para a juventude e iniciativas cidadãs, culturais, esportivas e de lazer que apaguem de uma vez por todas as fronteiras do passado. (BELTRAME, 2009).

Assim, sua estrutura de gestão<sup>33</sup> compõe-se de um Comitê Executivo, formado pelas Secretarias da Prefeitura e por um Órgão Gestor, a cargo do Instituto Pereira Passos.

Pretende atuar através da parceria com os governos Estadual e Federal, incluindo o setor privado, sociedade civil e as equipes locais (Unidades de Gestão Local)<sup>34</sup>, essas últimas formadas por equipes técnicas qualificadas, responsáveis pelo levantamento de demandas e problemas, desenvolvendo suas ações

<sup>30</sup> A ONU-HABITAT firmou acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro para apoio no gerenciamento do programa, na produção de dados, nas análises e monitoramento de cada território e na gestão local das UPPs Sociais.

<sup>31</sup> Ricardo Henriques, presidente do Instituto Pereira Passos - gestor das UPPs Sociais, em palestra proferida no Instituto de Economia da UFRJ. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?article-id=2093093>

<sup>32</sup> Apresentação oficial do projeto UPP Social. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/o-projeto>

<sup>33</sup> “Art. 1º- A estrutura de gestão do Programa UPP Social é composta por uma Unidade de Gestão Central e pelas Unidades de Gestão Local presentes nas comunidades da Providência, Cidade de Deus e Borel, pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora - UPP.”

Resolução SEASDH Nº 299, de 01 de dezembro de 2010, que regulamenta o o funcionamento das unidades de gestão local do programa UPP Social nas comunidades da providência, Cidade de Deus e Borel.

<sup>34</sup> “Art. 2º- A Unidade de Gestão Local é a base executora do Programa UPP Social nas comunidades pacificadas e sua atuação deve ser integrada com as equipes das UPPs e com a rede dos demais gestores e serviços públicos e privados locais.

Art. 3º- A Unidade de Gestão Local é responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades:

I- suporte local para a execução das ações articuladas pelo Programa;

II - apoio à divulgação das atividades do Programa UPP Social;

III - apoio à divulgação dos projetos e programas disponíveis para as comunidades;

IV - coordenação territorial e monitoramento da execução das ações previstas por parte dos órgãos públicos e demais parceiros, inclusive com a produção de informes e relatórios para municiar o acompanhamento realizado pela Unidade de Gestão Local;

V- identificação de possíveis beneficiários dos projetos e programas disponíveis para a comunidade;

[...] diretamente nos territórios pacificados, produzindo informações detalhadas sobre cada área de UPP, reconhecendo os que já atuavam no local antes da pacificação, fortalecendo as vias de diálogo entre moradores, lideranças e gestores públicos, mobilizando as instituições capazes de suprir as demandas de cada comunidade e apoiando a execução das ações previstas. O ciclo de ação do programa se completa com a realização, baseada no diálogo com as comunidades e nas principais necessidades identificadas, de Planos de Políticas Integradas que promovam o pleno acesso de cada território aos serviços públicos e direitos garantidos nas demais áreas da cidade. (RIO DE JANEIRO, 2010)

Com a missão de “mobilizar e promover a coordenação de políticas e serviços municipais e de ações dos governos estadual e federal, comunidades, sociedade civil e setor privado nos territórios da cidade do Rio de Janeiro beneficiados por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)” (RIO DE JANEIRO, 2010) e objetivando “assegurar a consolidação do processo de pacificação; promover a cidadania e o desenvolvimento social, econômico e urbano nos territórios pacificados; e efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade” (RIO DE JANEIRO, 2010), as UPP Sociais prevêem fases distintas no processo de sua implantação.

A primeira, intitulada de “pré-implantação” destina-se a colher “informações sobre o território, escuta e identificação de demandas, matriz inicial de ações”<sup>35</sup>; a segunda, intitulada de “implantação”, prevê a realização de audiências públicas (Fórum UPP Social), além de ações básicas identificadas como prementes pela equipe local; a última fase seria a de “Consolidação”, em que haveria a “interlocução, articulação e suporte às ações; plano de ação local, monitoramento de ações e resultados” (RIO DE JANEIRO, 2010).

São muitos, certamente, os desafios pela frente. Mas os esforços já em curso na cidade demonstram que todos eles estão ao nosso alcance. A UPP Social é um marco de ação da Prefeitura. Mas é também, e principalmente, um convite à ação compartilhada. Se antes o que valia era a palavra dos “donos” locais, agora moradores, sociedade e governos decidem juntos os caminhos para o exercício integral da cidadania. Chega de cidade partida. Vamos construir o Rio que queremos.<sup>36</sup>

---

VI - mobilização e suporte ao Fórum UPP Social, espaço aberto à participação e interlocução social de organizações, lideranças e empreendedores locais e gestores e profissionais dos serviços públicos e ONGs atuantes na região.

VII - acompanhamento e orientação, em conjunto com a equipe do Programa de Estágio - UPP Social, às atividades práticas dos bolsistas universitários.”

Resolução SEASDH Nº 299, de 01 de dezembro de 2010.

<sup>35</sup> <http://www.uppsocial.com.br/o-projeto>

<sup>36</sup> <http://72.29.76.194/~metaesqu/programas/upp-social/>

Ressaltando a importância dos fóruns de debates dentro do contexto do projeto, tendo em vista a considerável demanda reprimida por ações de natureza social, Henriques e Ramos registram que

[...] não há soluções simples e rápidas para diversos problemas, e arranjos locais têm que ser reconstruídos e repactuados. Por essas razões, observou-se a necessidade de lançar a UPP Social em cada comunidade criando fóruns locais que se tornassem espaços de diálogo permanente e a partir dos quais fossem discutidas regras de transição e acordadas experiências coletivas sobre como o lidar com a nova realidade, muitas vezes batizadas de 'vamos combinar' (HENRIQUES; RAMOS, 2011, p. 247).

Desta forma, o projeto UPP Social foi concebido como um modelo de gestão de programas e ações sociais diferenciado, de cunho integrativo e participativo, que pretende desenvolver-se através de ações em que haja coordenação, e não subordinação, entre os atores sociais envolvidos, que teriam nos fóruns sociais arena propícia para a apresentação e discussão de agendas de reivindicações.

Henriques e Ramos (2011, p.245) identificam como “A Chegada da República”, o conjunto de ações que se segue à ocupação, pelas forças oficiais, das comunidades antes sob o domínio do tráfico. Nesse contexto, estariam os direitos que passariam a ser reconhecidos, mas também os deveres que, a partir de então, seriam exigidos, ou seja, a adaptação da realidade desses territórios aos preceitos da cidadania e da democracia, e que visariam a integrá-los à cidade formal.

Recentes pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais sobre a percepção popular acerca das Unidades de Polícia Pacificadoras demonstram que o projeto é um sucesso.

A primeira delas foi realizada entre os dias 15 e 21 de janeiro de 2010 em comunidades que têm UPP<sup>37</sup>: nela, 93% dos entrevistados disseram que sua comunidade é segura, 86% acham que a favela está melhor com a UPP; 97% responderam que homens circulando armados acabaram ou diminuíram após a UPP; 92% afirmam que a venda de drogas acabou ou diminuiu; 97% registraram que os tiroteios acabaram ou diminuíram; 94% observaram que execuções acabaram ou diminuíram.

---

<sup>37</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido do Jornal O Globo, mediante entrevistas pessoais por telefone, de acordo com critério de localização geográfica, com 600 moradores de comunidades/favelas onde existem Unidades de Polícia Pacificadora no Município do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 21 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://upprj.com/wp/>

Em uma escala de zero a dez, 75% dos entrevistados atribuíram notas de sete a dez, quando se manifestaram acerca do desempenho das guarnições da UPP na manutenção da ordem e na relação com os moradores.

Relativamente ao relacionamento com as forças policiais, 80% responderam que, durante a ocupação, os policiais do BOPE, na relação com os moradores, foram cordiais/corretos ou firmes, mas sem violência; 80% acreditam que a Polícia Militar, após a instalação das UPPs, melhorou muito ou melhorou; destes, 95% disseram que isso ocorreu porque os Policiais Militares são cordiais/educados, honestos/corretos ou solícitos.

Até mesmo no que tange ao pagamento por serviços antes “gratuitos” (“gato” de luz) ou muito baratos (fornecimento clandestino de TV a cabo por milicianos ou traficantes), a população reagiu bem, com 54% dos entrevistados informando que a mudança foi positiva, porque preferem tudo legalizado (42%), porque assim passam a ter direitos (29%), porque assim tem garantia do serviço (23%).

Com relação à autoimagem desta população, 72% dos entrevistados se sentem mais respeitados pelas pessoas de fora da comunidade. Consultados acerca do relacionamento com o poder público, 75% entendem que a comunidade é mais ouvida após as UPPs e 71% consideram que a vida é melhor agora.

A pesquisa, porém, traz um alerta às autoridades: a população não está segura quanto à permanência das UPPs nas comunidades: 66% dos entrevistados têm noção de que a continuidade do projeto dependerá da vontade política do próximo governo e 68% temem a volta dos bandidos.

A segunda pesquisa<sup>38</sup> ocorreu entre 21 e 26 de janeiro de 2010, em comunidades onde não existem UPPs. Responderam que já ouviram falar muito ou já ouviram falar das UPPs, 77% dos entrevistados, e que, pelo que ouviram falar, a implantação das UPPs nas comunidades foi uma medida ótima ou boa (72%). Consultados se seriam favoráveis à implantação de uma UPP em sua favela, 70% se disse favorável ou muito favorável.

O entorno das comunidades ocupadas também se beneficiou com a medida. Na Zona Sul carioca, bairros como Copacabana, Ipanema e Botafogo observaram

---

<sup>38</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido do Jornal O Globo, mediante entrevistas pessoais por telefone, de acordo com critério de localização geográfica, com 600 moradores de 44 comunidades onde não existem Unidades de Polícia Pacificadora no Município do Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 26 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://upprj.com/wp/>

um verdadeiro “boom” nos valores de seus imóveis, para compra e venda e para locação. O mesmo ocorreu com a Tijuca, na Zona Norte, onde praticamente todos os morros foram pacificados, devolvendo a este bairro carioca, a antiga tranquilidade.

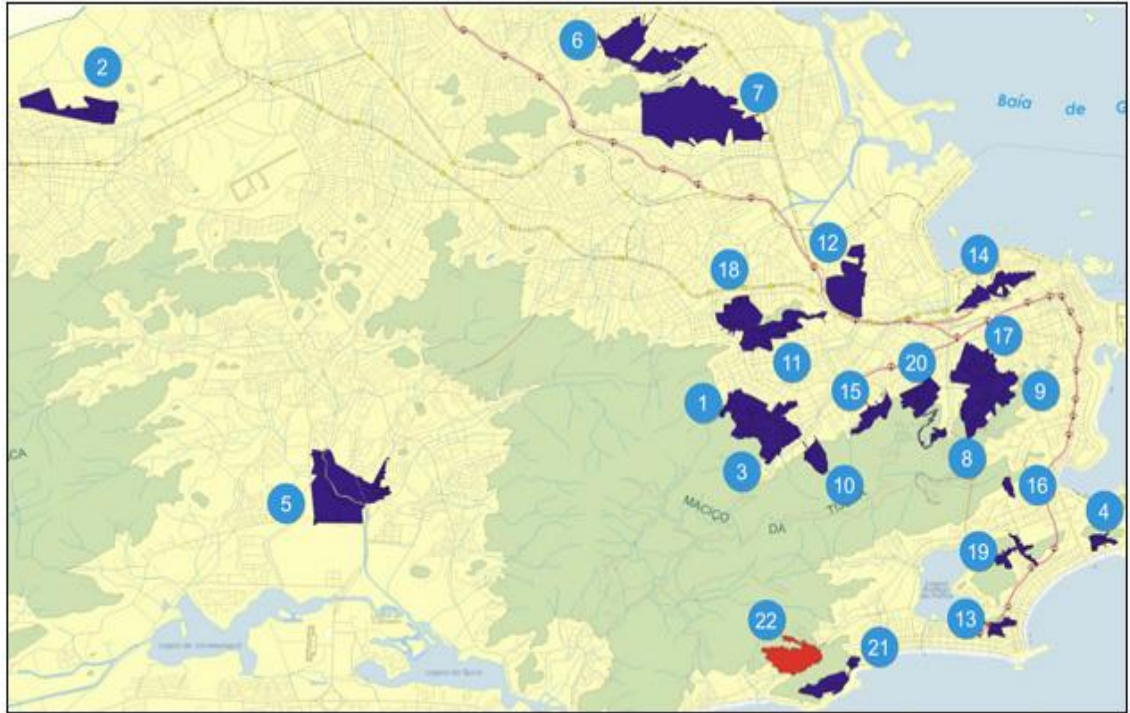


Figura 8 - Mapa das comunidades pacificadas com e sem UPP (Setembro/2012)  
Fonte: UPP Social (2012)

Sérgio Besserman, ex-presidente do Instituto Pereira Passos, alerta para a necessidade de integrar as comunidades ocupadas na tomada de decisões. (O Globo, Rio, A hora da 19ª. UPP, “Não cabe ao comandante da PM o papel de árbitro”, 13 de novembro de 2012, p. 23)

Para implantar a UPP, o Estado chega à comunidade via ocupação militar. É preciso que a PM entre na favela. Durante um certo tempo, o comandante está lá para desestruturar o poder anterior. Mas, assim como foi preciso uma ocupação militar para que as regras do estado de direito se afirmassem, seria um grande equívoco considerar essa situação como dentro da normalidade. Não cabe só à PM o exercício do poder. Se ela puser nas suas costas o peso do exercício de todo o poder de Estado, vai gerar muito espaço para desvirtuamentos. Vira o guarda da esquina decidindo sua vida. A idéia de que as liberdades democráticas se afirmarão dentro de uma comunidade exclusivamente por uma força militar não nos levará longe. Só construindo um outro poder, mais democrático, é que se volta à normalidade. A chave do problema é política. (O Globo, Rio, A hora da 19ª. UPP, “Não cabe ao comandante da PM o papel de árbitro”, 13 de novembro de 2012, p. 23)

Para o economista, “é preciso que as forças vivas da comunidade, apoiada pelo Estado, iniciem um processo de construção institucional. É um passo



necessário para que as UPPs não se desvirtuem.” Caberia ao Estado criar conselhos comunitários com representação local “como o presidente da associação de moradores, as mães, líderes das igrejas, empresários e empreendedores” uma vez que não caberia ao comandante da PM exercer o papel de árbitro: “É um desvio da democracia”.

## 4 A PRIMAVERA DA ROCINHA

A Rocinha é uma das maiores favelas da América Latina. Localiza-se na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, junto ao bairro de São Conrado, cujos moradores têm, em geral, alto poder aquisitivo.

Segundo o historiador Milton Teixeira (O Globo, Rio, 12 de novembro de 2011), nos séculos XVIII e XIX, no local onde hoje se localiza a Rocinha havia uma grande fazenda de gado, a Quebra Cangalha. No início do século seguinte, a fazenda foi loteada em várias chácaras que abasteciam a feira livre da Praça Santos Dumont, na Gávea, criada pelo então prefeito Carlos Sampaio, em 1922. “— Os compradores ficavam impressionados com a qualidade das frutas e dos legumes vendidos na feira. Os produtores diziam que eles vinham lá da sua ‘rocinha’, e apontavam para o alto da Gávea. Daí o nome Rocinha —“ diz Teixeira.

A favela da Rocinha surgiu em 1930 na parte baixa do morro, onde atualmente encontram-se o Shopping Fashion Mall e o condomínio Village. Sua expansão se daria em etapas, nas décadas de 1950 e 1970:

— Foi no início dos anos 1950, com a expansão de Ipanema e do Leblon, que a favela começou a subir o morro. Pessoas que vinham do Nordeste para trabalhar na construção civil e na prestação de serviços começaram a se instalar ali. A partir de 1971, quando teve início a construção do Túnel Dois Irmãos, hoje Zuzu Angel, a expansão da Rocinha se intensificou. Com a abertura da Auto-Estrada Lagoa-Barra, em 1976, a parte baixa da favela foi destruída.

A favela era ainda incipiente quando ocorreu o primeiro “Circuito da Gávea”, em 1933, uma corrida de automóveis em circuito de rua com mais de 11 quilômetros, que contornava o Morro Dois Irmãos. A competição tinha início na Rua Marquês de São Vicente, na Gávea, seguindo pela Avenida Visconde de Albuquerque e pela Avenida Niemeyer, passando em frente ao Morro do Vidigal. A volta ocorria pela Estrada da Gávea, no interior da Rocinha. “— As provas nesse circuito aconteceram por 20 anos. Os competidores corriam sem capacete e sem cinto, com o público colado na pista — relembra Teixeira”, acrescentando que o alto risco da competição fazia com que fosse denominada de “Trampolim do Diabo”. Era época do culto à velocidade, novidade dos fins do século XIX e início do século XX.



Figura 9 - Circuito da Gávea, que tinha como curva mais famosa o Trampolim do Diabo, na Avenida Niemeyer, que acabou por “batizar” a prova.  
Fonte: Arquivo / O Globo.

Já na década de 1930, portanto, o espaço onde hoje se localiza a Rocinha estava inserido na rotina carioca, servindo de via que interligava o bairro da Gávea à localidade onde hoje é São Conrado, além de fazer parte de um circuito esportivo anual que aconteceu entre 1933 e 1954, atraindo milhares de pessoas.

Ronaldo Alves (1997), nascido e criado na Rocinha onde permaneceu até os 23 anos, escreveu o livro “O Bandido e outras histórias da Rocinha”, em que narra sua experiência na comunidade nas décadas de 1960 e 1970. No capítulo intitulado “Os barracos”, Alves informa que naquela época “havia barracos de todos os tipos, de zinco, sapê, madeira e de ‘sopapo’ (bambu enxertado com barro)” e que somente alguns poucos eram de alvenaria, “privilégio dos comerciantes, donos de açougue, padarias, armazéns, e etc... e evidentemente os que tinham bons salários.” (ALVES, 1997, p.38)

A casa do autor, segundo moradores mais antigos, havia sido construída na década de 1930. O autor a descreve como uma casa de vila, cujas paredes “eram de tábuas sustentadas com caibros atravessados no sentido horizontal”. O chão era cimentado e pintado de vermelhão, e era comum que as pessoas exibissem a sola

do pé vermelha “para mostrar que sua casa não tinha chão de barro.” (ALVES, 1997, p.38)

Com o tempo, entretanto, os barracos foram sendo sucessivamente substituídos por construções de alvenaria. O autor registra que, desde 1970, instaurou-se uma verdadeira “febre de construção e reforma dos barracos” não se escutando outra coisa na comunidade que não fosse: “Onde encontro um bom pedreiro?” (ALVES, 1997, p.37)

Os nordestinos seriam os verdadeiros artífices dessa revolução ocorrida na Rocinha. Com “seus maravilhosos conhecimentos de construção civil, foram pouco a pouco mudando as condições das moradias e a da vida dos favelados”, trazendo para a comunidade suas experiências nas obras em que trabalhavam como “serventes, pedreiros, estucadores, carpinteiros e até mestre-de-obras.” Com o passar dos anos, as “tábuas iam sendo derrubadas e tijolos num ‘desenho mágico’ começavam a subir”, com as lajes deixando “pronto o piso do segundo andar”. (ALVES, 1997, p.40)

Essa transformação, entretanto, teria posto fim ao “lugar mais poético e bonito da Rocinha [...], a Cachopa, uma mini-floresta onde havia bichos de várias espécies, como tatus, cobras, gambás, micos, lagartos, preás e pássaros diversos.” Em um capítulo de mesmo nome dedicado ao lugar, Alves ressalta que, embora morasse na Zona Sul, vivia como em uma cidade do interior: “subia em pés de manga, de jaca e de abacate, comia morangos e banana-ouro e, munido de uma pequena faca, chupava laranja ‘roubada’ de dona Gertrudes.” Em sua época, na Cachopa ainda havia vestígios de uma antiga fazenda, com canaviais e cafezais, “uma verdadeira roça, de onde surgiu o nome de Rocinha.” Lá havia sido improvisado um campo de futebol, o “Cachopão”, onde todos os sábados a criançada passava quase o dia inteiro, de pé no chão, “curtidos na terra seca da Cachopa”. No local havia também uma cachoeira “de água pura e cristalina”, onde o autor tomava banho enquanto sua mãe, “junto com outras vizinhas, lavava as roupas das madames”, ouvindo “o chilrear de pássaros” (ALVES, 1997, p. 91-92). O relato do retorno das lavadeiras ao fim do dia é poético:

Hoje, não se assiste mais ao espetáculo das seis horas da tarde, quando depois de avisadas do crepúsculo dezenas de lavadeiras faziam o caminho de volta descendo a ladeira da Cachopa. Um verdadeiro balé. Onde bacias, baldes coloridos e trouxas nas cabeças completavam a mágica alegoria. A cena era indescritível. (ALVES, 1997, p. 93)

Com saudosismo o autor registra que a área não resistiu ao processo de extensão da favela e que hoje não mais existe o Cachopão ou a cachoeira porque

[...] a população construiu em toda a sua extensão. [...] É o progresso. [...] É preciso aproveitar todo milímetro de terra, o êxodo rural é uma realidade e não resta outra alternativa a não ser subir o morro e tornar-se um favelado, fazendo-se necessária a construção de um barraco a cada dia. (ALVES, 1997, p.93)

O fornecimento de luz e água eram deficientes, irregulares, não atendendo a toda a comunidade. Desmoronamentos de terra e de pedras eram comuns naquela época. As enchentes também eram constantes, tendo sido emblemática a de 1966, com dezenas de feridos e mortos. Muita chuva, lixo acumulado, escoamento deficiente com valas e bueiros entupidos eram fatores que se uniam para agravar a situação. Sobre as dificuldades de se viver naquela comunidade, o autor reflete:

Só graças a uma inabalável e inacreditável capacidade de adaptação às circunstâncias da vida é que conseguimos sobreviver aos mais duros anos da história da Rocinha – de 1960-1975. Foi um período negro, de muitos infortúnios. Enchentes, desabamentos, falta de luz, muita pobreza, e uma constante e ininterrupta ameaça de remoção de favelas que deixava os moradores apreensivos e angustiados. O normal das pessoas era o semblante fechado, triste, de tanto carregar frustrações e problemas durante dias, meses, anos e décadas. Tolerava-se, mas não se acostuma. (ALVES, 1997, p.151)

Em 18 de julho de 1993, durante o governo de César Maia, foi promulgada a Lei 1.995<sup>39</sup> criando o bairro da Rocinha, que passou a ter Região Administrativa própria, a XXVII R.A.<sup>40</sup> Essa medida, entretanto, não resolveria o maior problema da favela: o tráfico de drogas que desde a década de 1970 infiltrou-se naquele território.

Há um Rio de Janeiro quase tão grande quanto o que está à vista de todos, que, desde fins do século passado, parece ter submergido. Ou jogado para baixo do tapete, segundo a norma das nossas classes dominantes. No entanto, mesmo isolado numa espécie de outro lado do mundo da vergonha, o Rio escondido cresceu, produziu cultura, contribuiu com sua força de trabalho para o desenvolvimento do Rio oficial e também geriu alguns problemas. Um deles foi o de abrigar um comércio clandestino de drogas (cuja clientela pertence ao Rio oficial, é bom que se diga) que chamou a atenção pelo seu poderio bélico. (CABRAL, 1997).

<sup>39</sup> Lei nº 1995 de 18 de junho de 1993

“Delimita a XXVII Região Administrativa - Rocinha, criada pelo Decreto N. 6011, de 04 de agosto de 1986, cria e delimita o bairro da Rocinha, altera a delimitação da VI RA - Lagoa e dos bairros da Gávea, São Conrado e Vidigal, subdivide o bairro da Rocinha em áreas segundo especificidades e dá outras providências.

[...]

Art. 4o.- Fica criado o bairro da Rocinha (código 227154), com delimitação na forma do Anexo II desta Lei e que passa a ser incluído na delimitação de bairros constantes do Anexo II do Decreto n. 5280/85, Área de Planejamento 2-AP-2. ”

Disponível in: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafácil/Arquivos/PDF/L1995M.PDF>

<sup>40</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/web/szs/exibeconteudo?article-id=95180>

A Rocinha não escapou a essa realidade, encontrando-se há quatro décadas sob o domínio dos traficantes de entorpecentes, que circulavam na favela fortemente armados.

Com a eleição de Sérgio Cabral para o Governo do Estado e de Eduardo Paes para a Prefeitura do Rio de Janeiro, ambos muito bem relacionados com o ex-presidente Lula, configurou-se um quadro que há muito tempo não se via: as três esferas de governo dialogavam e se apoiavam. Esse fator foi preponderante para o desencadeamento de ações de segurança pública no território do Estado, e, em especial, na capital.

O Rio de Janeiro era candidato a sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, respectivamente em 2014 e em 2016, e a Prefeitura, o Governo do Estado e União Federal se uniram em torno do projeto de trazer para o Brasil esses dois importantes megaeventos desportivos. Mas, para isso, a cidade precisava livrar-se de sua imagem de ser violenta, precisava ser “pacificada”, ou não teria chance de vencer a disputa pela sede. Além disso, havia a Rio+20, em 2012.

Legislações recentes, baseadas no paradigma da função social da cidade e da propriedade, impediam a remoção de favelas, política pública muito em voga até a década de 1970.<sup>41</sup> Reorientaram, assim, a ação do poder público: se não se podia remover a população, restava pacificar esses territórios. Assim, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou as Unidades de Polícias Pacificadoras – UPPs<sup>42</sup> para se estabelecerem permanentemente nas favelas, após esses territórios serem resgatados, pelo Estado, das mãos dos traficantes. A partir de 2008, diversas favelas cariocas foram sucessivamente ocupadas pelas forças oficiais, passando a ser consideradas pacificadas. A Rocinha foi a 19ª favela a sofrer essa intervenção, que ocorreu em 13 de novembro de 2011. A partir daí, adquiriu o *status* de pacificada. Ressalte-se, entretanto, que até o fim da elaboração da presente pesquisa, em setembro de 2012, a Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha não havia sido implantada, embora forças policiais se encontrem na comunidade desde o dia da invasão.

---

<sup>41</sup> Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade (Estatuto da Cidade) e Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

<sup>42</sup> Decreto 41.650, em 21 de janeiro de 2009

O jornal O Globo, no período de 10 de novembro de 2011 a 27 de novembro de 2011, cobriu sistematicamente o processo de retomada e pacificação da Rocinha, dedicando diversas páginas da Editoria Rio ao evento. Além disso, em outras editorias, o tema “Rocinha” era recorrente, sendo certo que nos dias e meses que se seguiram à cobertura inicial da pacificação, por diversas vezes o jornal voltaria a abordar a questão. A análise que se segue concentra-se, especialmente, no período inicialmente citado, vez por outra, entretanto, referindo-se a matérias posteriormente publicadas.

#### 4.1 Rocinha cintilante

A situação das favelas da Rocinha e do Vidigal é semelhante à que existia nos complexos da Penha e do Alemão. Traficantes transformaram as duas comunidades da Zona Sul num entreposto de drogas, armas e munição de uma facção criminosa. (O Globo, Rio, “Um morro minado”, 13 de novembro de 2011, p.17)

Como ocorreu em diversas favelas cariocas, o tráfico de drogas instalou-se na Rocinha em meados da década de 1970. A localização da favela, próxima a “centros consumidores” de alto poder aquisitivo – moradores da zona sul e Barra da Tijuca, foi fator importante nesse processo. Sua extensão e adensamento populacional também facilitavam a ação dos bandidos, que melhor se escondiam em sua vielas e becos.

O aprofundamento das relações espúrias com a polícia conferiu aos traficantes grande liberdade de ação, facilitando a importação de armas e munições, fortalecendo-os belicamente.

Desta forma, no século passado, a Rocinha já era um importante entreposto de substâncias entorpecentes proibidas. A facção criminosa que dominava a comunidade, além de importar as drogas de outros países, também mantinha no local, laboratórios para a transformação da pasta de cocaína, multiplicando as quantidades importadas, transformando a favela em um dos maiores distribuidores de drogas da cidade.

Do refino ao delivery.  
Rocinha é hipermercado das drogas, inclusive sintéticas.

A Rocinha é um hipermercado das drogas. A “firma” cresceu com Nem, inclusive com delivery para a Zona Sul e a Barra. Em 2007, a polícia descobriu lá o primeiro laboratório de refino de cocaína numa favela, capaz de produzir meia tonelada da droga para abastecer 13 morros. Nem pagava R\$ 40 para cada pessoa que comprasse numa loja no Centro produtos de uso controlado utilizados na refinaria. Seguindo os compradores, os policiais descobriram que boa parte deles ia para a Rocinha. (O Globo, Rio, 10 de novembro de 2011, p.18)

Um grande labirinto, com vielas, barracos e área de mata, em que traficantes se entocam. Uma ‘cidade’ de verdade, com 101 mil moradores, mais do que 90% dos municípios do país. [...] Contrastes, pobreza e riqueza, gente humilde e bandidos, tudo isso é a Rocinha. Além de caixa de ressonância, Rocinha é a maior boca de fumo do Rio, porque lá se produz e vende, no varejo e no atacado, de maconha a ecstasy. Se Ipanema brilhava à noite, como foi dito, a Rocinha cintilava. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 17).

A Rocinha reunia, assim, as seguintes características: grande extensão territorial, localização privilegiada junto ao público consumidor de drogas da Zona Sul carioca, acordos consolidados com a polícia, grandes estoques de armas, munições e drogas, além de laboratórios próprios para o processamento da pasta de cocaína. Era, portanto, cobiçada por outras facções criminosas que, frequentemente, travavam disputas por esse território com os traficantes locais, invadindo ou tentando invadir esse morro.

Tais incursões configuravam cenário de guerra no local, com o uso de armamento pesado por ambas as facções, levando os habitantes da favela e de seu entorno a enfrentar dias de terror, com tiroteios, interrupção de trânsito, mortes e lesões por balas perdidas. Os moradores ficavam reféns dessa violência.

Morador de São Conrado, o professor Gustavo Nunes comemora a chegada da UPP e acredita que a pacificação vai abrir caminhos para os moradores.  
- Em dia de operação policial, eu não saía de casa com medo de bala perdida. Espero que, com a pacificação, isso acabe de vez. [...] Uma vez tive que cancelar um almoço na minha casa por causa de tiroteios na favela (da Rocinha). (O Globo, A Guerra do Rio, Rio, 10 de novembro de 2011, p. 20).

Esse conflito repercutia na cidade, uma vez que a Rocinha localiza-se em frente a uma das principais vias de ligação entre a Zona Sul/Centro e a Zona Oeste, áreas densamente povoadas.

A Rocinha carrega um simbolismo muito grande. Está num lugar estratégico com propriedades caríssimas, sempre foi muito disputada pelas facções e um tiroteio ali afeta a ligação entre zonas Sul e Norte – diz o sociólogo Ignácio Cano, da Uerj, autor de estudos sobre a favela. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 17).



Essa foi a realidade experimentada pela população local (favela e asfalto), em especial a partir da década de 1980, com sucessivas trocas de facções e chefes do tráfico, mas sem que a rotina de insegurança se alterasse.

Na manhã do dia 21 de agosto de 2010, um grupo de aproximadamente quarenta traficantes da Rocinha voltava de uma festa no Morro do Vidigal, morro vizinho. O comboio era composto de vans, carros e motocicletas e, ao final da Avenida Niemeyer, já em São Conrado, se deparou com patrulhas do 23º BPM (Leblon). Em fuga, no meio de intenso tiroteio, vinte traficantes invadiram o Hotel Intercontinental, localizado na Praia de São Conrado, fazendo quinze hóspedes e funcionários reféns, levando pânico à seleta vizinhança. Após o cerco do hotel, policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) negociaram a rendição dos bandidos, dentre eles, o segundo homem na hierarquia do tráfico da Rocinha. Dez deles se entregaram. (O Globo, Rio, 13 de novembro de 2011, p.17)

O cenário era de guerra, e a ousadia dos traficantes em invadir o hotel e fazer reféns, bem como as imagens do confronto amplamente divulgadas pela mídia, tiveram significativa repercussão entre os cariocas. Tal fato levou o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a informar que em breve, Rocinha e Vidigal estariam livres da ação do tráfico, referindo-se à retomada desses territórios pelas autoridades e a consequente instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nos locais. Entretanto, a promessa só seria cumprida no ano seguinte.

#### **4.2 O morro tem novo dono: o carioca**

[...] ontem talvez tenha sido o dia mais importante do Rio nesse ano. Marcou o desembarque na mais famosa favela do Brasil de uma política de ocupação de sucesso, mostrando que é possível acabar com o governo ditatorial do tráfico em áreas da cidade. Eu apoio. Anselmo Gois (O Globo, coluna de Anselmo Gois, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 19).

No início do mês de novembro de 2011, começou a circular na imprensa a informação de que os morros da Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu seriam ocupados pelas forças oficiais nos próximos dias. A polícia cercou as localidades, especialmente a Rocinha, com o bloqueio de todas as suas saídas. Desde então, o jornal O Globo passou a cobrir, diariamente, as operações dos policiais, sob diversos

títulos gerais que se repetiam por todas as páginas da Editoria Rio dedicadas a essa cobertura, naquela edição. Foram eles: “Ocupação em contagem regressiva” (10.11.2011), “A Guerra do Rio” (11.11.2011, 12.11.2011 e 14.11.2011), “A hora da 19ª UPP” (13.11.2011), “Rumo à Pacificação” (15.11.2011 a 26.11.2011) e “Três anos de Pacificação” (27.11.2011).

Em 10 de novembro de 2011, a capa do jornal O Globo exibiu a seguinte manchete: “Ocupação em contagem regressiva. Chefe do tráfico da Rocinha é preso pelo Batalhão de Choque na Lagoa. Na Gávea, agentes federais capturam policiais ajudando traficantes a fugir da favela.” Nem (Antônio Bonfim Lopes), o “dono do morro” capturado, foi mostrado algemado dentro de um camburão.

Posicionada no entorno da favela a polícia passou a proceder à revista de pessoas e veículos a fim de evitar que os traficantes fugissem. Bairros nobres da Zona Sul carioca, como Gávea, Jardim Botânico e São Conrado, também foram inseridos no universo a ser monitorado: “Eles estão tentando fugir da favela. Continuaremos revistando todos no entorno da Comunidade.” (Coronel Erir Ribeiro da Costa Filho - Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, O Globo, 10 de novembro de 2011, Rio, p. 16)

No mesmo dia 10 de novembro, na página 16 da Editoria Rio, o Jornal focou-se na figura dos policiais e nas ações da polícia, minuciosamente descritas, com o uso de expressões que remetem às noções de precisão, organização, profissionalismo, e ressaltam o sucesso das operações, com a captura de elementos importantes na hierarquia do tráfico do Rio de Janeiro:

Mais cedo, numa operação cirúrgica, agentes da Polícia Federal prenderam ontem, dez pessoas na Gávea, entre elas três policiais civis e dois ex PMs, que estavam fazendo a escolta de cinco traficantes em fuga da Rocinha. Entre os bandidos estavam Anderson Rosa Mendonça, o Coelho, de 32 anos, ex-chefe do tráfico no complexo de favelas de São Carlos, no Estácio. Coelho estava escondido na Rocinha desde que seu reduto foi pacificado em fevereiro desse ano.

Outro grupo foi capturado na Rua Jardim Botânico, em frente ao Jockey Club. A lista de presos inclui Sandro Luís de Paula Amorim, o Peixe, de 36 anos, ex-chefe do tráfico em Macaé. [...] Três fuzis, dez pistolas, cinco granadas e 20 carregadores, além de reais e euros em quantidades ainda não reveladas, foram apreendidos. Também foram apreendidos jóias e ouro.

O uso de helicópteros, escutas telefônicas e monitoramento de tornozeleiras eletrônicas usadas por bandidos que cumprem penas em regime aberto foram apresentados como componentes tecnológicos da ação policial.

A prisão de Nem refletiu na agenda de ocupação, e no dia seguinte, em 11 de novembro de 2011, a primeira página do jornal ostentava declaração do Governador Sérgio Cabral informando que “a ocupação da Rocinha para receber a 19ª Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio será concluída até domingo<sup>43</sup>. A Aeronáutica vai fechar o espaço aéreo na região entre 2h de domingo e a tarde de segunda-feira.”

Em 13 de novembro de 2011, dia da ocupação, a primeira página do jornal O Globo ostentava a seguinte manchete: “Polícia ocupa Rocinha hoje sob risco de armadilhas do tráfico”. Ainda demonstrando crença na capacidade de resistência dos traficantes, outra manchete abre a editoria Rio, com cinco páginas dedicadas à ocupação: “Um morro minado: serviços de inteligência dizem que traficantes deixaram armadilhas explosivas na Rocinha.”

Nas favelas, construções próximas umas das outras, vias íngremes e becos. Nos arredores, prédios, casas luxuosas, hotéis lotados e carros circulando em vias movimentadas. No meio de tudo isso, dezenas de milhares de pessoas. Diante desse cenário, ocupar as favelas da Rocinha, do Vidigal e a Chácara do Céu já parece uma tarefa bastante difícil. As forças de segurança, no entanto, deverão encontrar obstáculos ainda maiores durante a operação de pacificação, marcada para hoje, para a implantação da 19ª. Unidade Polícia Pacificadora (UPP) do Rio. Segundo informação dos serviços de inteligência da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança, parte da Rocinha, principalmente na área da mata, estaria repleta de armadilhas deixadas pelos criminosos, como minas terrestres usadas pelo Exército e artefatos de alto poder explosivo, feitos com botijões de gás. (O Globo, A Hora da 19ª. UPP, 13 de novembro de 2011, p. 17)

Entretanto, a favela foi ocupada em poucas horas e sem confronto, circunstância já observada em todas as ocupações antecedentes.

No dia seguinte à ocupação, a manchete era: “A Rocinha é nossa” (O Globo, 14 de novembro de 2011, primeira página), e descrevia como o Estado, ‘sem tiros e em menos de duas horas’, retomou três favelas (Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu), restabelecendo os serviços públicos para 100 mil pessoas. Esses territórios, que há década estavam sob o domínio de traficantes armados, “voltaram às mãos do Estado e de todos os cariocas, sem exceção”. Na página 10 (Editoria Rio), nova manchete: “Morros têm novo dono: os cariocas”, e a matéria inicia com o seguinte texto: “O grande momento em que o Rio retomou a Rocinha das mãos do tráfico parou a cidade na madrugada de ontem até o início da manhã.” Em todos os exemplos, a reconquista dos territórios é apresentada pelo jornal como uma vitória

<sup>43</sup> A 19ª. Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada no Morro do Vidigal. A Rocinha, até agosto de 2012, não havia recebido uma UPP.

da sociedade carioca como um todo, e não somente da população das favelas, situação que registra adesão do jornal aos esforços de reunificação da cidade propostos pelos discursos oficiais pós UPPs.

A operação policial foi batizada de Choque de Paz. A versão oficial para essa denominação é que se trataria de uma homenagem aos policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que em 09 de novembro de 2011 recusaram-se a receber propina para libertar Nem, chefe do tráfico da Rocinha, quando de sua captura. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 10) Entretanto, leva a pensar na força simbólica da palavra “Paz” em uma operação de ocupação militar, em que a população dos territórios ocupados sabe que continuará a conviver com indivíduos armados com fuzis, mesmo que agora sejam os policiais militares.

Essa percepção foi registrada pelo jornal em episódio envolvendo outra área ocupada, o Complexo da Penha. Antônio Tibúrcio, diretor da ONG “Atitude Social”, morador e ativista da Vila Cruzeiro, ocupada desde 2010, embora mostre-se feliz com a chegada de computadores e Internet nas comunidades do Complexo da Penha, “ainda vê um longo, longuíssimo caminho pela frente” no processo de democratização plena das favelas livres do tráfico:

- Os fuzis trocaram de lado. Antes estavam com os traficantes, hoje estão com o Bope. As crianças, porém, continuam convivendo com fuzis. O meu sonho é que a gente tenha, um dia, uma comunidade livre de fuzis (O Globo, Segundo Caderno, Cora Ronai, “Uma tarde no Complexo da Penha”, 12 de junho de 2011, p. 12).

O qualificativo “Paz” talvez se imponha aos esforços de “relações públicas” de minorar os efeitos simbólicos negativos da ocupação por policiais que lá permanecerão por tempo indeterminado, ostensivamente armados: se antes o cenário era de guerra, agora a proposta é de pacificação, mesmo que promovida por “forças” de paz.

Entretanto, a fala da principal autoridade policial diretamente envolvida com o processo de ocupação das favelas cariocas, o Secretário José Mariano Beltrame, parece pretender fazer desaparecer de cena a questão dos fuzis. Através de pronunciamento de cunho ufanista, declara que a população está livre do jugo imposto por esse armamento: [...] O trunfo da operação é a libertação da população do crime do jugo do fuzil. Estamos devolvendo a dignidade e o território a quem não

os tinha há mais de 30 anos. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 15).

Nesse dia, a editoria Rio ganhou onze páginas (10-21), todas referentes à cobertura da ocupação das três favelas. Na página 11, a manchete retrata o clima percebido pelo jornal na cobertura do dia seguinte da ocupação: “Bandeiras hasteadas e um brado em uníssono. Moradores eufóricos elogiam desfecho da operação, aplaudem policiais e pedem respeito: ‘Queríamos isso mesmo!’.”

Mostrando fotografia de multidão de moradores nas ruas e as bandeiras do Brasil e do Rio de Janeiro hasteadas na praça, o jornal retrata o apoio da população à operação. Em outra foto, um adolescente cumprimenta um policial do BOPE, e, em uma terceira, um grupo de turistas de Porto Alegre alegremente é fotografado em frente a um blindado no Vidigal, que virou “atração turística”.

Autor do livro “Sorria, você está na Rocinha”, Julio Ludemir escreveu um artigo intitulado “Favela Partida” (O Globo, Rio, A hora da 19ª UPP, 13 de novembro de 2011, p. 21). Nele, Ludemir alerta para o fato de que a UPP da Rocinha será a mais difícil de ser implantada, não pela resistência do tráfico, mas por conta da luta entre suas lideranças e de seu “viciado movimento comunitário”, que há muitos anos impedem a consolidação de projetos culturais e sociais na favela.<sup>44</sup>

O autor esclarece que, embora a comunidade seja vista como um bloco monolítico, na verdade ao menos duas realidades lá existem: a do povo dos becos (pessoas mais pobres) e a elite da favela, composta pelos comerciantes e investidores imobiliários. Essa bipartição remete à noção de “cidade partida” proposta por Ventura (2010). Ludemir discorre sobre a questão:

O processo de elitização da Rocinha pode ser ilustrado numa imagem que aponta no mínimo para a existência de duas favelas: a do povo dos becos e a do povo do que eles chamam de beira de rua, nas imediações da Estrada da Gávea. Na época em que eu morei na favela, o pessoal da beira de rua costumava se reunir na Lite, onde a elite se encontra – segundo o *slogan* dessa pizzaria que se consolidou com a chegada dos celulares, das motos vendidas em suaves prestações mensais e o cartão de crédito – graças à qual seus proprietários puderam oferecer um eficiente serviço de delivery (O Globo, Rio, A hora da 19ª UPP. “Favela Partida”, 13 de novembro de 2011, p.21).

Essa realidade parece ser antiga e é descrita no livro “Morro, Mulher”, de Frances O’Gorman (1984), que registra o depoimento de trinta e cinco mulheres dos

<sup>44</sup> Corroborando com essa noção, Valladares (2005, p. 17) registra que em 1969 já existiam, na Rocinha, inúmeras associações em “disputa por clientela em uma localidade dividida e heterogênea”.

morros da Rocinha e Dona Marta, na década de 1980. Os nomes das depoentes são fictícios. No capítulo intitulado “Assim vai crescendo a Rocinha”, uma das moradoras, “Das Dores”, relata a forma como a Rocinha foi sendo construída, com os barracos passando para mãos de pessoas com mais posses, que construiriam edifícios de alvenaria para aluguel de quartos:

A maioria do pessoal que faz as casas aqui é paraíba, cearense, pernambucano. Na favela inteira, carioca se vê bem pouco. [...] Cresce o olho nas coisas. Começa a comprar barraquinho. Gosta de aproveitar da desgraça dos outros. Quando alguém está na pior, compra aquele barraquinho dele. Desmancha. Faz um verdadeiro arranha-céu. Aluga um quartinho, outro. Com isso vai se enchendo de dinheiro. [...] Num instantinho tira todo o dinheiro que gastou. [...] Tem um aqui que é fazendeiro. Na terra dele tem fazenda de tantas cabeças de boi. Ele chega aqui, aluga quartos. Uma vez por ano vai no Ceará passear. Fica passeando uns meses. Depois volta. Não quer trabalhar. Vive só de aluguel. Quando vem do Norte, traz mais gente para alugar mais quartos e fazer mais casas. Assim vai enchendo a Rocinha [“Das Dores”] (O’GORMAN, 1984, p. 132).

Seu relato é corroborado com o de outra moradora, Otília, que no capítulo “Para dentro da favela” também atesta a existência de uma classe abastada na comunidade, presente há mais de três décadas:

Como no asfalto, também aqui existe pessoas boas e pessoas ruins que roubam, sem moral. Mas no bairro existe gente rica e passa uma tapa por cima e aquilo não é visto. Como a favela tem a visão de gente pobre, existe essa discriminação. Apesar de que na Rocinha mora muita gente rica, com carros, sítios, prédios alugados, onde um quartinho custa 50, 60 mil – [“Otília”] (O’GORMAN, 1984, p. 49).

Para Ludemir haveria também uma complexa vida política com “poderes locais” travando uma constante “disputa fratricida pelo controle da intermediação entre a indústria da boa vontade e a comunidade”, sendo comum que circulassem com igual grau de “sinceridade” entre ONGs e traficantes. Esses grupos distintos travariam permanente luta para estabelecer e manter suas posições naquele contexto, o que remete às noções de campo e mercado simbólico de Bourdieu (2010, 2011).

A questão da especulação imobiliária na Rocinha também é discutida por Ludemir, que vê no crescente interesse de estrangeiros pelo local, fator de influência no aumento do preço dos aluguéis e dos imóveis, o que tiraria da população local original a capacidade de se manter na comunidade após a ocupação. Por vias transversas, o ideário de remoção das populações mais pobres das favelas da Zona Sul acabaria sendo alcançado com a expulsão desse contingente por questões de ordem econômica:

É possível que as UPPs concretizem a utopia lacerdista de levar os pobres para bem longe das áreas nobres, com a vantagem de contar com o entusiasmo dos moradores e da classe média esclarecida. Não creio que seja coincidência que a Rocinha tenha sido descoberta como um local agradável de se viver pelos gringos, que, depois de fazerem da comunidade um dos pontos turísticos mais visitados do Rio de Janeiro há pelo menos uma década, estão se mudando para lá em números cada vez mais expressivos (O Globo, Rio, A hora da 19ª UPP, Julio Ludemir, “Favela partida”, 13 de novembro de 2011, p. 21).

De fato, a especulação imobiliária nas favelas ocupadas começa a ser percebida. Anselmo Gois, em 15 de novembro de 2011, (O Globo, Rio, p. 16) dá seguinte nota: “Veja só. O preço dos imóveis nas favelas cariocas com UPPs subiu 7% acima da taxa média dos imóveis do Rio em geral nos últimos três anos. A conclusão é de pesquisa a ser divulgada amanhã pela FGV.”

Os imóveis na cidade do Rio de Janeiro, como um todo, tiveram um expressivo aumento de preço nos últimos três anos, coincidindo com o início do processo de ocupação das favelas pelas forças oficiais e com a euforia das intervenções que estão sendo feitas na cidade, tendo em vista os megaeventos que se aproximam. Nesse contexto, a notícia de que, nas comunidades pacificadas o índice de valorização ainda foi superior à média geral da cidade, leva a se questionar a capacidade dos moradores não-proprietários de lá permanecerem pagando aluguéis, e dos proprietários não se motivarem a aproveitar a boa fase para lucrar com a venda de seus imóveis. Desta forma, a população originária da favela seria gradativamente substituída por outra de mais posses, afetando a dinâmica socioeconômica da localidade.

Voltando à noção de “duas Rocinhas”, outra reportagem também aborda a questão: “‘Cidade’ com mais de 100 mil habitantes” (O Globo, Rio, 13 de novembro de 2011, p 23), matéria que estabelece um paralelo entre a Rocinha e uma grande cidade, no que tange às desigualdades observadas em ambos os contextos.

Apoiando-se nos dados do Censo das Favelas<sup>45</sup> a matéria registra que a Rocinha instala-se em uma área de 95 mil hectares, tem 38.140 imóveis e quase 100 mil habitantes distribuídos por 30 bairros, o que lhe daria contornos de verdadeira cidade. Bairros e moradores da Rocinha “apresentam desigualdades sociais semelhantes às encontradas numa grande cidade.” Nas melhores localidades como “Bairro Barcelos, Cidade Nova e Rua 2 vivem famílias de classe

---

<sup>45</sup> Censo das Favelas – elaborado pela Secretaria Estadual da Casa Civil, em 2009, objetivando mapear e identificar o perfil da comunidade para orientar obras e melhorias na infraestrutura a serem promovidas pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível in: [http://urutau.proderj.rj.gov.br/egprio\\_imagens/Uploads/RD.pdf](http://urutau.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/RD.pdf)

média alta, com renda mensal de até R\$ 30 mil.” Em outros sítios, entretanto, estariam “verdadeiros bolsões de pobreza, onde famílias ainda vivem em barracos de madeira e materiais de sucata”, como por exemplo, as localidades da Roupa Suja e da Macega, ambas sobre o Túnel Zuzu Angel. Lá, os problemas decorrentes de saneamento e abastecimento de água seriam ainda mais graves que no restante da favela.<sup>46</sup>

A questão da exploração imobiliária apresentada por Ludemir também encontra reforço nessa matéria. Segundo o jornal, “as famílias mais abastadas da Rocinha são predominantemente proprietárias de prédios na comunidade e têm como fonte de renda o aluguel dos imóveis.” Além deles, os donos de lojas de materiais de construção também comporiam a classe média alta local.<sup>47</sup> A Rocinha se estruturaria, assim, de forma economicamente estratificada, com reflexos na ocupação do solo.

No período de cobertura e em diferentes ocasiões, o jornal valeu-se do recurso de reproduzir a opinião de especialistas acerca do processo de ocupação da Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu. Algumas matérias utilizaram-se desses *experts* para mediar a informação / noção divulgada pelo periódico.

Dois dias antes da ocupação, o jornal publicou a manchete: “Cabral: Rocinha será ocupada até domingo”, a matéria tem como sub-título: “Especialistas elogiam a mudança de estratégia para a pacificação, com cerco à favela e prisão de bandidos.” (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 11 de novembro de 2011, p. 16) Estava em debate a decisão de cercar a favela dias antes do anúncio oficial da data da invasão, a fim de evitar a fuga de traficantes e a retirada de armamentos e drogas do local. A nova tática era a de “prender os principais chefes do tráfico para só então fazer a ocupação.”

Assim, foram convidados a opinar diferentes autoridades em segurança pública. José Vicente, Coronel e ex-Secretário Nacional de Segurança, mostrou-se favorável à iniciativa, entendendo que deveria se estender às demais comunidades que receberão UPPs. Para ele, o cerco ao morro é uma forma de asfixiar o tráfico.

Cláudio Beato, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diretor do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da instituição, argumentou que essa mudança deve ser pensada caso a caso, uma vez que o

---

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.



objetivo das UPPs não é o de prender bandidos, mas sim de ocupação de territórios. O analista destacou a força simbólica da prisão do “chefe” do Morro da Rocinha para o sucesso da operação e a importância da participação da Polícia Federal nas operações de ocupação, o que remete à tradicional desconfiança que a Polícia Militar do Rio de Janeiro costuma provocar:

Evitar o confronto representa um avanço em política de segurança. As UPPs não têm o objetivo de prender bandidos ou acabar com o tráfico. Mas a estratégia de ocupação pode mudar. Cada caso é um caso. No da Rocinha você tinha uma figura emblemática (o traficante Nem), cuja prisão era importante. Gostaria de destacar também a maior integração com a Polícia Federal. A participação da PF é fundamental.

No dia 14 de novembro, José Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça, também se manifestou a respeito do processo de ocupação da Rocinha:

- Foi extremamente positiva. Uma operação exemplar. A informação que tenho da PF é que houve uma situação absolutamente tranquila. Foi uma operação integrada e aprimorada, que demonstrou maturidade, sem disputas entre as forças que estão atuando em conjunto, um exemplo a ser levado para outros lugares do país – afirmou. [José Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça] (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011.)

A tradicional política de aviso antecipado da data de ocupação das comunidades foi objeto de crítica por parte da população. O episódio da fuga em massa dos traficantes do Complexo do Alemão, em 2008, teria sido visto como um vexame para a polícia do Estado. A esse respeito, registre-se trecho do livro “Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos”, de Mário Sérgio Duarte, Ex-Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que relata em primeira pessoa, o processo de ocupação do Complexo do Alemão. Em dado momento, o autor, que se encontrava na área de confronto, teria recebido uma ligação do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, alertando para a fuga dos traficantes e para o fato de o episódio estar sendo registrado pela TV Globo, que transmitia ao vivo:

- Mário, você está perto de uma televisão? Meu Deus, olha aí o que o helicóptero da Globo está transmitindo, Mário!! Eles estão fugindo por uma estrada de chão!! É uma vergonha isso Mário! Uma vergonha! – esbravejou o Secretário de Segurança que assistia as cenas em seu gabinete.  
[...] Corri ao container e entrei, após quase arrancar a porta. Cristalizadas diante da TV, pessoas de diversas patentes da PM e Comandantes Fuzileiros assistiam, boquiabertos, a fuga em massa da vagabundagem (DUARTE, 2012, p. 98).

Como os fatos são passíveis de interpretações diversas, o ex-comandante Mário Sérgio registrou a sua, deslocando o vexame daqueles que participaram da invasão, transferindo-o para os traficantes, que chama de “exércitos vencidos e humilhados”:

Num ataque avassalador o BOPE havia rompido a última linha de defesa dos traficantes. Pedras de toneladas, buracos e valas, os CLANFs ignoraram tudo como se tivessem sido construídos especificamente para vencê-los e ridicularizá-los naquela batalha. Com seus possantes motores rugindo como tigres famintos, punham, agora, a correr como lacraias amedrontadas, o magote dos infernos que horas atrás vomitava falsa coragem pelos rádios portáteis, desafiando a tropa. A malta desesperada tentava sair como podia, tomando a estrada da pedreira: um caminho de chão amarelo, batido, bastante largo e íngreme, cheio de curvas sinuosas que dá acesso à Estrada Velha da Pavuna cortando a Serra da Misericórdia entre os morros do Alemão e do Caricó. A via de aparência rural [...] transformara-se numa rota congestionada de bandidos em correria. Quase duas centenas de almas por pouco não desencarnadas, tentavam escapar a pé, em motocicletas e em uma caminhonete que torcíamos para capotar. As imagens transmitidas pelo helicóptero da TV Globo tornariam histórico aquele momento: de vergonha, sim, como reclamou Beltrame, mas para a vagabundagem! Para nossa força, que heroicamente os empurrava para o abismo do vexame, era a Glória. (DUARTE, 2012, p. 98-99).

Entretanto, o episódio deu o que falar. Talvez por isso, na ocupação da Rocinha, favela permeada de simbolismo, a estratégia do cerco tenha sido a opção escolhida. O Coronel da reserva Jorge da Silva, ex-secretário estadual de Direitos Humanos e professor da UERJ, outro especialista entrevistado para a matéria, considerou que o objetivo principal de evitar confronto foi mantido, apesar da decisão pelo cerco. E reconheceu que o anúncio antecipado da implantação da UPP gerou muitas críticas, o que teria levado o Governador a mudar a forma de ação das tropas.

No dia seguinte à retomada do morro, o jornal voltou a convidar personalidades para opinar a respeito do planejamento da ação de ocupação. Na matéria intitulada “Especialistas elogiam planejamento da ação: para eles, modelo de ocupação da Rocinha privilegiou a integração entre os órgãos, em vez de confronto.” (O Globo, Rio, 14 de novembro de 2011, p. 17)

Paulo Storani, antropólogo e ex-capitão do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) registrou o amadurecimento da atual política de combate ao tráfico no estado, que trocou o “antigo modelo de atuação, baseado no confronto, por uma ação mais estratégica, voltada para a redução de danos.” Segundo o entrevistado, “A ocupação da Rocinha é uma das ações mais exitosas. Nos últimos 15 dias, promoveu-se a movimentação dos bandidos, eles ficaram expostos e alguns

puderam ser presos.” (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 17).

Julita Lemgruber, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec/Ucan) da Universidade Cândido Mendes, viu a ação oficial nas três comunidades como “um teste de fogo para o Rio”, uma vez que a extensão e topografia dos territórios exigirá grande contingente de policiais para manutenção da ocupação e que investimentos sociais nos jovens das favelas é importante. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 17)

Milton Corrêa da Costa, Coronel da Reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, viu a ocupação das comunidades como “um grande passo para a paz social no Rio”, afirmando que “a ocupação da Rocinha mostra que não há mais, no Rio, áreas inexpugnáveis, de exclusão à ação das forças legais.” (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 17)

Apenas uma opinião isolada contrária à forma como se deu a ocupação foi registrada em forma de pequena nota, na coluna de Anselmo Gois, que dela pareceu discordar: “Nem todo mundo elogiou a tomada da Rocinha, ontem. A professora Roberta Duboc Pedrinha, da Uerj, escreveu um artigo a Agência Nacional das Favelas em que chamou a operação de ‘sensacionalismo caro com a invenção de uma guerra’. Há controvérsias.” (O Globo, Rio, 14 de novembro de 2011, p.18)

Fala-se na autoridade do argumento, mas também, no argumento de autoridade. No primeiro caso, os pressupostos intrínsecos do conteúdo exposto fariam por si, justificando o postulado, que seria aceito pela racionalidade ali contida. O que importa é o que se fala. O argumento de autoridade, entretanto, foca-se em quem fala e na capacidade desta pessoa ser reconhecida como especialista naquele assunto. A lógica presente é a de que “a disse p, então p”. Bourdieu (2008) reconhece o poder da *auctoritas* ao discorrer sobre linguagem autorizada e condições sociais da eficácia do discurso ritual, relacionando-os com a força das representações:

Não há poder simbólico sem uma simbologia do poder. [...] A eficácia simbólica do discurso de autoridade depende sempre em certa medida da competência linguística daquele que o emprega. Em consequência, o exercício de um poder simbólico se faz acompanhar por um trabalho sobre a forma [...], destinado a atestar o domínio do orador e a conquistar para ele o reconhecimento do grupo (BOURDIEU, 2008, p. 63-64).

Richard Sennett discute a função dos “intelectuais públicos”, algumas vezes apresentados como “espécie de farol moral do povo”. O autor resiste a essa concepção:

Na verdade, detesto essa idéia. Tento escrever meus livros de forma que eles engajem o leitor em um diálogo. Tento contornar a noção das ciências sociais como uma atividade prescritiva, por isso não escrevo argumentos com provas, nem me coloco na posição de expert. Procuo uma forma de escrever com a qual o leitor possa concordar ou discordar, mas que o provoque. Quero deixar um espaço livre na mente do leitor pra o diálogo (SENNETT, O Globo, Prosa, 11 de agosto de 2012,p. 2).

Ainda sobre a questão da ocupação, interessante registrar a força das representações no imaginário social e sua capacidade de perpetuar-se, apesar dos fatos que lhes contradizem as noções. Desde a invasão do Morro Dona Marta (2008), o primeiro a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora, o ritual se repete: as autoridades avisam que o morro será ocupado nos próximos dias, em seguida é marcada uma data, os traficantes fogem do morro levando o que podem de armamento e drogas. A ocupação ocorre em pouco tempo e sem confronto e os mitos de força bélica dos traficantes, de morros como fortalezas inexpugnáveis que seriam defendidas até a morte pelos traficantes não se confirma. Tal realidade é denunciada por Ludemir:

Desde a primeira UPP, ficou claro que toda lenga-lenga em torno de um poder paralelo não passava de uma lenda alimentada por quem tinha o interesse em manter o tráfico encastelado nos morros. A Rocinha é a décima nona favela do Rio de Janeiro ocupada pela polícia, e até agora só houve esporádicas trocas de tiros. A guerra que se anunciou sangrenta e demorada resultou em poucas prisões e nenhuma morte. (LUDEMIR, O Globo, Rio, A hora da 19ª UPP, “Favela Partida”, 13 de novembro de 2011, p. 21)

Apesar disso, a cada anúncio de ação das forças policiais, a expectativa de uma guerra se apresenta. Nem mesmo a polícia se vê livre desse temor, como demonstram as palavras do comandante da Polícia Militar na ocasião da ocupação do Complexo do Alemão, Coronel Mário Sérgio Duarte, e autor do livro “Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos”, sobre os dias que antecederam ao ataque:

Fiz duas falas separadas alguns minutos para duas multidões de cinegrafistas, jornalistas e fotógrafos. Não sei dizer se foram transmitidas ao vivo, mas foram veiculadas repetidamente pelos canais de televisão. “Os criminosos devem se entregar enquanto é tempo.” [...] Eu roguei à Providência para que não nos permitisse repetir Canudos. Cenário para que acontecesse uma desgraça havia, mas, morressem quantos morressem, fossem

quem fossem, seriam todos brasileiros: algozes, inocentes ou soldados. Isso não poderia ser ignorado.

Estávamos prontos para fazer chegar aos recalcitrantes, os resistentes nas barricadas, nos bloqueios, nas posições de tocais, as balas de nossos fuzis. Quem não se entregasse vivo se entregaria morto pela própria vontade. Nossas armas do mundo sensível estavam prontas para cuspir fogo.

Mas, por aceitar que mesmo o óbvio e consensual prognóstico de uma luta encanecida deveria respeitar os limites da nossa humanidade, não se tornando uma carnificina monstruosa, eu suplicava ao Invisível que as usássemos o mínimo possível. [...] (DUARTE, 2012, p. 128-130).

As representações são processos comunicacionais envolvendo estruturas ideológicas individuais e coletivas que desencadeiam mecanismos dinâmicos e constantes de construção/desconstrução/reconstrução de noções. Algumas persistem, outras se alteram, outras tantas desaparecem ou são substituídas. Todas, porém, em algum momento significaram, para o sujeito, a própria realidade. Representações e realidade são conceitos distintos, porém, em regra, se confundem, o que levou José Castelo a dizer que “O real nos ultrapassa, e por isso é real” (O Globo, “Cícero em transe”, 04 de agosto de 2012, p. 4, Prosa)

Se antes da invasão da Rocinha havia temor pelo que poderia ocorrer, logo após a ocupação o clima alterou-se completamente, observando-se rápida absorção da idéia de que o mito do “confronto sangrento” finalmente caiu. A invasão repercutiu em âmbito nacional, inclusive nas redes sociais. No Twitter, a *hashtag* “#invadirARocinhaefácil” ficou em primeiro lugar dentre os assuntos mais discutidos no país; “Rocinha e Vidigal” ficou em quinto lugar, e “UPPs” em nono.

Interessante observar a importância simbólica da Rocinha no imaginário social. Mesmo após a retomada do Morro Dona Marta (primeira ocupação) e do Complexo da Penha e Alemão (maior ocupação), ambos concluídos em poucas horas e sem resistência dos traficantes, subsistia a ideia de que com a Rocinha seria diferente. Persistia o discurso de que o poderio bélico dos traficantes era imenso, maior e melhor do que da polícia; que haveria grande resistência por parte dos bandidos na defesa de seu território, armamento e drogas, e, assim, um expressivo derramamento de sangue seria inevitável em caso de confronto. Entretanto, nas primeiras horas da manhã do dia da ocupação da Rocinha, quando a cidade acordou com a notícia de que o território já se encontrava livre dos traficantes sem que um tiro tivesse sido disparado, a noção de que “invadir a Rocinha é fácil” se espalhou. A Rocinha mostrava-se como uma espécie de prova de fogo do projeto UPP e sua ocupação teve reflexos nas representações: a partir daí não se ouve mais falar que morros são fortalezas inexpugnáveis, traficantes são super-homens

que lutam até a morte, ou que a polícia é incapaz ou mal equipada para invadir favela dominada pelo tráfico.

### 4.3 O “slogan” da pacificação

“(...) a pacificação faz a gente sonhar alto” Frederico Leal, morador da Chácara do Céu. (O Globo, Rio, 16 de novembro de 2011, p.14).

Uma das preocupações da presente investigação é perquirir de que forma a intervenção ocorrida nas favelas foi exposta nas matérias analisadas. Verificou-se que esse processo ocorria, especialmente, com a repetição sistemática do termo “pacificação”.

Se, antes da ocupação, o grande título das matérias era “A Guerra do Rio” (10 a 14 de fevereiro de 2011), após esse episódio, passou a ser “Rumo à Pacificação” (15 a 26 de fevereiro de 2011), e, depois, “Três Anos de Pacificação” (27 de fevereiro de 2011), ou seja, após a ocupação, durante 12 dias, o termo “pacificação” constava como grande título das reportagens sobre a Rocinha, que tomavam diversas folhas do jornal. Assim, o mote “pacificação” foi repetido e replicado durante as duas semanas que se seguiram à ocupação, levando-nos a perceber que o termo foi apropriado pela mídia como um *slogan*.

O conceito de *slogan*, apresentado por Reboul, integra o quadro teórico dessas reflexões:

Chamo de slogan uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e freqüentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo quanto pelo elemento de autojustificação, passional ou racional que ela comporta (REBOUL, 1975, p. 39).

O alcance do *slogan* é medido pelo impacto que produz, e dois fatores influenciam nesse processo: a repetição e a concisão. Discorrendo sobre persuasão coletiva, o autor enumera os três procedimentos que a integram: repetir, seduzir e provar, ressaltando que o *slogan* pode adotar um ou mais desses fatores ou todos ao mesmo tempo. Em qualquer dos casos, porém, “é a concisão que propicia ao *slogan* seu impacto e é ela que permite explicar os caracteres específicos de todo

*slogan*: ser um enunciado sumário, polêmico e autodissimulador.” (REBOUL, 1975, p. 47).

Corroborando com esse entendimento, as reflexões de Carrascoza, acerca da concisão, apontam para a importância e o poder de um enunciado curto e efetivo:

Já se disse que nos menores frascos se encontram os melhores perfumes ou que as grandes coisas são na verdade o corolário de outras tantas, pequenas. E, como condensa e sintetiza informações, em geral imperativas ou informativas, o slogan é um aliado incontestável de toda e qualquer ideologia. Em rigor, o esquema de construção de um slogan é simples, pois quanto mais complexo for, mais deixa de ser slogan, anulando-se numa frase comum; embora, como paráfrase, seu ponto de partida seja muitas vezes um lugar-comum. Em geral, o slogan é uma conclusão, visto que encerra em si todo o posicionamento de um produto, serviço ou marca, ou uma palavra de ordem, ou call to action, no jargão publicitário, o imperativo, a chamada para o consumo, uma frase de efeito, assertiva enxuta, e, sendo assim, tem a mesma função do verso final, da chave de ouro, num soneto (CARRASCOZA, 2003, p. 56-57).

Carrascoza classifica o *slogan* como um elemento pragmático de comunicação persuasória, resultante de “esmerado trabalho do emissor com a linguagem”, objetivando levar à “memorização da mensagem de forma mais rápida e profunda por parte do destinatário”. (CARRASCOZA, 2003, p. 57).

O termo “pacificação” é conciso, enxuto e é repetido sistematicamente nas matérias examinadas, como um estribilho a martelar reiteradamente o imaginário do leitor. Enquadra-se, assim, na definição de *slogan* e assim foi percebido nessa investigação.

Além disso, o *slogan* possui considerável carga simbólica, pois veio ao encontro de expectativas coletivas de mudanças, ou, nos termos de Reboul (1975, p. 47), satisfaz por corresponder a uma necessidade:

- Até que enfim, exultou uma moradora da Rocinha, batendo palmas com os braços para o alto, acompanhada de dezenas de vizinhos. - Queríamos isso mesmo. (O Globo, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

[...] O clima é tenso. Queria que essa ocupação ocorresse logo para eu ter paz – disse uma faxineira moradora da Rocinha, de 37 anos, que pediu para não ser identificada. (O Globo, editoria Rio, 11 de novembro de 2011, p. 17)

Teremos de volta a paz tão sonhada para o Rio. (José de Anchieta Nobre de Almeida, morador da Tijuca, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 19)

Fiquei muito feliz e sossegada com a pacificação. (Maria Tereza Oliveira, moradora do Leblon, O Globo, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11).

Como corolário do *slogan* “pacificação”, observou-se, no presente estudo, as expressões “favela pacificada”, “comunidade pacificada” ou “comunidade ocupada”.

Nesses casos, substantivo e adjetivo se unem em um processo de associação imagética de condicionamento, em que um nome, “favela”, é repetidamente coligado a um valor, “pacificada”, com grande carga simbólica na construção, manutenção e alteração de representações sociais.

Manifestações de diferentes atores sociais no jornal apontam no sentido de que o ato de ocupação, por si só, é suficiente para alterar comportamentos. No mesmo dia da invasão da favela pelas forças oficiais, assim que a favela foi declarada ocupada, as pessoas sentiram-se seguras para agirem de forma que jamais fariam anteriormente:

Ao sair de casa ontem, na Barra, decidi cortar caminho até a Rua Irineu Marinho, no Centro, passando por dentro da Rocinha, horas depois da ocupação. [...] gastei exatos dez minutos – um terço do que levaria pelo trajeto habitual, a Autoestrada Lagoa-Barra, quase sempre congestionada. Com a realidade da sonhada pacificação, a Rocinha passa a ser, de fato, uma alternativa viável.[...] Adriana Oliveira, editora de Rio (O Globo, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 12).

Uma família de São Paulo, que ficou hospedada no Recreio, aproveitou as primeiras notícias sobre a pacificação e abertura do trânsito e cruzou o Túnel do Joá em direção à Zona Sul logo cedo.

- Depois que ouvimos sobre o fim da ação, deixamos a casa onde estávamos hospedados e viemos ver como tudo estava. Acaba sendo um atrativo a mais – concluiu Cléo Martins, de 53 anos. (O Globo, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11).

Tais fatos bem demonstram a força das representações nas práticas sociais. Alterando-se a representação sobre determinado objeto, a possibilidade de que o comportamento do sujeito relativamente àquele objeto também se altere é significativa.

#### **4.4 A pacificação como “rito de instituição”**

Falar em ritos de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isso é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário [...] (BOURDIEU, 2008, p. 98).

Pierre Bourdieu, em “A Economia das Trocas Linguísticas”, reflete sobre a teoria do rito de passagem, enfatizando a função social do ritual e de sua significação social. Para o autor, um dos efeitos substanciais do rito de passagem seria o de estabelecer uma diferença duradoura entre aqueles que já passaram pelo



rito e os demais. Entre eles haveria uma linha a separá-los e um limite a ser ultrapassado por aqueles que não foram legitimados pelo rito.

O rito de passagem teria, assim, o poder de atribuir aos consagrados, um novo *status*, tão simbolicamente abrangente e profundo, que “talvez fosse mais apropriado dizer ritos de consagração, ritos de legitimação, ou simplesmente, ritos de instituição”. (BOURDIEU, 2008, p. 97). Seria possível se perceber, a partir dali, o surgimento de uma nova identidade, ou seja, uma nova forma de se perceber e de ser percebido. Esclarece, o autor que “[...] basta juntar os diferentes sentidos de ‘instituire’ e de ‘institutio’ para obter a idéia de um ato inaugural de constituição, de fundação e até mesmo de invenção, levando através da educação a disposições duradouras, hábitos e usos”. (BOURDIEU, 2008, p. 102).

A retomada de área antes sob o domínio de traficantes pelas forças oficiais, e o título de “favela pacificada” ou “comunidade pacificada” a ela atribuído a partir de então, constitui-se em verdadeiro rito de instituição. O ato de ocupação da favela altera consideravelmente a forma como é vista essa comunidade. Imediatamente, perde a alcunha de violenta, ou seja, embora continue favela, não é mais *locus* de violência.

Nesse momento, estabelece-se uma visível linha divisória entre favelas pacificadas e não pacificadas, com consequências em representações e comportamentos. A ocupação é assim um “ato de magia social” (BOURDIEU, 2008, p. 104)., com forte carga simbólica, capaz de operar profundas e imediatas transformações na realidade social, ao “atuar na crença coletiva, garantida pela instituição e materializada pelo título”. (BOURDIEU, 2008, p. 105).

Ao atribuir propriedades essencialmente sociais como se fossem de origem natural, o rito de instituição consagra diferenças, legitima discriminações. No material examinado nesta pesquisa, o valor “favela pacificada” opõem-se ao desvalor “favela não pacificada”. Diferenças de fato passam a ser distinções consagradas, ou seja, a ocupação/pacificação, como rito de instituição, teria a força de conferir, a uma diferença preexistente, efeitos simbólicos socialmente significativos:

Na localidade do Arvrão, também no Vidigal, policiais brincavam com crianças. Segundo a polícia, o lugar já foi um dos esconderijos do ex-chefe do tráfico local, conhecido como Nino. Um dos PMs que estavam por lá ontem era o cabo Gomes, que, uma semana atrás, quase foi atingido durante o tiroteio que matou o cinegrafista da TV Bandeirantes Gelson Domingues, na ainda não pacificada Favela de Antares, em Santa Cruz. (O Globo, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

Oportuno se registrar que essa concepção se reflete nas práticas públicas. As favelas pacificadas recebem tratamento diferenciado do poder público, em especial no que concerne ao fornecimento de serviços como água, luz, recolhimento de lixo, obras de saneamento básico, infraestrutura, instalação de creches, postos de saúde e quadras esportivas. Mas também impacta no que concerne às oportunidades dadas aos moradores, como projetos sociais, convênios para cursos e iniciativas para a capacitação. A lista é extensa. Um dos exemplos de distinção ocorreu em junho de 2012, quando um grupo de crianças inscritas em projetos sociais oferecidos nas comunidades pacificadas puderam assistir ao “Disney on Ice”, no Maracanãzinho, como consta no site das Unidades de Polícia Pacificadoras - UPP:

Crianças moradoras de comunidades pacificadas curtiram durante o final de semana (07 a 10 de junho) os shows da edição de comemoração dos 100 anos do mundo mágico de Walt Disney World, no Maracanãzinho. O evento “Disney on Ice” contou com participação de crianças dos projetos sociais que acontecem nas 23 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio. Na ocasião, performances de patinação no gelo foram executadas em uma plataforma de pelo menos dez metros. O show emocionou adultos e crianças com trechos das clássicas histórias de animação da Disney.

Interessante observar a presença de uma policial das Unidades de Polícia Pacificadora no evento e a camiseta utilizada pelas crianças com os símbolos da Prefeitura do Rio de Janeiro e com a inscrição “Rio 2016”, o que bem vincula o projeto UPPs e as mudanças que vem causando na cidade, aos megaeventos que se aproximam.



Figura 10 - Crianças moradoras de comunidades pacificadas vão ao “Disney On Ice”<sup>48</sup>  
Fonte: UPPRJ – Secretaria de Segurança – Governo do Estado do Rio de Janeiro

<sup>48</sup> Disponível in: (<http://upprj.com/wp/?p=1928>)

Retornando às reflexões anteriores, Bourdieu ressalta como exemplo o ato de “investidura”, que poderia ser a de um cavaleiro ou de um presidente da República, ou seja, a concessão de um título ou a posse de um cargo. Em ambos os casos, a investidura teria o poder de santificar uma diferença, fosse ela preexistente ou não, e o ritual faria com que essa diferença fosse conhecida e reconhecida como tal, tanto pelo investido como pelos demais, com reflexos práticos na realidade. Alertando para a importância deste fenômeno para a compreensão dos fatos nas sociedades, o autor entende que

[...] a ciência social deve levar em conta o fato da eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real. Por exemplo, a investidura exerce uma eficácia simbólica inteiramente real pelo fato de transformar efetivamente a pessoa consagrada: de início logra tal efeito ao transformar a representação que os demais agentes possuem dessa pessoa e ao modificar sobretudo os comportamentos que adotam em relação a ela (a mais visível de todas essas mudanças é o fato de lhe conceder títulos de respeito e o respeito realmente associado a tal enunciação). Em seguida, porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação.” (BOURDIEU, 2008, p. 99).

A investidura confere ao investido tal blindagem simbólica, que mesmo atos que divirjam dos que dele se espera não são capazes de abalar a essência de sua consagração. Ou seja, o simbolismo (etéreo, virtual, imaterial) não é necessariamente afetado por condutas reais contrárias ao contexto que se estabelece, havendo autonomia entre o “ser social” e o “fazer” (BOURDIEU, 2008, p. 104), o que permitiria que os limites traçados pelo rito de instituição fossem eventualmente ultrapassados, sem que, entretanto, o instituído deixasse de ser percebido pela sua condição. A melhor ilustração desse fenômeno se daria através do que o autor intitula de “estratégias de condescendência”:

Estou chamando de estratégias de condescendências essas transgressões simbólicas do limite que permitem ter concomitantemente os lucros da conformidade e os da transgressão em relação à definição: é o caso do aristocrata que bate nas costas do cavaleiro e do qual se dirá ‘Ele é simples’, querendo-se dizer com isso, tratando-se de um aristocrata, que é um homem superior cuja essência não comportaria em princípio tal conduta. [...] o consagrado condescendente escolhe deliberadamente atravessar a linha; ele possui o privilégio dos privilégios, aquele que consiste em tomar liberdades com seu privilégio. (BOURDIEU, 2008, p. 104).

Nos textos examinados foi possível identificar a ocorrência deste fenômeno em diferentes ocasiões. Sob o título “Rocinha abraça mais de dois mil atletas na

corrida pela paz” (O Globo, 23 de janeiro de 2011, editoria Rio, p. 13), o jornal cobriu o evento esportivo “Rocinha de Braços Abertos”, corrida realizada em 22 de janeiro de 2012 no interior da favela. A competição teve cerca de dois mil participantes, entre moradores e visitantes, e é nesses últimos que ora se concentram as reflexões.

O jornal registra a participação de autoridades como o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame e René Alonso, comandante do Batalhão de Operações Especiais (BOPE)<sup>49</sup>. Ambos levaram familiares para participar do evento: Beltrame estava acompanhado de sua esposa, e Alonso, da esposa e quatro filhos. O jornal conferiu destaque a esse fato e Beltrame ressaltou que o percurso era “difícil” por ser composto de “ladeiras” além de “trilhas, becos e vielas”, afirmando, entretanto, que foi “muito bom ver a comunidade interagindo dessa forma”. Por seu turno, Alonso declarou que seu trabalho é “retirar das ruas criminosos, armas e drogas”, mas “também integrar” e que “deu tudo certo”, embora a corrida tenha sido de “logística complicada”.

Sobre a mesma corrida, em artigo intitulado de “Rocinha. Uma corrida antropológica pelos becos da favela”, (O Globo, Segundo Caderno, 30 de janeiro de 2012, p. 10), Joaquim Ferreira dos Santos, colunista do jornal discorre sobre sua participação no evento como corredor. Além de denominar de “antropológica” a corrida, informa que se sentiu “como se partisse para uma aula de sociologia urbana na PUC”, a Pontifícia Universidade Católica localizada perto dali, e que se tratava de uma “corrida de quilometragem social”. Ressalta que a corrida em nada se compara às maratonas de Nova York, pois, acima dos corredores não estão os charmosos edifícios daquela cidade, mas uma “muralha de fio de luz, de telefone, de TV a cabo”. Diz ainda que foi preciso enfrentar o “cheiro do esgoto ao ar livre” e abanar as “moscas das cacacas do caminho”. Os corredores, assim, “passavam por becos miseráveis”, onde viviam pessoas que precisam “respirar na rua o ar que suas casas abafadas não deixam”. Neste universo de participantes, constavam aqueles que, usando “tênis de até mil reais” e gastando “até mais de um salário mínimo<sup>50</sup> em academia, personal, energéticos e roupas”, passavam pelas casas humildes com diferentes graus de constrangimento, uma vez que tais pessoas “não têm aquela

---

<sup>49</sup> O BOPE é o Batalhão de maior prestígio no Rio de Janeiro, estando à frente das operações de invasão, retomada e ocupação das favelas que se encontram sob o domínio de traficantes.

<sup>50</sup> O valor do salário mínimo é de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) - Decreto nº 7.655, de 23.12.2011.

grana sequer para gastar na alimentação básica.”. Além disso, o percurso podia ser comparado com um cross-country, diante da necessidade de pular “vala de esgotos”, “cadáver de um gato esmagado pela moto”, evitar “escorregar no xixi que escapa pelos canos”, a fim de que pudesse “chegar vivo (...) ao pódio, sugestivamente plantado ao lado do Fashion Mall”.<sup>51</sup>

Na análise ora empreendida, observa-se o texto publicado de forma abrangente, englobando, além da linguagem verbal, as imagens e os padrões gráficos. A partir daí, buscam-se pistas que possam revelar práticas sociais e culturais de produção de sentidos, embutidas em processos comunicacionais registrados pelo jornal.

As matérias descritas acima permitem identificar, nas práticas dos sujeitos sociais citados, processos comunicacionais que se valem da estratégia de condescendência, descrita por Bourdieu. Tratam-se de pessoas que foram, cada um a seu turno, submetidas a ritos de instituição, seja através da investidura em importantes cargos públicos, seja pela contratação, por importante jornal do Estado, para a função de colunista.

Foram, assim, submetidos a um processo de distinção social e incluídos em uma categoria social que, a princípio, não teria como comportamento prescrito, o de participar de um evento esportivo popular em favela. Ao percorrer com os moradores da Rocinha, vielas e becos sujos e insalubres, sua participação caracterizou-se em uma transgressão, nos termos de Bourdieu, uma vez que o *agir social* conflitou com o *ser social*. Tais condutas, entretanto, não foram capazes de abalar a aura simbólica que envolve cada um desses sujeitos, e que os difere, os separa, também simbolicamente, dos demais:

[...] o consagrado condescendente escolhe deliberadamente atravessar a linha; (...) ao conferir aos consagrados uma essência indiscutível e indelével, um dos privilégios da consagração reside no fato de autorizar a transgressão que estariam proibidas de outro modo. Aquele que se sente seguro quanto a sua identidade cultural pode jogar com a regra do jogo cultural [...](BOURDIEU, 2008, p. 104).

Discursos são práticas sociais. Falas são formas de agir (Habermas). Ambos ocorrem em momentos históricos definidos e em ambientes contextualizados onde

---

<sup>51</sup> O Fashion Mall é um dos mais exclusivos *shopping-center* do Rio de Janeiro, localizado bem próximo à Rocinha, no bairro de São Conrado.

exercem e sofrem influências, ou seja, onde há mediação. São processos de trocas comunicacionais que visam à produção de sentidos em intrincadas redes discursivas.

#### 4.5 Polícia, traficante e morador da favela

O processo de ocupação envolveu atores sociais diversos, com especial destaque para a polícia (civil e militar), os traficantes e os moradores das comunidades. As matérias analisadas forneceram interessante material para se pensar as representações sobre esses entes. Por questão de método, dá-se preferência à análise de cada uma dessas categorias separadamente, com a reprodução de trechos das reportagens que a elas se referem, articulando-os com outros relatos, constantes de fontes distintas, porém relacionadas com o tema.

##### 4.5.1 A polícia do Rio de Janeiro

“Só quem gosta de polícia é doido, cachorro e menino” (SOUZA, 2012, p.188).<sup>52</sup>

As representações das polícias do Rio de Janeiro, civil e militar, são historicamente negativas. Chalhoub (2001) dá notícia da luta de Evaristo de Moraes contra o tratamento dado pelos policiais a pessoas presas por “vadiagem” no início do século passado, época de grande desemprego:

O tratamento dispensado aos supostos vadios é violentamente condenado por Evaristo de Moraes no Correio da Manhã, em artigo publicado em 24/7/1905, p. 4. O famoso advogado [...] chama a atenção para as arbitrariedades e violência cometidas pela polícia contra os “vadios” (nota 88, p. 168).

As classes média e alta veem as polícias do estado como corruptas e incompetentes, enquanto que as classes mais baixas as têm como truculentas e violentas. Mesmo considerando que os policiais do estado são, em regra, oriundos de classe baixa, não parece ocorrer empatia ou identificação destes com os cidadãos pobres, especialmente os moradores da favela. E essa circunstância é

---

<sup>52</sup> Nos termos de SOUZA (2012, p. 188), trata-se de adágio comum no meio policial em Sergipe. As três categorias que ainda admirariam a polícia o fariam por alienação, necessidade [de proteção ou alimento] ou ingenuidade, respectivamente.

percebida por quem vive nas favelas. Seis décadas após o episódio acima citado, os relatos de moradoras dos morros Dona Marta e Rocinha (O'GORMAN, 1984) são enfáticos em representar a polícia como um perigo:

Policia! já chega dando tiro na favela. ["Zuleika"] (O'GORMAN, 1984 , p.115)

Aqui em cima é bom de morar, mas tem certos policial que eu vou te contar. Um dia o Bruno lá no alto soltando pipa, o cara só chegou pelas costas, algemou ele, bateu, bateu, bateu. Levou lá pra delegacia da Praça Mauá. Foi pego porque passou um cara correndo perto dele e sumiu. E ele continuou com a pipa dele. Eles, aí já sabe. Eles tão olhando de binóculo lá de baixo. O cara subiu e encontrou foi o Bruno e mais um garoto que foi jogar lixo no mato. Pegou e levou batendo. E os outros, ó, já tava há muito tempo escondido no mato. Desde esta vez não posso ver policial na minha frente. Tenho ódio. Por causa dos pecador paga os inocente. Eles pensam que porque são policial estão com o rei na barriga. ["Zuleika"] (O'GORMAN, 1984 , p. 109)

O pior do morro é quando a polícia bate aqui. Outro dia, a polícia foi chegando e atirando num rapaz que tava dentro de casa. Mataram o rapaz. Escuro. Trabalhador. Morava no Cantagalo. Veio só passar o dia com a mãe. ["Sônia"] (O'GORMAN, 1984, p. 109)

Teve uma blitz aqui no morro e os homem botaram todos os caras vestido de mulher pra baixar o moral deles. Se for pra meu filho fazer isso, eu prefiro a morte dele. Pra ver o que eles fazem com as pessoas. Eles têm estudo mas não devia fazer isso para seres humanos. Uma vez na blitz eles entraram com cachorro porta adentro. Minha mãe passou mal. Pulou da cama. Começou a perder sangue. Quando chegou no hospital, perdeu a criança de 6 meses. Eles são muito brutos. ["Fátima"] (O'GORMAN, 1984, p. 109)

Meu barraco fica encostado no barraco de gente que gosta de puxar drogas. A polícia veio arrebentar as portas. Eu trancada aqui com meus filhos, com o coração na mão. Chegou apontando revólver, puxando faca. Sai tiroteio. Minha garota de 4 anos, quando vê um policial diz: mãe, os homens já estão atrás dos meninos'. ["Edilsa"] (O'GORMAN, 1984, p. 55)

Um dia ouvi um policial dizer para o outro: "Aqui, rapaz, a gente podia botar uma bomba e estourar tudo e acabar com a favela". ["Marlene"] ( O'GORMAN, 1984, p. 110)

Alves (1997, p. 67) sintetiza sua experiência com a polícia nos vinte anos em que morou na Rocinha:

Os favelados e a polícia destacada para protegê-los nunca se entenderão. Os homens encarregados da nossa proteção exibem uma violência desnecessária, trazendo como consequência revoltas e rebeliões. [...] São prisões sem flagrante criminal e surras que abalam o amor-próprio e a personalidade. Tudo isso evidencia o incorrigível e notório abuso de autoridade, consequência da incompreensível maldade humana. A farda transforma e entorpece.

Luís Eduardo Soares, no prefácio do livro de Ricardo Balestreri (2003, p.11), teoriza sobre a atuação daqueles que defendem os direitos humanos e a cultura que persistiria a permear as polícias brasileiras, mantendo-as distantes das mudanças

que ocorreram no Brasil nas últimas décadas. Para ele, a questão poderia ser assim compreendida:

Nós tivemos nossa parcela de culpa por tantos mal-entendidos e por tantas derrotas. Como foi possível transitar da ditadura para a democracia, mantendo-se hegemônica a concepção indulgente com o arbítrio policial? Certamente, os militantes dos direitos humanos tivemos nossa cota de responsabilidade nesse fracasso. Provavelmente, nossa dificuldade residia na resistência a considerar sob um ângulo prospectivo positivo a instituição policial. (SOARES, 2003)

E prossegue o autor em suas reflexões sobre a instituição policial:

Valorizamos, como seria natural, a mudança das leis, condenamos os excessos e focalizamos as políticas econômicas e sociais: mas não tocamos no miolo institucional, nos agentes que, dia após dia, continuaríamos promovendo a ordem pública. Pensamos o Brasil democrático e nos esquecemos da polícia. Implantamos a democratização, aos trancos e barrancos, mas negligenciamos a Segurança Pública, supondo que a prosperidade e as garantias legais protegeriam a cidadania. Séculos de autoritarismo, elitismo e racismo marcaram profundamente a sociedade e muitas de suas instituições, entre elas e com destaque, por motivos óbvios, a polícia. Fomos ingênuos ao imaginar que ela se adaptaria 'naturalmente' à nova ordem ou que haveria nova ordem sem mudá-la. (SOARES, 2003)

Tantas décadas de desconfiança em uma instituição não deverão se dissipar com uma única ação policial positiva, mesmo que da magnitude da retomada da Rocinha. Em alguns momentos das matérias analisadas, foi possível encontrar relatos que demonstram a insegurança dos moradores acerca do futuro da favela:

Os amigos Carlos Augusto Miranda e João Paulo Nogueira também se mostravam preocupados com o que chamaram de o dia seguinte da ocupação. Para eles, o desafio maior da implantação da UPP é resgatar a confiança da população na polícia:

- A operação foi bem sucedida, pois não ouvimos um tiro sequer. Isso nos dá a esperança de que o dia a dia pode mudar realmente por aqui. Mas não dá para comemorar ainda – ponderou Carlos Augusto, de 25 anos. (O Globo, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

Mesmo aprovando a presença das forças de paz, alguns moradores ainda temem pelo futuro da ocupação.

- Agora está todo mundo aqui. Mas nossa experiência é que a polícia chega, faz um tumulto e vai embora. Estou torcendo para que, desta vez, eles fiquem – afirmou a vendedora Mariana de Lima, de 23 anos (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

Essa realidade parece ser do conhecimento das forças de ocupação. Para a cerimônia de hasteamento da bandeira, no dia seguinte ao da ocupação, as capitãs escolhidas pelo comando da Polícia Militar para conduzir a solenidade “chamaram duas moradoras da comunidade para ajudá-las”:



Fizemos o convite para chamar a comunidade para nós. Para que se iniciasse ali um processo de aproximação, disse a capitã Marlisa, ciente de que precisará vencer a desconfiança da população em relação às forças policiais. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

No conjunto geral das reportagens publicadas pelo Jornal O Globo durante a cobertura do processo de pacificação da Rocinha, observou-se significativa alteração na representação da polícia carioca. Embora pontualmente a menção a alguns dos antigos atributos ou práticas negativas pudessem ser identificados, o foco maior era no viés positivo, enaltecendo-se o profissionalismo das tropas, a mudança de paradigma de abordagem, a honestidade dos policiais, a determinação em levar a cabo o processo de ocupação. A operação policial foi retratada como um sucesso pelo jornal:

A retomada da Rocinha e do Vidigal superou as expectativas e surpreendeu a população. Com a bem sucedida operação na Rocinha, o clima já era outro. No mirante do Leblon, sob a vista do Vidigal, apesar do céu nublado, cariocas e turistas estavam nas ruas, amparados por um amplo esquema de segurança. Helicópteros da Polícia Militar foram até aplaudidos por algumas pessoas que estavam no mirante. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

- Foi muito melhor do que poderíamos imaginar. Eu me surpreendi com a eficiência e o planejamento da polícia. Os conflitos que eram esperados, felizmente não ocorreram. A ocupação foi um sucesso absoluto e vai ser ótima para moradores do bairro e de toda a cidade. Só espero que esse clima de paz se mantenha, avaliou o diretor da Associação de Moradores do Alto Gávea, Luiz Fernando Penna. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

A mudança de paradigma, de confronto para operações planejadas e realizadas, tendo em vista a segurança da população é ressaltada em diversos depoimentos, inclusive na voz de entidades que, em regra, denunciam abusos praticados por policial, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil. Wadih Damous, presidente da OAB do Rio de Janeiro comenta a ação:

- A ação foi um êxito e merece aplausos. O Estado retomou um território ocupado por bandidos armados e o devolveu à população. O melhor foi que tudo ocorreu sem que um tiro fosse disparado, respeitaram os direitos humanos. Todos estavam acostumados com operações em que policiais atiravam a esmo e inocentes morriam. Foi possível ver que essa polícia não existe mais. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

O sucesso da operação policial se refletiria na população, que estaria eufórica:

Eram 12h43m quando moradores da Favela da Rocinha soltaram um grito em uníssono. As bandeiras do Brasil e do Estado do Rio já estavam hasteadas no meio

da comunidade, e um grupo de policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) havia acabado de cantar o Hino Nacional, quando uma multidão espremida na rua, em frente ao mastro, começou a aplaudir, assoviar e a gritar em aparente euforia. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

Tenho muita fé. Acho ótimo o que está acontecendo aqui. É o começo de uma nova era. Vai melhorar muito a situação da população das comunidades. [Ubalдина Barbosa, moradora da Rocinha] (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

Teremos de volta a paz tão sonhada para o Rio. (José de Anchieta Nobre de Almeida, Morador da Tijuca. O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 19)

O clima teria contagiado a equipe de reportagem. Um repórter veterano em coberturas de ações policiais, sintetiza a nova fase que se iniciaria para a comunidade com o sucesso da operação, denominando-a de “Primavera da Rocinha”:

De dia, havia uma felicidade no rosto de moradores, relata JORGE ANTONIO BARROS [repórter do jornal], que em 1988 escapou de morrer na favela fazendo uma reportagem. É a primavera da Rocinha. (14 de novembro de 2011, 1ª. página)

O apoio à operação policial revelaria, em alguns momentos, um certo excesso no otimismo dos entrevistados, com significativa mudança de representação sobre a questão da violência urbana da cidade. O presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro, por exemplo, revelou sua crença de que, após a ocupação da Rocinha, cariocas e turistas não mais precisarão se preocupar com a hora de voltar para a casa:

- A ação foi perfeita. Vimos que a polícia aprendeu com os erros anteriores. Foi diferente da ocupação do Complexo do Alemão, na qual o cerco aos traficantes não foi bem feito. Essa ação vai aumentar ainda mais a sensação de segurança para cariocas e turistas. As pessoas vão sair sem preocupar com horário para voltar, apostou De Lamare [Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio] (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11).

As matérias, em regra, apoiaram as ações da polícia, embora não tenham mantido uma linearidade permanente, o que se justifica pela extensão da cobertura, envolvendo grande número de profissionais atuando em frentes diversas. Em um mesmo dia, o jornal reservou duas páginas para relatar dois episódios distintos envolvendo as polícias do Rio. Em um deles, policiais civis e militares escoltavam traficantes da Rocinha tentando escapar ao cerco imposto ao morro. Teriam cobrado por isso a vultosa quantia de dois milhões de reais. Em outro, policiais do Batalhão de Choque teriam abordado carro suspeito e nele encontrado o chefe do tráfico da

Rocinha, o Nem, recusando o pagamento de um milhão de reais para deixá-lo escapar:

Com uma diferença de poucas horas, os cariocas tiveram dois retratos distintos da polícia do Rio: enquanto um grupo foi flagrado no início da noite de anteontem, transportando armas e traficantes da Rocinha em troca de R\$ 2 milhões, outros policiais, no fim da mesma noite, recusaram um suborno de 1 milhão e tiraram de circulação Antônio Bonfim Lopes, o Nem, chefe do tráfico de drogas da Rocinha, que tentava escapar da favela.

O grupo que honrou a farda era composto por dez agentes do Batalhão de Choque da PM (BPChoque). O advogado que acompanhava Nem ofereceu R\$ 1 milhão e ouviu do tenente Disraeli, que coordenava a blitz, uma resposta que deveria ser padrão: "Acho que o senhor não está entendendo a situação. Sou um policial militar e você está preso. Vamos conduzi-lo até a delegacia da Polícia Federal. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 11 de novembro de 2011, p. 19)

Assim, diferentemente das representações anteriores, em que o tom prevalente era de denúncia, percebe-se que as matérias conferem destaque à boa ação, ao bom comportamento, ao comprometimento e profissionalismo demonstrado pelas polícias na operação. Na primeira página do dia 10 de novembro de 2011, o jornal registra: "Chefe do tráfico da Rocinha é preso pelo Batalhão de Choque na Lagoa". Ao invés de somente noticiar a prisão de Nem, a manchete expressamente destaca a autoria do feito, o que exalta a polícia militar carioca, tendo em vista que muitas outras forças estavam envolvidas na operação que visava à ocupação da Rocinha, dentre elas, a Polícia Federal.

Nas diversas matérias relativas ao processo de ocupação, boa receptividade dos moradores aos policiais é registrada:

Guerreiros motivados em busca da vitória.

Valorizados logo após a prisão do traficante chefe do tráfico Antônio Bonfim Lopes, o Nem, os policiais militares eram alvo da simpatia dos moradores que lhes entregavam bilhetinhos, às escondidas. Alguns davam endereços de pessoas suspeitas; outros faziam elogios ao trabalho. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 14)

A receptividade dos moradores do Vidigal e da Rocinha surpreendeu os policiais militares, que costumam ser hostilizados durante as ocupações. Nos primeiros dias da mais recente delas, na Mangueira, por exemplo, os moradores se recusavam até a dar água aos PMs. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

Os moradores colaboraram não só permanecendo dentro de suas casas, mas atendendo, solícitos, a pedidos de revistas.[...]

-Não me importo que vasculhem minha casa, mas não sei se vou trabalhar hoje (ontem). Será que terei mostrar minha casa de novo? (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 1)

Jovens e crianças teriam, especialmente, aderido à nova realidade da Rocinha, identificando-se com a figura do policial militar:



Figura 11 - Um garoto saúda um policial algumas horas depois da ocupação  
Fonte: O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 14

Lembrando cena comum em Nova York, onde turistas gostam de ser retratados ao lado de policiais da cidade, no Rio de Janeiro essa prática também foi registrada pelo jornal: “[...] Mas a movimentação de militares na região também causa curiosidade. Um grupo de jovens turistas que visitava a Vista Chinesa quis ser fotografado ao lado de policiais de plantão”:



Figura 12 - Turistas que visitavam a vista chinesa fazem foto com policiais de plantão.  
Fonte: O Globo, Rio, A guerra do Rio, 11 de novembro de 2011, p.20

Símbolo da política de confronto, o blindado do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), apelidado de “caveirão”, é ressignificado, atraindo a atenção de moradores e turistas que tiram fotografias da família em frente ao veículo:



Figura 13 - Grupo de turistas de Porto Alegre é fotografado em frente ao blindado no Vidigal  
Fonte: O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11

Durante a cobertura do processo de ocupação, o jornal deu especial destaque às Unidades de Polícia Pacificadoras, sendo possível depreender, das reportagens, o apoio do jornal a estas unidades da polícia carioca:

UPPs completam três anos e reduzem mortes em 50%: Rio teve menos 11 mil roubos em 38 bairros vizinhos às favelas. (O Globo, primeira página, 27 de novembro de 2011).

UPPs impulsionam crescimento habitacional: antigos moradores retornam e novos chegam, em busca de segurança e oportunidades: população cresce em até um terço. (O Globo, Rio, Três anos de pacificação, 27 de novembro de 2011, p. 22).

Embora a cúpula da segurança pública faça questão de negar, em abril deste ano, as duas principais facções criminosas da cidade – a que dominava o [Complexo do] Alemão e a que comanda as favelas da Rocinha e do Vidigal – teriam selado um pacto de não agressão, para enfrentar o bem-sucedido projeto das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Rio. (O Globo, A hora da 19ª UPP, “Um morro minado”, 13 de novembro de 2011, p. 17).

Falando em nome da população do Rio de Janeiro, o jornal expressa entusiasmo:

[...] os cariocas aguardavam ansiosos o desfecho de um novo capítulo rumo à implantação de mais uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), moradores da

Rocinha assistiam, assustados, à ocupação pelas frestas da janela. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 10)

Registrando sistematicamente representações positivas dessas unidades, inclusive em nível internacional, as matérias ressaltam a repercussão da ocupação e das UPPs no exterior:

A americana CNN afirmou que a operação faz parte do esforço do Brasil para eliminar o crime e fez um histórico das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 19)

Outro jornal francês, o “Le Figaro” publicou fotos sobre a ocupação e disse que o objetivo da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é preparar a cidade para a Copa e as Olimpíadas. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 19)

Os moradores também veriam com bons olhos a iniciativa:

Morador da favela há 28 anos, X. acredita que a ocupação policial vai permitir a entrada de empresas e novos serviços na comunidade.

- Com a comunidade ocupada pela polícia, os moradores vão ganhar a oportunidade de disputar novas vagas de trabalho – aposta.

Empresários teriam aderido ao projeto das UPPs:

Eu namorava a Atlântica, queria abrir um restaurante lá, mas a avenida estava muito decadente, deprimente. Agora, com a Unidade de Polícia Pacificadora, Copacabana melhorou muito. (Léo Braga, mineiro, dono de restaurantes no Rio, 15 de julho de 2012, Caderno Especial Rio Patrimônio Mundial, p. 4)

As UPPs talvez sejam o projeto mais importante do Brasil nestes três anos. É uma revolução. Eduardo Eugênio, presidente da Firjan. (O Globo, Rio, Três anos de pacificação, 27 de novembro de 2011, p. 22)

Moradores de outras comunidades da cidade reivindicariam a implantação de UPPs em suas comunidades:

A Guerra do Rio  
Tráfico e milícia disputam o poder na Região  
Só na Vila Kennedy, foram mais de 30 mortos desde maio; moradores reivindicam mais UPPs na Zona Oeste.  
(O Globo, Rio, 7 de novembro de 2011, p. 14)

Leitores também veriam nas UPPs solução contra o “mal-feito” nacional. Na seção Opinião dos Leitores, certo leitor pediu ao Secretário Luís Mariano Beltrame para que se candidatasse ao governo do estado ou à Presidência da República. Três dias depois, outro leitor argumentou que é melhor que ele permaneça onde

está, porque o Rio de Janeiro ainda precisaria muito dele e porque, em Brasília, ele enfrentaria muita sujeira, corrupção e alianças podres. Desta forma, ironiza o leitor, a chegada do Secretário ao Palácio do Planalto teria que ser precedida pela ação das UPPs:

Entendo o leitor Milton Simões (15/11), quando sugere que o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, candidate-se ao governo do estado ou à Presidência da República. Só que agora a honestidade e a coragem do nosso secretário nos dão a esperança de que existe uma luz no fim do túnel para resolver os graves problemas que enfrentamos no Rio de Janeiro. Misturar nosso Beltrame com os políticos atuais é muito arriscado. Corromper-se é improvável. Enfrentar sozinho o mar de sujeira, corrupção, hipocrisia, panelinhas e alianças podres será como pregar no deserto. Deixemos Beltrame onde ele está, a não ser que à sua frente surjam UPPs subindo as rampas de Brasília. (O Globo, Opinião dos Leitores, 18 de novembro de 2011, p. 8)

Durante os meses que se seguiram à ocupação, o jornal continuou a publicar matérias com representações de conteúdo positivo relativamente às UPPs:

Com UPPs, desigualdade cai no Rio: política de segurança pública ajudou a valorizar em 15% os imóveis da cidade. (O Globo, Economia, 12 de fevereiro de 2012, p. 43)

[...] A minha vontade é que tivesse UPPs na cidade inteira. É o sonho do carioca – disse o deputado federal Rodrigo Maia, candidato pelo DEM. (O Globo, 6 de julho de 2012, p.4)

Visitei pela primeira vez o Rio em 1985. Vim outras vezes à cidade, quando ocupei cargos diplomáticos em São Paulo e Brasília. E passei a morar aqui em 2009. O país mudou para melhor, de forma dramática. Houve a consolidação da democracia, a conquista da estabilidade, a expansão da classe média e o aumento da inclusão social. Quanto ao Rio, em 2009, o otimismo e a energia no ar eram palpáveis, com o petróleo, novos investimentos, o espírito colaborativo entre os governos federal, estadual e municipal, a Olimpíada. Mas a mudança principal foi na segurança pública, por causa das UPPs. A sensação é de que o Rio está bombando em todos os sentidos. [Dennis Hearne, cônsul-geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro] (O Globo, Revista O Globo, 22 de julho de 2012, p. 6)

Em momentos isolados, a população se manifestaria a favor da pacificação, mas ainda se sentiria incomodada com a presença da polícia e com práticas policiais comuns em favelas, como a revista de casas:

Dolores da Silva, de 39 anos, disse que quer ficar em casa para abrir a porta para os policiais. Ela afirmou se sentir desconfortável com a ação dos agentes.  
- Entendo que eles precisam procurar em todo lugar, mas entrar na casa da gente assim é meio invasão, não? Eu me sinto incomodada.

Essa noção foi partilhada pelo Secretário de Estado de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, que considerou concluída a primeira fase de ocupação da Rocinha, do Vidigal e da Chácara do Céu, mas alertou para o desafio que será dar

continuidade ao processo. Segundo Beltrame, o objetivo é dar dignidade aos moradores, através da implantação dos serviços públicos, para que os conflitos diminuam e a ação policial seja cada vez mais desnecessária:

- Agora é consolidar isso. [...]

Ele [Beltrame] voltou a observar que o que determinará o sucesso da pacificação nas comunidades, daqui por diante, será a oferta de serviços públicos:

- Esse é o grande segredo. É aquele conceito mundial de segurança: quanto mais dignidade para a população, de menos polícia se precisa. Estado e prefeitura estão fazendo a sua parte, e é absolutamente necessário que não se perca essa oportunidade – ressaltou. – A sustentação desse projeto depende muito mais de outras iniciativas do que da polícia. (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 11)

A pedido do jornal, crianças da Rocinha fizeram desenhos mostrando como imaginariam que seria o futuro depois da ocupação. A matéria tem o título: “Um cenário onde reina a paz e até o Cristo sorri” (o Globo, Rio, Rumo à pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 15) e ostenta quatro desenhos, que abaixo se reproduz, por servirem de pistas para se refletir sobre a forma como os moradores percebem o processo de intervenção lá ocorrido e seus efeitos na vida prática da comunidade. Também são reproduzidas algumas análises dos desenhos, apresentadas pelo jornal.

O primeiro foi feito por Ana Paula Nunes Pereira, de dez anos, “que se autorretratou sorrindo, brincando com uma bola na comunidade”. Deu ao trabalho o título de “UM FUTURO MELHOR”, em letras maiúsculas. O jornal ressalta que a menina “representou também casas coloridas e uma Rocinha de economia forte, integrada com o restante da cidade, com mercado e até hotel”.



MERCADO E creche na comunidade, na ilustração de Ana Paula

Figura 14 – Desenho de Ana Paula Nunes Pereira  
Fonte: O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 15



Não se está aqui a discordar da interpretação geral dada pelo jornal ao desenho em questão, mas parece interessante questionar o aspecto da integração com o resto da cidade. No desenho, observa-se que a creche é localizada “dentro” da comunidade, onde é alcançada através das escadas, vias de acesso típica das favelas. O hotel, o mercado e os outros prédios não identificados, mas certamente vinculados à idéia de prosperidade (visto que são prédios de dois ou mais andares, separados entre si e não barracos colados uns nos outros), localizam-se “no asfalto”, representado pela pista pontilhada e fora da favela. E é aí que a menina se coloca, bem pequena, no canto, mas no lado correspondente ao “asfalto”.

A creche da comunidade é laranja, cor associada aos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A cor laranja esteve presente nos uniformes das escolas municipais, está nas roupas de garis, em equipamentos urbanos, dentre outros, o que leva a pensar na relação estabelecida pela menina entre o desejo da creche e o ente que o proverá, provavelmente com suas cores. Por outro lado, a creche, embora grande, é representada por formas muito simples, sem elementos lúdicos / recreativos, o que talvez possa refletir a noção de mera funcionalidade da construção.

O discurso de Ana Paula, entretanto, apresenta algumas contradições com o retratado, uma vez que registra a noção de “qualidade” nos serviços a serem prestados pelo poder público e também de pertencimento com a comunidade: “Nós precisamos de mais escolas, creches, hospitais, quadra de esporte... Tudo de qualidade, para não precisarmos sair da Rocinha para nada.”

Ana Paula cursa o 5º. ano do ensino fundamental em uma escola no Bairro da Lagoa, sofisticada localidade da cidade, separada da Rocinha por apenas um túnel. Apesar disso, a menina prefere não ter que “sair da Rocinha para nada”. A experiência de interagir com outras crianças e adultos na escola da “cidade formal” não parece lhe ser agradável, preferindo poder evitá-la e viver só na favela.

Geovana Pontes Assis, de oito anos, mora na localidade conhecida como Laboriaux, na Rocinha, ponto muito freqüentado pelos traficantes pela vista que tinham da comunidade. Para evitar que ali ficassem sentados vendendo drogas e ostentando suas armas, a família jogava óleo na calçada.

Dois dias depois da ocupação, a menina e seu avô lavavam a calçada, para livrá-la do óleo acumulado, uma vez que “desde o último fim de semana, o espaço voltou a ser território livre para as brincadeiras de Geovana.”



Figura 15 – Desenho de Geovana Pontes Assis  
 Fonte: O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 15

Seu desenho mostra prédios altos, uma auto-estrada e vários automóveis passando nela, além de pessoas sorridentes e com roupas coloridas. O Cristo Redentor, que é visto da janela de Geovana, é reproduzido no desenho sorridente e voltado para a Comunidade. A razão de tantos sorrisos é esclarecida pela menina: “- Adoro morar na Rocinha. Sou muito feliz aqui. Vou ficar ainda mais, com espaço para brincar em paz.”

Ana Luisa Vianna, de nove anos, fez uma interessante correlação em seu desenho intitulado “Rocinha com UPP”: identificou o prédio com a sigla “UPP”, porém colocou logo abaixo o termo “Polícia Federal”.



Figura 16 – Desenho de Ana Luisa Vianna  
 Fonte: O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 15

Tal fato leva a pensar na representação que Ana Luísa faz das duas polícias, talvez indicando que, em seu entender, a política de ocupação permanente (relacionada à sigla UPP) devesse ser perpetrada por policiais federais ao invés de pelos policiais militares, antigos conhecidos da população local. A reforçar essa possibilidade, tem-se o fato de o desenho mostrar, dentro do prédio, dois policiais sorridentes sentados próximos a uma mesa, simpatia que não guarda relação com o estereótipo de policial militar que há anos invade favelas no Rio de Janeiro. Ao fundo, o significativo desenho de uma arma colocada sobre outra mesa, como a retratar uma apreensão de armamento pela polícia. Ana Luisa sentencia: “- Não queremos mais armas na Rocinha. Queremos é paz, com UPP”.

Gabrielle Saraiva da Rocha, de oito anos também apresenta uma creche em seu desenho, expressamente prevendo que deverá ser “MUNICIPAL”. O outro prédio que retratou é o da UPP, pintada de azul, a cor da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ao lado do nome UPP, uma estrela de xerife, e, no alto do desenho, o título: “ROCINHA COM UPP CADA VEZ MELHOR”.



Figura 17 – Desenho de Gabrielle Saraiva da Rocha  
Fonte: O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 15

Em seu desenho, o céu é azul, o sol brilha e a árvore, ao lado do prédio da UPP, dá muitos frutos. Segundo a reportagem, Gabrielle disse que a árvore foi ali colocada para “representar o desejo de que não houvesse mais destruição na mata próxima à comunidade”, o que aponta para seu desejo de não ver a favela aumentar

de tamanho. Sobre sua expectativa, a menina é enfática: “- Quero uma Rocinha sem bandidos, com UPP e com casas sendo transformadas em escolas.”

#### 4.5.2 As representações dos traficantes

Nas matérias analisadas foi possível observar constantes relatos de moradores a respeito do tráfico e dos traficantes, todos negativos:

Eu cresci vendo a ostentação dos traficantes. Se não tivesse uma família muito organizada, poderia, como amigos meus, achar que eram bem-sucedidos na vida. Fico tranquilo por saber que as crianças não verão mais cenas de traficantes mostrando tênis ou colares de ouro. (Carlos Augusto, 25 anos, O Globo, Rio, A Guerra do Rio, p. 11)

O’Gorman (1984), através de diversos relatos de antigas moradoras da Rocinha e do Morro Dona Marta, demonstra que a noção de traficante violento é coisa antiga:

Dá muita violência. Uma vez que se envolve é difícil sair. Eles mesmos se matam. Ouço dizer que é quando eles vão dividir, um quer mais e o outro não aceita. Conheço diversas mães que perderam os filhos. [...] Acho que as pessoas que fazem essas maldades não conhecem a vida de Jesus. [“Maria Salete”] (O’GORMAN, 1984, p. 118)

Tem briga. Às vezes não dorme com esses tiroteios na rua. Trabalha no outro dia cansado. Tinha uma época que cada noite aparecia 2,3 mortos lá em cima. Meu barraquinho é de caixote, assim fininho. Eu me enfio embaixo do porão de medo de fura as tábuas com as balas. [“Janice”] (O’GORMAN, 1984, p. 92)

Lá onde eu moro é um terror. Tem vagabundo aí. A gente tem que ficar só dentro de casa. Mataram um garoto de 17 anos aí, hoje. A vida do morro é essa. [“Regina”] (O’GORMAN, 1984, p. 54)

Eu, que moro aqui há 30 anos, tenho medo de sair de noite. Escurece, só saio em caso de doença. Tem assalto, muita morte, bala perdida. Quando meu marido sai pra trabalhar (ele é vigia em Copacabana), qualquer tiroteio que dá, eu fico sobressaltada, pensando: “Ai meu Deus, meu marido saiu agora. Carregaram ele. Judiam dele, pra depois matar. [“Das Dores”] (O’GORMAN, 1984, p. 108)

Favela é um sacrifício pra criar os filhos. Ficam puxando eles para o mau caminho. Dá um medo. Crianças de 12 anos já fumando, puxando drogas. [“Edilsa”] (O’GORMAN, 1984, p. 55)

Na edição do dia 20 de novembro de 2011, o jornal publicou uma reportagem com sugestivo título: “Deus e o diabo no morro. Com desenhos e debate, alunos expõem sua visão sobre a vida na Rocinha”. A matéria refere-se a desenhos feitos por alunos de uma escola municipal local, mostrando um dos trabalhos.



Figura 18 – Desenho feito por um dos alunos da Escola Municipal Paula de Brito  
 Fonte: O Globo, Rio, Rumo à Pacificação 20 de novembro de 2011, p. 19

Segundo a diretora da escola, por ocasião da ocupação os alunos não queriam falar em outra coisa, só sobre “pacificação”. Assim, a coordenação pedagógica da escola propôs que os alunos fizessem desenhos representando aquele momento da vida da favela. Dar aos alunos a oportunidade de apresentar “sua percepção da antiga Rocinha e da nova, que começa a surgir” permitiria que se “expressassem com liberdade e assimilassem melhor a nova realidade”. O desenho publicado teria sido o mais impactante.

O jornal assim descreve o desenho:

Um bandido de chifre de diabo e outro com olhos vidrados, empunha uma arma que tanto pode ser uma metralhadora quanto um fuzil. Perto, mais um traficante está drogado e fuma um cigarro de maconha enquanto lê uma revista com fotos de mulheres nuas. Sacos de dinheiro e outras armas também enchem a folha de papel de fundo branco. Toda a cena que poderia ser a descrição de uma “boca” da Rocinha, foi desenhada por um aluno de apenas 10 anos da Escola Municipal Paula de Brito, que fica na Rua Dionésia, na comunidade, entre São Conrado e Gávea. Os traços dão vazão a antigas emoções e também às novas expectativas depois da ocupação policial. [...] No desenho, o aluno, como era de se esperar, dedica muito mais espaço à Rocinha que prevaleceu até a madrugada do último domingo do que às aspirações de dias melhores. Mas detalhes chamam a atenção. Como por exemplo, o sol que brilha na Rocinha do futuro, mas tem olhos tão cruéis quanto os desenhados para os traficantes do local. É difícil imaginar um futuro que nunca conheceram. (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 20 de novembro de 2011, p. 19)

Interessante observar que, ao representar a Rocinha do passado, a idéia única (não somente predominante) é a do tráfico, o que demonstra o impacto dessa atividade no imaginário da comunidade. A vida da favela era gerida pela ação dos traficantes. A percepção de traficante nesse desenho é explícita, não deixando dúvidas de que, na concepção do pequeno autor, tráfico é coisa do mal. As associações feitas aos delinqüentes são sugestivas: armas, consumo de droga, diabo, dinheiro, sexo. Os traficantes são poderosos e ricos, mas também são diabólicos, cruéis e drogados. Apesar de reconhecer os valores “poder” e “dinheiro”, o aluno não se identificava com a vida que levavam, como centenas de outras pessoas que vivem em comunidades dominadas pelo tráfico e, mesmo assim, resistem às facilidades oferecidas pela atividade ilegal.

Anselmo Gois registra a reação do carioca diante da prisão de Nem:

Cena carioca

Ontem de manhã, o monitor que transmite notícias a bordo de um ônibus da linha 512 (Urca-Leblon) exibiu uma foto da prisão de Nem, o traficante. Um senhorzinho começou a aplaudir, e todos festejaram. Há testemunhas.

(O Globo, Coluna de Anselmo Gois, Rio, 11 de novembro de 2011, p. 18)

No Vidigal, morro conectado à Rocinha e ocupado pelas forças policiais na mesma ocasião, onze famílias foram expulsas porque os traficantes escolheram essas casas para se esconder, para ter acesso à mata e eventualmente fugir ou por desconfiarem que os moradores fossem informantes da polícia:

- Eram 23h de anteontem [08 de novembro de 2011] quando X. moradora do Morro do Vidigal, em São Conrado, acordou com seis traficantes armados com fuzis ao lado de sua cama. Depois de um dia de cansativo trabalho, ela não conseguia acreditar no que estava acontecendo em seu quarto, preocupada com os filhos o cômodo ao lado, até que um dos traficantes gritou: ‘Tia, sai fora e procura outro lugar para dormir, porque a gente tá precisando da casa. Depois você volta.’ (O Globo, A Guerra do Rio, Rio, 10 de novembro de 2011, p. 17)

- Tivemos que sair da favela e não sei o que vamos fazer. Tenho fé em Deus que, depois dessa bagunça, as coisas melhorem no Vidigal. (morador do Vidigal, que não quis se identificar sobre a insegurança e ansiedade experimentadas pelos moradores nos dias que antecedem a ocupação da comunidade - O Globo, 10 de novembro de 2011, Rio A Guerra do Rio, p. 17)

Depois da notícia de que a Rocinha e do Vidigal seriam invadidos para a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nessas comunidades, os traficantes teriam passado a hostilizar quem vive por lá. Segundo relatos, os bandidos invadiam as casas e vasculhavam até celulares para monitorar as ligações dos moradores. Os relatos do morador “Y”, expulso da favela, demonstram a

desconfiança dos traficantes em relação à comunidade e a ansiedade dos moradores por uma nova vida, livre do jugo dos bandidos.

- Já fizeram isso comigo várias vezes desde sexta-feira. As pessoas têm até medo de fazer ligação de telefone fixo ou orelhão, porque está tudo grampeado. Não vemos a hora de voltar para casa e ter uma vida digna, contou Y. (10 de novembro de 2011, A Guerra do Rio, Rio, p. 17)

- Eles entram na minha casa a qualquer hora do dia. Os bandidos nos obrigam a respeitar até um toque de recolher. O clima está muito pesado. Os traficantes dizem que sabemos demais e que temos que ser monitorados. A cada passo que a gente dê, tem um olheiro deles – desabafou Y. (10 de novembro de 2011, A Guerra do Rio, Rio, p. 17)

Esses depoimentos levam a se refletir sobre um mito que durante muitos anos permeou o imaginário carioca: o de que moradores das favelas eram favoráveis aos traficantes e apoiavam sua permanência nas comunidades, aderindo àquelas práticas. A dinâmica das relações entre moradores e traficantes parece ser diferente e a insegurança dos traficantes em relação aos moradores aponta para a fragilidade desses laços, que se torna mais evidente diante da eminência de uma nova realidade para a comunidade através da pacificação.

Ao demonstrarem desejo de voltar para suas casas após a ocupação para ter ‘uma vida digna’, a *contrario sensu* apontam para a percepção da falta de dignidade da vida quando sob o domínio do tráfico. Da mesma forma, ao caracterizar a atuação do tráfico como “uma bagunça” promovida na vida dos moradores, poderia depreender que essa população prefere que suas rotinas sejam permeadas pela “ordem”.

Com efeito, a época em que estiveram sob o domínio dos traficantes é denominada de “Guerra”, ou seja, estado excepcionalíssimo na vida de uma população, em que os valores são subvertidos, direitos suspensos, rotinas alteradas, ocasião em que prevalece a sensação de impotência, de insegurança, de medo, e em que há confronto constante com a morte e dor. E é sob essa rubrica que os moradores identificam o período em que conviviam com o tráfico:

Na época da Guerra, que é como os moradores se referem aos tempos dos traficantes, as escolas foram frequentemente fechadas por causa de tiroteios; (O Globo, 12 de junho de 2012 – Segundo Caderno – Cora Ronai, p. 12)

Outras matérias reforçam esses indícios. No dia seguinte à ocupação, o jornal registrou que moradores passavam bilhetes para policiais informando endereços de

suspeitos (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 14). Logo após a captura de Nem, chefe do tráfico da Rocinha, mais de quatrocentas ligações foram recebidas pelo Disque-Denúncia informando sobre localização de armas e drogas além de esconderijo dos traficantes. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 14 de novembro de 2011, p. 15)

O secretário disse que a participação dos moradores das três comunidades tem sido fundamental:

- Na metade do domingo, com a presença da polícia no terreno, o número de informações já era muito grande. Isso nos leva a achar que efetivamente essas pessoas estavam de certa forma aprisionadas. [...] (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p.11)

Por esses relatos, a retomada do território por parte do poder público e a pacificação do morro com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora parecem ser vistas, pelo menos por alguns moradores, como alternativa mais sedutora do que a anterior, proporcionada pelo tráfico.

Na edição do dia 11 de novembro de 2011, uma reportagem sobre traficantes toma uma página inteira sob o título “Desconstruindo Nem”, cujo subtítulo reforça a idéia de crueldade do tráfico: “Anos de terror: Bandido impôs a violência mais cruel nos morros evitando sujar as mãos.” (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 11 de novembro de 2011, p. 14). A matéria não poupou adjetivos negativos para qualificar Nem: bandido, implacável, manipulador, lobo, e, como sugeriu o título, foca-se em desconstruir a imagem de bandido bonzinho e de construir a imagem de traficante violento.

Segundo o jornal, os negócios de Nem se mantiveram em um tripé: “pagava propina à alta banda podre da polícia para manter seus negócios ilícitos, mandava matar inimigos e investia no assistencialismo.”

Trechos do depoimento de Nem à Polícia Federal denunciando que pagava metade de seu faturamento à Polícia já haviam sido publicados: “Metade do dinheiro que eu ganhava era para o ‘arrêgo’ (gíria para propina) – afirmou Nem.” Na reportagem sobre os desenhos das crianças da Rocinha, o jornal registra a prática assistencialista do tráfico, ressaltando que as crianças, embora felizes com a ocupação, temiam o fim das festas de Páscoa e Natal da comunidade, porque eram patrocinadas pelos traficantes:



Empolgados com a presença de policiais do Bope, que chegaram a visitar o colégio, muitos alunos estavam otimistas. Alguns confessaram a preocupação de ficar sem canais de TV a cabo e Internet por causa da repressão ao “gatonet” e com o fim das festas, de Páscoa e Natal, patrocinadas pelo tráfico. (O Globo, Rio, Rumo à pacificação, 16 de novembro de 2011, p. 15)

É esse viés assistencialista que o jornal pretendeu desconstruir com a matéria:

Com ordens de execuções, espancamento e lei do silêncio, o traficante Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, impôs aos moradores das favelas da Rocinha, do Vidigal e da Chácara do Céu longos seis anos de terror. Aos 35 anos, o bandido, até ser capturado, usava métodos semelhantes aos chefes da máfia italiana que passamos a conhecer no cinema: dava um valor enorme à família – diz ter entrado no crime para pagar o tratamento da filha que sofria de doença óssea rara -, falava poucas gírias e palavrões e evitava pegar em armas. Mas era ele que garantia o arsenal da quadrilha e dava a palavra final no tribunal do tráfico. Manteve-se assim, encobrindo sua face violenta com discrição e presentes que dava aos moradores, e pagando um mensalão a policiais da banda podre que, segundo declarou à Polícia Federal, chegava à metade do que arrecadava, R\$ 500 mil.

Nem foi apresentado como pessoa vaidosa, que fazia questão de ser chamado de “mestre” e de se projetar através de sua namorada preferida, cobrindo-a de jóias e roupas boas, permitindo que circulasse de moto pela favela e freqüentasse os bailes “funk” que ele patrocinava. Mas, se achasse que saiu da linha, não hesitava em mandar “dar um pau” nela ou em quem a olhasse duas vezes.

O espancamento foi prática sistematicamente denunciada na reportagem. Nem ordenaria essa punição a detratores, transgressores e até crianças que, agindo na favela, chamariam a atenção da Polícia, prejudicando os negócios. Espancamentos públicos também seriam ordenados.

Além disso, teria mandado torturar membros de facção rival, opositores e traidores. Um dos exemplos teria sido o da modelo Luana Rodrigues de Souza, de 20 anos, desaparecida em maio de 2011. Segundo a reportagem, Nem acreditava que ela estaria passando informações de sua quadrilha para a polícia, através de um policial militar com quem mantinha relacionamento. Na ocasião, um casal que estava com Luana também teria sido morto, porque “o bandido não queria testemunhas” e “os três tiveram os corpos destroçados e enterrados na mata.” Cães farejadores da Polícia Federal teriam encontrado dois cemitérios clandestinos na Rocinha, com diversas ossadas.

Ressaltando a importância que Nem dava à sua imagem – “capital importante”, o jornal denunciou a forma dissimulada do traficante agir para não ficar mal com a comunidade:

Um dos casos mais absurdos que me lembro foi quando bandidos da boca espancaram uma criança, acusada de roubo. O menino levou coronhadas e foi surrado com cabo de fuzil. Quando a mãe procurou o traficante para reclamar, Nem se mostrou surpreso com o fato e determinou que o bandido que surrara a criança fosse também espancado – conta um morador, sem identificar. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 11 de novembro de 2011, p. 14)

Essa dualidade na percepção do traficante (bom / cruel) não é recente. Alves retratou seu primeiro encontro com Miguelzinho, o mais famoso bandido da Rocinha na época. O autor tinha doze anos e, ao ficar sabendo que Miguelzinho estava próximo à sua casa, correu para vê-lo, tendo escorregado e caído em um beco:

Uma mão ajudou-me a levantar, e assim, fiquei cara a cara com o famoso Miguelzinho, bandido lendário da Rocinha, justiceiro, assaltante e matador. Misto de herói e facínora, despertava ódio e idolatria no morro. Muito forte e valente, só brigava na mão, tinha muita disposição e era temido até pelos policiais que tiravam serviço no posto da comunidade. Onipresente, conhecia como ninguém os meandros e todos os becos da favela, parecia que tinha um mapa na cabeça. Seus crimes eram cantados em verso e prosa nas rodas de samba, nos botequins, nos pontos de ônibus, nos pontos de bicho, na rinha de galo, nas bocas das lavadeiras, das crianças, dos bêbados, de dia, de noite e de madrugada. (O Globo, Rio, A Guerra do Rio, 11 de novembro de 2011, p. 14)

O assistencialismo também não seria fato novo na comunidade, sendo descrito por Alves (1997) como existente há mais de trinta anos na Rocinha. Diferentemente de Nem, entretanto, que o praticaria para cooptar a população e facilitar seus negócios, a prática de Miguelzinho é retratada com cores suaves pelo autor, que lhe confere um viés de carinho e sinceridade por parte do bandido:

As crianças também tinham vaga cativa em seu coração, todos os anos mandava distribuir em seu nome roupas e brinquedos no Natal. No dia de São Cosme e São Damião, mandava fazer (a despesa toda era por sua conta), no seu centro espírita preferido, uma grande mesa com bolo, doces, balas e refrigerantes. A euforia das crianças do morro dava-lhe prazer e alegria. Adorava ver o corre-corre e a bagunça, lembrava-lhe de sua infância perdida. (ALVEZ, 1997, p. 102)

Recorrendo, uma vez mais aos especialistas, o jornal reproduziu a fala de um delegado da Polícia Federal sobre traficantes, a fim de afastar qualquer dúvida sobre o verdadeiro perfil desses bandidos:

- Traficante nunca é bonzinho. Ele ordena assassinatos toda vez que corre o risco de ter sua liderança contestada. Manda matar, espancar ou expulsar quem duvida de suas ordens – afirma Victor César Santos, outro delegado da PF do Rio, que foi chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes.

A matéria foi encerrada com o episódio da captura do traficante Nem, descrevendo sua reação no momento da prisão, quando o “cordeiro” teria revelado sua verdadeira face: “Manipulador, Nem criou para si um personagem que começou a ser desconstruído com a prisão, quando o lobo que sempre foi saltou como uma fera acuada do porta-mala de um carro.”

A figura do traficante no Rio de Janeiro atual nos remete ao “capoeira” nos séculos XVIII e XIX. Enders (2009, p. 203-206) fornece elementos que permitem relacionar esses dois personagens. A capoeira era considerada um flagelo naquela época e seus praticantes eram temidos pela população. Sob o Império, o termo “capoeira” passou a designar não só a técnica, mas também aqueles que a praticavam:

Entre o fim do século XVII e o do século seguinte [...] a simples menção da palavra capoeira suscita o medo de grande parte dos cariocas. [...] Esses últimos [os capoeira] usam uma técnica de combate extremamente perigosa, baseada em ágeis movimentos de pernas e terríveis pontapés, aos quais muitas vezes vinham acrescentar-se a faca e o punhal.

Os “capoeiras” se organizavam em bandos, compostos por maioria negra ou mulata. Escondiam-se em aglomerados populares urbanos, os cortiços, onde impunham suas condições, subjugando os demais moradores. Lutavam armados pelo controle de um bairro ou território, usando de extrema violência para alcançar seu intento, sendo normais as lesões corporais e mortes dos opositores. Nas prisões, era considerável o número de capoeiras, que se reproduziam rapidamente na cidade, chegando a vinte mil. A imprensa ocupava-se deles em suas crônicas sobre violência urbana na época:

Os capoeiras grassam em bandos nos quais se misturam escravos, alforriados e homens livres [...] Os confrontos pelo controle de um bairro ou de um território, deixam regularmente mortos e feridos sobre o calçamento. Até 1890, a capoeira não é proibida por qualquer texto jurídico, mas fornece assunto para as crônicas do dia-a-dia e contribui para encher as prisões. De fato, ela possui características que inspiram terror: é praticada sobretudo por negros, é organizada e se manifesta por uma violência vista como crueldade gratuita.

Um relato do representante da República Francesa no Brasil acerca dos “capoeiras”, datado de 1887, é mencionado por Enders e fornece importantes

elementos para se refletir sobre o relacionamento promíscuo entre membros do Império e esses fora-da-lei. Antes das eleições diretas serem estabelecidas no Brasil, em 1881, os pleitos eram constantemente fraudados, ocorrendo sob grande violência, sob a lógica da lei do mais forte. Os “capoeiras” participavam ativamente desse processo, impedindo que adversários dos que os contratavam votassem, permitindo que correligionários o fizesse repetidas vezes, matando quem resistisse. Sob a força, influenciavam diretamente o resultado das eleições, sem temer consequências por estarem acobertados pelos que comandavam a política da época. Aliás, a polícia não só ficaria inerte diante da ação delituosa dos “capoeiras” como lhes daria cobertura, os recrutaria para seus quadros e os utilizaria em ações de “inteligência”:

A fraqueza do governo brasileiro diante dessa horda de bandidos é objeto de constante espanto. Essa fraqueza não tem desculpa; eis como se explica. [...] as eleições eram [...] o mais vergonhoso espetáculo, sempre sangrento. Pode-se dizer que a vitória era obtida a bordoadas, facadas e tiros de revólver. Praticavam-se abertamente as fraudes mais descaradas. Nesse estado de coisas, os capoeiras eram agentes eleitorais bastante úteis. Votavam um número indefinido de vezes, impediam de votar os adversários do seu patrão, e, em caso de reclamações ou de resistência, recorriam à *ultima ratio*, assegurados da impunidade pela proteção de chefes políticos influentes. [...] coisa estranha, a própria polícia parece proteger-lhe a instituição, na qual recruta uma parte de seu pessoal e de seus agentes secretos. (ENDERS, 2009, p. 204-205)

Após a abolição da escravidão, a Guarda Negra, organizada para dar proteção à família imperial teria em seus quadros grande número de capoeiras, “que a polícia, quando convém, lança contra os militantes republicanos”. (p. 205) O uso de capoeiras na repressão política justificaria o ódio que esse grupo lhes teria e que levaria à proibição formal da capoeira em 1890. A partir de então, “os bandos são sistematicamente aniquilados e seus membros enviados para longínquas colônias penitenciárias. A luta contra os cortiços, onde se refugiava facilmente essa escória, comporta também uma dimensão policial no início dos anos 1890.” (ENDERS, 2009, p. 204-205)

Negros e mulatos de origem pobre, organizados em bando, grande número, crueldade, disputa violenta por territórios, população aterrorizada, refúgio em comunidades pobres, moradores dessas comunidades subjugados, imposição da lei do mais forte, poder paralelo tolerado pelo governo, associação ilícita com políticos e policiais, corrupção, interferência em eleições, prisão de bandidos e envio destes

para colônias penais distantes de sua área de influência, decisão governamental pelo confronto dos bandidos, seguida de sua eliminação sumária.

Fornecidos esses elementos a alguém atualmente e perguntando-se a que figura urbana se referem, grande é a chance de que a resposta seja: ao traficante. Entretanto, como se viu, a descrição retrata os “capoeiras” dos séculos XVIII e XIX, o que nos leva a concluir que as reflexões sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas origens não devem concentrar-se nesse ou no século passado, mas retroceder na história. O que se vê, atualmente, mais parece ser a reprodução de práticas muito antigas, ora rerepresentadas como um *remake* adaptado.

O processo de desconstrução/construção da imagem do bandido do morro vai ao encontro dos esforços oficiais de descaracterizar as favelas ocupadas pelas UPPs como *locus* da violência. Violentos seriam os traficantes, não o lugar. Tirando os bandidos das favelas, “pacificando-as”, elas se tornam um espaço como qualquer outro da cidade, não havendo motivos para serem discriminadas.

#### 4.5.3 As representações do morador da favela

“Há sem dúvida duas cidades no Rio A misteriosa é a que mais me encanta. Eu gosto de senti-la na luta conta a outra – a cidade que todos têm muito prazer em conhecer [...]” (Orestes Barbosa, crônica “A favela”, 1922).

Certeau (2009) enuncia que “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento no plural: é saber e poder articular.” (2009, p. 160) A cidade, vista sob o ponto de vista de um “conceito operatório”, deveria organizar-se de forma racional, tendo a ordem como norte. Nesta articulação, entretanto, nem sempre a dimensão positivista consegue se impor como parâmetro de urbanização, e ocorrem desvios.

No Rio de Janeiro, é estreita a proximidade entre diferentes realidades: classes média e alta das zonas nobres da cidade (no asfalto) forçosamente convivem com comunidades de menos favorecidos (nos morros). Como limite, apenas a geografia carioca, que não é capaz de impor a desejada distância dos ricos com os pobres.

A proliferação de favelas nas cidades brasileiras expressa de maneira inequívoca a natureza excludente do processo de desenvolvimento urbano e o padrão segregador das relações históricas que se têm dado entre a legislação, planejamento urbano, mercado imobiliário e sociedade, sobretudo na criação da dinâmica e das possibilidades do mercado e na determinação do pobre na cidade. (FERNANDES, 2008, p.56).

Pelos motivos históricos relatados, a noção de violência vinculou-se à de favela, e esse espaço passou a representar perigo a remeter à insegurança e ao medo. O que antes eram apenas borrões a enfeiar a linda imagem do cartão postal, passou a representar ameaça. E com ameaça não se pode conviver. O anseio por extinção das favelas tornou-se mais forte no imaginário de considerável parcela dos moradores do Rio de Janeiro nas últimas décadas.

Não se contava, porém, com dois fatores a obstacularizar o processo de despejo: o crescimento exponencial destas comunidades e a resistência de seus moradores contra as políticas de remoção. Em um século de história, a favela demonstrou ter capacidade de luta e de organização contra medidas desalojatórias, e, com a cobertura da mídia, esses movimentos ganharam força e projeção. Hoje, por lei, as remoções são, em regra, proibidas, tendo sido reconhecido o direito do morador da favela de lá permanecer. Porém, fica a questão: decreto político põe fim a preconceito? É capaz de alterar representações, eliminar estigmas e demolir barreiras simbólicas?

A sensibilidade social não obedece à mesma lógica jurídica e pode dar, à relação vivida com a alteridade, as cores da desrazão (JODELET, 2005, p.33). Em sua obra “Todas as cidades, a cidade” (2008), no capítulo intitulado “A cena e a obscena de uma cidade, dita maravilhosa” (p. 112-125), Renato Cordeiro Gomes reflete sobre a histórica pretensão carioca de tirar de cena o que não se enquadra na versão de “ordem”.

Desde o tempo do bota-abaixo, quando Pereira Passos e seus sucessores reformularam a cidade a fim de transformá-la em uma “Paris dos Trópicos”, a cidade real, com todas as suas mazelas, era vista como *obscena*, no sentido de que “deveria estar fora da cena, para não manchar o cenário” proposto pelo progresso. (FERNANDES, 2008, p.56). Impunha-se a demolição da cidade velha pra construir o cenário moderno. (FERNANDES, 2008, p.114). Desde aquela época, no processo de construção da identidade social oficial, favelado não foi integrado. A tensão permanece e a rejeição também.

É o que se pôde observar nas matérias jornalísticas analisadas. Nelas, a dualidade “morro/favela” x “asfalto” é reconhecida e reproduzida na fala do jornal, que usa irrestritamente termos, com a oposição explícita entre as duas categorias:

Os moradores, tanto das favelas quanto do asfalto, foram dormir preocupados e acordaram aliviados. (O Globo, 14 de novembro, 1ª. página)

Conversamos com dezenas de moradores que só querem uma coisa: ser tratados como o pessoal do asfalto. (O Globo, Rio, 14 de novembro de 2011, p. 10)

[...] O que desejamos é que, com essa ocupação, as pessoas do asfalto entendam que a Rocinha é do bem, uma grande família. Torcemos para que tudo dê certo. Só queremos o respeito de todos, incluída a polícia, é claro – destacou Douglas Oliveira, de 26 anos, que trabalha no ramo de mineração. (O Globo, Rio, 14 de novembro de 2011, p. 11)

O mundo mudou, a esfera pública também. Mas há um descompasso entre essa mudança e o imaginário social. O discurso hegemônico sobre a questão urbana foi substituído por uma pluralidade de vozes, que, entretanto, não redundam em sinfonia.

Como se viu no Capítulo 1, o processo de construção de representações negativas de favela e de favelados não é recente, e é anterior à existência dessa categoria, remontando à época dos cortiços dos séculos XVIII e XIX.

No início do século passado, a imprensa registrava as experiências de cronistas como João do Rio e Benjamim Costallat sobre suas visitas à favela, em textos permeados por expressões fortes e noções preconceituosas. Na época, poucos moradores do “asfalto” se aventuravam a ir a uma favela e, em regra, favelados não tinham voz na imprensa. A conjunção desses fatores conferiria aos depoimentos desses cronistas o caráter de verdade, por quase total falta de contestação.

João do Rio, o mais famoso *flâneur* da época, acostumado a explorar a cidade e seus recantos escreveu um artigo intitulado “Os livres acampamentos da miséria”. Nele, relata sua visita ao Morro de Santo Antônio, acompanhado de moradores que voltavam para casa, no fim do dia, e lá iriam fazer uma seresta. No texto, João do Rio, embora tenha considerado proveitosa a incursão, representa os moradores da favela como “indolentes”, “animais de instintos impulsivos”, “mulheres perdidas” que viveriam “inteiramente na gandaia”, grupo que formaria um “arremedo de sociedade”:

Sim. É o fato. Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? [...] Aquela gente era operária? Não. [...] Nessa empolgante sociedade, onde cada homem é apenas um animal de instintos impulsivos [...] já o arremedo exato de uma sociedade constituída. A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. [...] há casas de casais com união livre, mulheres tomadas. [...] Mas também há casas de família, com meninas decentes. [...] (GOMES, 2005, 116-122)

A noção de espaço não pertencente à organização urbana formal já existia na época. Para o cronista, a favela seria um local distante e destacado do contexto da cidade, como se estivesse localizada em “um outro ponto da terra”, constituído como um “arraial de sordidez”, cujo povo, embora vigoroso, preferiria viver na miséria e na indigência do que trabalhar, indolentemente instalados “bem no centro de uma grande cidade”:

E quando de novo cheguei ao alto do morro dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis. (GOMES, 2005, 116-122)

Em 1922, o Morro do Castelo foi demolido para dar lugar a uma esplanada no centro da cidade. Sobre esse morro, em 1924, Benjamin Costallat, jornalista carioca, publica “A favela que eu vi”, posteriormente incorporada ao livro “Mistérios do Rio”, do mesmo autor. Nela, Costallat também registra a visita que teria feito a esse espaço urbano carioca e, aos moldes de João do Rio, sua narrativa é plena de representações negativas sobre a favela, retratada como um local “fora do mundo”, “morro do crime”, “morro sinistro” local onde impera a “lei do mais forte” e em que a “navalha liquida os casos”:

Subíamos ainda. [...]  
Estávamos, em plena Favela, fora do mundo.  
Vinha-me, então, ao espírito, a crônica terrível do morro sinistro, o morro do crime. Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da Polícia.  
Na Favela, ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil.  
Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirime todas as contendas.  
Há muito crime, muita morte, porque são essas as soluções para todos os gêneros de negócio – os negócios de honra como os negócios do dinheiro.

Sobre as regras (ou ausência de regras) que orientariam as relações interpessoais dos moradores da favela, Costallat é enfático em sua descrição:



Na Favela, não há divórcio porque ninguém se casa. Não se fazem contratos. Não há inquilinos, nem senhorios. Não há despejos. Se o inquilino for mais forte do que o senhorio, o aluguel nunca é pago. Se for o senhorio o mais valente, então, sim, a casa é paga, pontualmente, todos os meses. É a lei do inquilinato da Favela.

Tal cenário faria da favela o lugar ideal para os criminosos, que lá se concentrariam e de lá partiriam para assaltar e matar a população da cidade:

É natural que os valentes e os malandros procurem a Favela, como uma moradia ideal. É um refúgio e um paraíso. Precisam de dinheiro? Vão buscá-lo no bolso dos outros. Assim viviam Sete Coroas e seus companheiros. Assaltavam, roubavam, matavam com uma simplicidade comovedora. [...] (COSTALLAT, 1990, p. 36-37)

Certeau (2009) discorre sobre a importância dos relatos no processo de significação dos espaços. Para o autor, os relatos seriam “operações sobre os lugares”, que também teriam o papel de demarcar, cotidianamente o espaço que descrevem. As operações de demarcação seriam compostas por fragmentos de relatos, retirados de várias histórias, que seriam submetidos a um processo de “bricolagem”, formando um todo único. Esse arremate improvisado de pedaços que não se encaixam perfeitamente, mas que, ainda assim, se apresentam ao sujeito como uma unidade, daria origem aos mitos. Os relatos fundariam e articulariam os espaços, estabelecendo limites; paralelamente, também apresentariam formas de superá-los:

Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de autorizar o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites e, por via de consequência, funcionando no campo fechado do discurso, a oposição de dois movimentos que se cruzam (estabelecer e ultrapassar o limite) de maneira que se faça do relato uma espécie de quadrinho de ‘palavras cruzadas’ (um mapeamento dinâmico do espaço) e do qual a fronteira e a ponte parecem as figuras narrativas essenciais. (CERTEAU, 2009, p. 191)

Entre 1906 e 1907, a imprensa carioca mediu a campanha de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club, contra as favelas. Seus discursos em eventos dessa instituição seriam posteriormente publicados em jornais da época, tendo, assim, significativa repercussão:

Desprovida de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, velhacoito de larápios que levam a

insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos. (VALLADARES, 2005, p. 42)

Três décadas depois, foi publicado o primeiro documento oficial a registrar dados quantitativos sistemáticos sobre as favelas cariocas, o Censo das Favelas, de 1949. Apesar do tempo decorrido, as representações da favela não se alteraram e seriam então apresentadas sob a chancela pública. Valladares (2005) ressalta que os resultados desse recenseamento, publicados sob o título “Censo das Favelas – aspectos gerais” (1949), teriam revelado “uma imagem da população bastante diferente das representações até então dominantes”. A começar, o mito de que as favelas eram formadas, predominantemente, por imigrantes (sendo, portanto, um problema que os outros estados “exportariam” para o Rio), não se confirmou: dois terços dos habitantes eram nascidos no próprio Distrito Federal e 29% eram oriundos do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, 53% dos moradores seriam analfabetos e não “a grande maioria”, como se pensava.

Entretanto, o relatório oficial seria repleto de “preconceitos sociais e raciais”, observando-se grande contraste “entre a qualidade e o interesse das informações apresentadas pela primeira vez ao público, e os comentários e interpretações” presentes no relatório. A autora destaca alguns trechos do documento, que, dedicaria nove páginas a um “discurso moral cheio de clichês e preconceitos contra os pobres”:

Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população (DISTRITO FEDERAL, 1949, p. 8 apud VALLADARES, p. 65)

[...] O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica [...] Renasceu-lhe a preguiça atávica [...] e como ele todos os indivíduos de necessidade primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade [...](DISTRITO FEDERAL, 1949, p. 10-11 apud VALLADARES, p. 65)

As consequências desse complexo de condições negativas não se fazem sentir apenas no campo da higiene, o desasseio é agravado pela promiscuidade e esta, reforçando a ação de outros fatores adversos, provoca lamentáveis consequências de ordem moral (DISTRITO FEDERAL, 1949, p. 10-11 apud VALLADARES, p. 66)

Seja pela ausência de preocupação por parte do “asfalto” em demonstrar o que sente, seja pela continuidade desse processo, que é histórico, esse olhar de estranhamento não passa despercebido pelo morador da favela e tampouco é recente. Cinquenta anos após a publicação do relatório em questão, observa-se que

o preconceito ainda está presente no imaginário da população carioca, e é denunciado por quem sofre seus efeitos. As moradoras do Morro Dona Marta e da Rocinha (O’GORMAN, 1984), testemunham, na década de 1980, o preconceito, a rejeição e o desejo de apartação por parte da sociedade “formal”:

A minha professora de geografia marginalizava muito os favelados. Quando ela estava dando problemas sociais, dizia: “os neguinhos do morro”. Ninguém acredita no favelado, especialmente quando é de cor. Pinta um problema qualquer, é “neguinho do morro”. Como fere! Deixa a pessoa desligada. Já fizeram a cabeça do morador do morro de tal forma que ele passa a pensar que se ele não é a pior pessoa ele tem que sair de lá. Você não diz “um tal que mora lá”, mas “o morro” que faz. E todas as pessoas que moram lá recebem a recriminação. [“Enely”] (O’GORMAN, 1984, p. 55)

Não quer que o pobre se mistura com os *bacana*. Área vistosa, bonita, pobre não pode morar. Porque o pobre não pode se misturar com os *bacana* no Hotel Nacional? Se o *bacana* é a mesma carne humana igual a gente? [...] Deus não chegou aqui na terra dizendo pros bacanas: “Olha, Copacabana é só para os bacana. Os pobres têm que ser favelados.” [...] Eles têm nojo dos favelados. Ficam repugnado, revoltado, porque o pobre é vizinho deles. Só querem vizinho bacana, com anel no dedo. Acham desaforo se misturar com trabalhador, operário, pé-no-chão, mulher de lata d’água na cabeça. Acham que o favelado deveria ser mandado para longe, lá para Paciência, onde não vissem. [“Mabel”] (O’GORMAN, 1984, p. 139-140)

Essas pré-noções, além de subjetivamente “ferir”, trariam consequências objetivas práticas na vida do morador da favela. O endereço dificultaria a obtenção de emprego:

Quando diz que tá morando na Rocinha, eles morrem de medo da gente. “Ui, cruz credo, que lugar horrível!”

Na fila do INPS me perguntaram onde morava. [...]

Às vezes, nem dão emprego pra gente, de medo. Começam a dizer: Pois é, vou conversar com meu marido”. Depois a gente volta lá. “Ah, meu marido já arrumou outra empregada. Eu não sabia”. Mas é puro medo. [“Janice”] (O’GORMAN, 1984, p. 54)

Para o pessoal lá em baixo, quem mora no morro é vagabundo. Mulher é tudo *piranha*. Fui tratar um serviço. A madame me perguntou onde eu morava. Falei: “Morro de Santa Marta”. Ela tomou aquele espanto, aquele susto: “Ali tem muito vagabundo, muita bagunça. É muito perigoso.” [“Claudia”] (O’GORMAN, 1984, p.54)

Com a comunidade ocupada pela polícia, os moradores vão ganhar a oportunidade de disputar novas vagas de trabalho – aposta. [X, morador da Rocinha há 28 anos] (O Globo, Rio, 11 de novembro de 2011, p. 17)

Nem mesmo os parentes deixariam de discriminar quem mora no morro. Os que moram no asfalto, evitariam visitá-los:

[...] Existe muita discriminação das pessoas do asfalto contra o favelado. A gente sente isso até com os próprios parentes. [“Otilia”] (O’GORMAN, 1984, p. 48)

Minha mãe ficou só, com um montão de crianças. Então distribuí as crianças. Eu fui levada “emprestada” para uma senhora muito rica no Meier que não tinha filhos. Eu chorava e gritava. Minha mãe teve que me trazer para casa. Duas que ficaram tiveram bons estudos, Uma que se criou lá, nunca mais vem ao morro ver a mãe. Quando cresci, resolvi que jamais em situação nenhuma eu daria meus filhos para ninguém criar. [“Flávia”] (O’GORMAN, 1984, p. 41)

Inconformada com a forma simplista e generalizada com que o morador da favela é identificado como marginal e trombadinha, a moradora “Betí” esclarece que lá também tem profissionais formados, como uma advogada e uma professora. Além disso, incomoda-lhe as associações que o asfalto faz da categoria “favela”: lixo e assalto.

Às vezes eu leio em O Globo carta dos leitores reclamando dos marginais, dos trombadinhas da favela.[...] Naquela favela tem jornalista com muito sacrifício, tem uma advogada, uma professora. Isso não é matéria para jornal. Quando fala do favelado, é o lixo que está incomodando as pessoas embaixo, ou os marginais que estão atacando as pessoas embaixo. [...] [“Betí”] (O’GORMAN, p. 54-55)

A situação, entretanto, persiste. Passados mais de trinta anos dessa denúncia, outra carta publicada na mesma seção “Opinião - Dos leitores” (O Globo, 5 de novembro de 2011, p. 8), aponta para a persistência da percepção de favela e favelado por parte das “pessoas embaixo”, ou seja, de que ainda são fatores de perturbação da vida da cidade formal. Esta deveria se proteger cercando todos os morros com telas resistentes para que o lixo produzido pelos moradores da favela ficassem ali mesmo retidos, e não adentrasse ao território organizado da cidade, causando-lhes problema. No discurso da leitora, prevalece a noção da apartação e do gueto:

A prefeitura deveria fazer uma campanha permanente de conscientização junto às comunidades para que o povo coloque o lixo nas caçambas e não o jogue pelas janelas – que é mais fácil – e cercar todos os morros com telas resistentes, para que o lixo não seja levado pelas chuvas até o asfalto, entupindo bueiros e causando transtornos e prejuízos. [...] - Verônica Taboranski. (O Globo, Opinião Dos Leitores, 5 de novembro de 2011, p. 8)

Na mesma seção, em 16 de novembro de 2011, o jornal registra a carta do leitor José Paulo Guarayba Vollmer, que, se referindo à favela da Rocinha, usa expressões como “centro de operações da bandidagem”, “quartel-general do tráfico de drogas”, lugar onde havia “facínoras” que fariam “vítimas”:

Considerando que a Rocinha é a maior favela da América Latina, sempre foi centro de operações da bandidagem e quartel-general do tráfico de drogas, esta ocupação

pacífica deixa a população com a pulga atrás da orelha. A pergunta que se impõe é a seguinte: para onde foram os facinoras? Onde agirão agora? Quem serão as próximas vítimas? (O Globo, Opinião Dos Leitores, 16 de novembro de 2011, p. 8)

A desconfiança acerca dos moradores da Rocinha é claramente expressa em outras cartas de leitores do jornal, publicadas dois dias depois da ocupação:

As aparências enganam, e a polícia ainda terá muito trabalho pela frente ao investigar o cotidiano da Rocinha e o interior de suas residências para efetivamente saber se uns e outros realmente são familiares ou foragidos por ali. (O Globo, Opinião dos Leitores, 15 de novembro de 2011, p. 8)

Segundo levantamento realizado e divulgado pela imprensa, na Rocinha havia cerca de 200 marginais ligados ao narcotráfico. [...] foram feitas dez detenções de criminosos, que já tinham identificação feita pela polícia. A captura dos demais elementos, mesmo que sejam conhecidos fica impedida, já que na sua quase totalidade não são fichados. [...] certamente, continuarão sua saga na criminalidade, mudando, apenas, de modalidade, preferencialmente, infernizando a vida do cidadão de bem. (O Globo, Opinião dos Leitores, 15 de novembro de 2011, p. 8)

Quatro anos após a primeira ocupação (Morro Dona Marta – 2008), ainda persiste a vinculação entre favela e criminalidade. Em relato isolado acerca da percepção da cidade como violenta, o jornal divulga a carta do leitor Joel Almeida (O Globo, 14 de setembro de 2012. p.17), em que a favela é representada como nada mais que “criadouro de criminosos”:

A violência no Rio de Janeiro chegou a níveis intoleráveis e tende a piorar enquanto o governo insistir em agir politicamente nas incontáveis favelas dominadas pelo tráfico e que nada mais são que imensos criadouros de criminosos. [...]

Jodelet propõe que as linhas da divisão social podem ser estabelecidas de forma dissimulada ou violenta. (2005, p.35) Moscovici por sua vez, apresenta a noção de violência cognitiva, que seria própria do social. Essa modalidade consistiria em “tratar as pessoas em relação a mim e às minhas características, e nunca na sua singularidade, no seu si próprio.” O autor reproduz a reflexão de Lévinas, segundo a qual, “é violenta toda ação em que agimos como se fossemos o único a agir” e alerta para a violência da prática de tomar o todo por um: “[...] ver, dia após dia um gênero sob um indivíduo, interpretar o que ele faz e o que ele sente segundo uma categoria, é uma violência feita ao singular, a mais forte das violências.” (JODELET, prefácio, 2005, p. 30).

A questão da construção da relação com a alteridade também é enfrentada por Jodelet (2005, p. 34). A teoria da autora desenvolveu-se sobre a relação da sociedade com o “louco” e com a “loucura”, mas permite que seja transportada para

outras categorias, como favela e favelado, ambos jogados na alteridade pela sociedade em geral pelo fator da diferença, da não identificação, da divisão social. Interessante perquirir como as representações sociais da pobreza explicariam a relação com o favelado, figura da alteridade.

Segundo a autora, o primeiro passo seria a construção de uma negatividade concreta. Em contexto autocentrista, que “tira do outro toda espessura de vida” e “não permite compreender o que se faz com essa vida [...] aquilo que não sou eu ou os meus, é construído numa negatividade concreta”. Como consequência, mesmo havendo similaridades de gênero [entre eu e o outro], o outro permanece sendo percebido como diferente. Essa negatividade [do outro, de tudo que não sou eu ou do que é meu] é construída através de imagens cujos conteúdos estão estreitamente ligados a práticas sociais, e que permitirão que, na interação social, o jogo da diferenciação e o trabalho de alienação se concretize em representações. E seria justamente através delas que se construiria a alteridade e se definiria o *status* social do outro. Por esse motivo, a construção da negatividade pertenceria ao campo de estudo das representações sociais.

Compreendendo favela e favelado como desvio, a sociedade os joga na alteridade e, através do processo de negação acima descrito, atribui-lhes as noções de “não-cidade” e “não-cidadão”, respectivamente. São seres humanos e são brasileiros como toda a sociedade brasileira, mas essa similaridade não é suficiente para que sejam percebidos como iguais. São diferentes porque não se adequam ao padrão, são desviantes, e, por isso, são diferentemente classificados, etiquetados, em processos psicossociais de alta carga simbólica, que se refletem nas práticas individuais e coletivas.

Pessoas e grupos tendem a utilizar e a projetar seus próprios valores na construção de representações. Se essas não se enquadram em estruturas preexistentes, são consideradas desviantes ou produto de desvio. Para a sociedade do “asfalto”, favela seria desvio. E, por um sistema de encadeamento de noções, tudo o que se relacionar com favela, também. Jodelet apresenta como critérios de diferenciação entre o “nós e o não-nós” (2005, p. 359), a identidade moral, o compartilhamento dos mesmos códigos de vida e a fidelidade a esses códigos. A ausência de um desses pressupostos, leva a não percepção do outro como igual.

Sobre a forma como os habitantes das áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro perceberem as favelas e sobre a dicotomia “asfalto” / “favela”, Sandra de Sá Carneiro enuncia:

As favelas existentes nesses bairros são encaradas como as áreas mais degradadas por parte de todos os seus moradores, que nesse ponto repetem a propalada dicotomia entre o asfalto (moradores de habitações regularizadas, tais como prédios e casas com título de propriedade) e a favela (comunidade de baixa renda, habitantes de barracos e outros tipos de moradia precária), já desenvolvida por pesquisadores como Zaluar e Alvito (1998) (CARNEIRO, 2009, p. 222).

Moscovici reflete sobre as consequências do ato de classificação, alertando para suas consequências no plano social: além de dar sentido às diferenças e semelhanças, atribuindo-lhes valor, a classificação instauraria uma hierarquia entre os indivíduos, com reflexos nas práticas sociais:

[...] Classificar é uma operação inocente no plano intelectual, mas perigosa no plano social. A [...] classificação [...] prescritiva, tende a dar um sentido legítimo às diferenças e semelhanças, a carregá-las de valor. [...] implica uma atitude, *instaura* uma hierarquia entre os indivíduos, permite ou proíbe relações. [...] Poderíamos dizer que ela define não apenas o *status* do indivíduo no seio do grupo, mas também o *status* do grupo no seio dos indivíduos. Essas duas taxinomias não poderiam ser separadas, e não é fácil, quando a ocasião se apresenta, escolher uma ou outra. [...] Os homens não representam apenas a si próprios, aos seus semelhantes; eles atualizam essas representações. Na vida real, eles os põem objetivamente no palco, de modo que cada categoria se torna um ator efetivo da vida em comum. (MOSCOVICI, 2005, p.24-25)

Discorrendo sobre as práticas decorrentes das representações e da importância da classificação nesse processo, Moscovici prossegue em suas reflexões ressaltando que, segregações difusas, decorrentes da existência de aversão e temor a um determinado objeto, tendem a agravar-se na proporção em que a distância dele se torne menor, levando a reações de distanciamento sistemáticas por parte daquele que classifica, distingue, separa:

[...] O aspecto mais impressionante dessas práticas é ressaltar até que ponto a classificação dos indivíduos, que os aproxima e os marca, é importante. É essa classificação que traça uma fronteira, indicando com quem se deve ou não entrar em contato, e cria um objeto que seria de aversão e de temor. [...] Essas práticas têm uma repercussão comprovada no campo social. Elas prolongam na casa e na vida diária, as segregações difusas [...] E seu aspecto se faz tanto mais intenso, minucioso, obsessivo, quanto mais a distância se torna menor e mais uns se aproximam dos outros. Isso significa que todo gesto, todo encontro, deve estar a serviço de uma distinção, deve restabelecer uma separação das classes reconhecidas. Assim, só se consegue isso por uma densidade quase maníaca das condutas desse gênero, uma vigilância sem falha.” (MOSCOVICI, 2005, p.24-25)

Essa questão adquire especial relevância em contextos sociais urbanos como os do Rio de Janeiro em que moradores de bairros nobres e tradicionais convivem muito proximamente com as favelas que se instalaram nos morros que os circundam. É o caso de Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Tijuca. Nesses espaços, o estranhamento tende a ser maior, em virtude da pequena distância física que separa as duas realidades tão díspares, o que leva a uma convivência que o asfalto, em regra, prefere evitar. Esse quadro se agravou consideravelmente com a instalação dos traficantes nesses morros.

Sistemas de classificação social são inerentes às sociedades humanas. Como Carneiro e Sant'anna (2009, p. 221) puderam observar, no contexto carioca existe um sistema de classificação especial, do tipo territorial, “a partir do qual os habitantes da cidade do Rio de Janeiro atribuem significados a si mesmos e aos grupos que os rodeiam.” Assim, Zona Norte é considerada menos “chic” que a Zona Sul. Barra da Tijuca é bom, mas é lugar de emergente. “In” mesmo, seria a Zona Sul.

Essa hierarquização seria tão forte na cidade, que também se reproduziria entre as favelas dessas zonas. Por um critério de classificação interno, ocorreria uma divisão simbólica, em que “a polarização Zona Sul/Zona Norte se sobrepõe à dicotomia asfalto/favela”, com o segundo pólo sendo situado abaixo do primeiro, em um processo de hierarquização levado a cabo dentro da mesma categoria:

No entanto, é preciso frisar que morar em favela não significa sempre a mesma coisa; assim, na visão de um morador do morro Pavão/Pavãozinho, em Ipanema/Copacabana, por exemplo, ele “moraria melhor” que um morador da favela do subúrbio de Vigário Geral, pois de alguma forma ele se sentiria partícipe do polo Zona Sul e portanto da modernidade a ele referida. Assim também se poderia entender a rejeição de um habitante da favela do Chapéu Mangueira, no Leme, ao subúrbio do Méier, segundo ele um lugar longínquo e perigoso, que não se sente atraído a freqüentar pois essa localidade está identificada com o outro pólo, ou seja, o da Zona Norte, menos valorizada no mapa geral da cidade. Além disso, paradoxalmente, o subúrbio nessa visão estaria identificado [pelos moradores das favelas da Zona Sul] como uma praça de guerra. (CARNEIRO; SANT'ANNA, 2009, p. 223)

Morar em favela se refletiria, também, na forma como o favelado se perceberia e se comportaria, ou seja, refletindo os códigos que entende prevalecer na favela ou que acha que são atribuídos ao favelado pelos moradores do asfalto:

Conheci um homem do norte que dizia que o maior orgulho dele era ter tantos filhos. Hoje as filhas dele moram num quartinho no porão. Vão crescendo naquela vida devassada. Falar palavrão para elas é igual dizer “papai, mamãe”. Se prevalecem de ser favelado e dizem: “Sou favelado. Favelado é assim.” [Otília] (O’GORMAN, 1984, p.48)



Para Moscovici (1978, p.26), “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Vincula-se, portanto, à forma como o indivíduo percebe o objeto, o outro, a si mesmo e como responde a essa percepção. Também é determinante nos processos comunicacionais que os indivíduos estabelecem a partir desses conhecimentos, reproduzindo as representações, consolidando-as, alterando-as, substituindo por outras. São processos contínuos, que acompanham a dinâmica da sociedade, ora reafirmando noções, ora modificando-as.

#### 4.5.4 A favela é do bem

O esforço do poder público em ressignificar as comunidades ocupadas, inserindo-as no contexto geral da cidade (formal), é registrado em diferentes momentos da cobertura do processo de ocupação da Rocinha e prossegue ao fim desse período. As autoridades apresentam as favelas pacificadas como territórios diferenciados, livres da violência, aptos a receberem visitantes. Por isso, os convidam a subir os morros e a integrá-los à cidade:

Esperamos que as pessoas venham aqui, assim como a gente veio. Que visitem, que incluam este lugar dentro da cidade. É até difícil entender como um lugar tão bonito, tão perto do metro quadrado mais caro do mundo, tenha ficado tanto tempo dessa forma. É difícil achar uma explicação para isso – disse o secretário. (O Globo, primeira página, 16 de novembro de 2011)

Michel de Certeau (2009) escreve que relatos são práticas do espaço e que estruturas narrativas equivalem a sintaxes espaciais. Essas estruturas regulam as mudanças de espaço ou de circulação, colocando-os em séries lineares ou entrelaçadas, formando caminhos. Nas reportagens analisadas, o discurso das autoridades do Rio de Janeiro no sentido de conclamar os cariocas a conhecer as favelas e as reconhecer como espaços da cidade, reflete a noção de Certeau (2009): o que esse discurso pretende é propor um caminho, é colocar em série linear o percurso “cidade – favela” (e “favela – cidade”), ao mesmo tempo entrelaçando os dois espaços para que sejam percebidos como uma coisa só.

Certeau (2009) ressalta que lugares podem ser representados por modalidades, que teriam a função de precisar o tipo de passagem de um lugar ao outro - epistêmica, alética, deôntica -, variando em função da noção que estaria por trás do relato. No discurso das autoridades do Rio de Janeiro retratados nas reportagens analisadas, é possível perceber uma outra modalidade, que poderia ser classificada como “prescritiva”, uma vez que se volta para motivar uma ação, destina-se a orientar práticas, alterar comportamentos. Considerando que “leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito” (CERTEAU, 2009), o que os discursos analisados pretendem é propor uma nova leitura desses contextos antes estigmatizados.

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um ‘suplemento’ aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam. (CERTEAU, 2009)

Menos de uma semana depois da ocupação, a Rocinha recebeu visitantes ilustres, com planos para a comunidade: dança e esportes. A diretora do Teatro Municipal, Carla Camurati, acompanhada da mulher do secretário de segurança, José Mariano Beltrame e de Rita Paz, assessora de projetos especiais do Rio Solidário (projeto do governo estadual) foram fotografadas pelo jornal enquanto procuravam um local para apresentação de um Balé: “O local deverá ser mesmo a Rua 1 porque ela é um marco simbólico da ocupação da comunidade – afirma Rita Paes [...]”. (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 19 de novembro de 2011, p. 21)

O percurso foi feito em viatura militar e na companhia de policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro), uma das principais tropas envolvidas no processo de ocupação da favela. Entretanto, esse batalhão também é conhecido por episódios de confronto com traficantes nos morros cariocas, situação retratada no *blockbuster* “Tropa de Elite”. Nesse ato, vislumbra-se uma ação de ressignificação do BOPE perante os moradores da Rocinha, desvinculando-o da imagem de violência em favelas, associando-o a projetos sociais.



Figura 19 - Produtoras do Municipal acompanham a mulher do Secretário Beltrame, Rita Paes e Carla Camurati (ao centro) no carro do Bope.

Fonte: O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 19 de novembro de 2011, p.21.

Gustavo Kuerten, o Guga, também marcou presença, participando de atividades com crianças no complexo esportivo da comunidade:

Guga ficou entusiasmado com a paisagem, mas disse ter se surpreendido ainda mais com a alegria dos moradores do local:

- Foi uma visita surpreendentemente positiva. É gratificante ver que os moradores são felizes, apesar de todas as dificuldades. Imagino o que virá agora com o poder público presente e uma situação mais favorável. [...] Quis vir porque essa foi uma conquista emblemática. Um dos grandes desafios agora será usar o esporte como forma de introduzir a cidadania e oportunidades para os moradores – afirmou Guga. (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 19 de novembro de 2011, p. 21)

Guga visitou o Parque Ecológico da Rocinha, onde está previsto a construção de um complexo poliesportivo com a primeira quadra de tênis pública do Rio. O parque em questão foi idealizado em substituição ao projeto original de construção de muros no entorno da Rocinha para evitar o crescimento da favela em direção às matas ainda existentes no local. Essa idéia foi muito criticada por ser vista como uma forma de apartação, de confinamento dos moradores da comunidade:

Outro projeto importante que deve ser concluído em até três meses é o do parque ecológico. [...] Iniciada em 2009, a obra do parque ecológico surgiu como uma alternativa à instalação de muros para evitar o crescimento desordenado da favela. (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 15 de novembro de 2011, p. 10)

Sobre essas medidas culturais do poder público, interessante registrar o ponto de vista de Miguel Lago, criador do *blog* “meurio.org.br”, movimento “apartidário e sem fins lucrativos, com a missão de fazer com que o cidadão possa se envolver efetivamente na construção de políticas públicas.” (O Globo, Segundo Caderno, 24 de agosto de 2011, p. 4). Segundo Lago, a tecnologia digital é uma

ferramenta capaz de motivar a participação dos cidadãos na vida da cidade, facilitando esse processo, pois “quando falamos de participação é bonito, mas nem todos podem ir às ruas de tarde ou cabem num anfiteatro onde esteja rolando um fórum. O ativismo digital rompe com essas barreiras espaciais e físicas.”

Uma das iniciativas atuais do “Meu Rio” em conjunto com a “ApaFunk” seria a de “derrubar a resolução 013, que dá poder à polícia de vetar eventos nas comunidades pacificadas.” Lago ressalta a necessidade de reconhecimento, por parte do poder público, da importância das formas culturais originais das favelas:

Isso [a resolução 013] tem afetado sistematicamente os bailes funk, que são uma manifestação própria dessas comunidades. O governo leva orquestra pra tocar em UPPs, mas não autoriza o funk. UPP não é colonização, é integração, o que implica saber respeitar a diferença. [...] Não podemos confundir cultura com arte: a cultura engloba política, tecnologia, arte. Ela é como concebemos a cidade, o país, o planeta. Precisamos de cidadãos proativos e governos que aceitem essa proatividade. (O Globo, Segundo Caderno, 24 de agosto de 2011, p. 4)

O processo de ressignificação das favelas pacificadas deveria, assim, observar o impacto que as práticas oficiais propostas teriam sobre a essência cultural das favelas, sob pena de caracterizar uma espécie de imperialismo, o que nos leva a refletir sobre as proposições de Foucault sobre as formas de controle social e as diversas instituições (públicas e privadas) envolvidas nesse processo. De fato, ressalta Revel (2011, p. 27), o termo ‘controle’ em Foucault “designa, num primeiro momento, uma série de mecanismos de vigilância que surgem entre os séculos XVIII e XIX e que têm por função não punir o descaminho, mas corrigi-lo e, principalmente, preveni-lo.” O desenvolvimento da polícia e a vigilância da população seriam essenciais no processo de “ortopedia social”.

Toda a penalidade do século XIX torna-se um controle, não tanto sobre o que fazem os indivíduos – isso está ou não em conformidade com a lei? -, mas sobre o que eles podem fazer, do que eles são capazes de fazer, do que estão sujeitos de fazer, daquilo que estão na iminência de fazer. (FOUCAULT, 1999)

Entretanto, o “controle” em questão é visto como positivo e necessário por alguns:

Funk na Rocinha.

Após a retomada da Rocinha, no fim do ano passado, os bailes funk acabaram e passamos a poder dormir nas noites de sexta, sábado e domingo. De duas semanas para cá, os bailes e seus inúmeros decibéis voltaram a atormentar milhares de pessoas nos arredores. No último sábado, retornei à minha residência à meia-noite. A Estrada da Gávea estava policiada, com muitos veículos das polícias Federal e

Militar. Acho que para proteger aqueles que promovem essa balbúrdia, que não deixa ninguém dormir até as 8h! O que nos espera? A morte, talvez, pois a Lei do Silêncio e o direito de dormir não cabem a cidadãos que trabalham e desejam descansar nos fins de semana. [Francisco Theophilo] (O Globo, Opinião dos Leitores, 6 de julho de 2012, p. 8)

Outro episódio que reflete o processo de ressignificação das comunidades pacificadas foi descrito pelo jornal na edição de 16 de agosto de 2012. (O Globo, Rio, p. 14) Desde que foi trazida de Londres, ao final das Olimpíadas de 2012, a bandeira olímpica oficial não para de trocar de mãos. Chegou ao Rio trazida pelo prefeito Eduardo Paes e no dia seguinte já estava em Brasília para que a Presidente Dilma nela pudesse tocar. Em seguida voltou para o Rio, onde foi levada, pelo Governador Sérgio Cabral para o Complexo do Alemão, a fim de que fosse mostrada à população, que pode tocá-la sem luvas, contrariando o protocolo imposto pelo gestor olímpico. Uma cópia da bandeira foi hasteada na comunidade.

Na reportagem intitulada “Agora é com o Rio” (O Globo, Rio, 16 de agosto de 2012), o jornal informa que “Bandeira volta a passar de mão em mão. Em mais uma quebra das regras do COI, adultos e crianças do Alemão tocam no símbolo sem luvas.” Sobre a quebra do protocolo e a escolha do Complexo do Alemão para a apresentação da bandeira aos cariocas, o Governador foi enfático em ressaltar o caráter simbólico do ato, que consolidaria a unificação das “duas cidades”:

- Quando pensamos no Rio como cidade olímpica, pensamos nesse legado. Trazer a bandeira aqui é mostrar que o Rio acabou com o conceito de cidade partida: hoje a comunidade faz parte da cidade. A bandeira que percorreu o mundo hoje está no Alemão. Quem diria isso?

Ressaltando a condição de “pacificada”, a assessoria de imprensa do governador informou em nota que “a mão inocente de uma criança de uma comunidade pacificada só dará mais glória à bandeira”, o que nos remete às reflexões feitas quando se discutiu o rito de investidura e seus efeitos nas representações e práticas sociais.

A própria presença das autoridades nas favelas pacificadas já é, por si só, uma prática simbólica de ressignificação. Ainda recorrendo a CAERTEAU (2009), ressalta-se a diferença entre lugar e espaço. Lugar seria a “ordem [...] segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] uma configuração instantânea de posições” e se vincularia à noção de estabilidade. O espaço, por sua

vez, “é o lugar praticado”, ou seja, é o lugar “animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram” (CERTEAU, 2009, p. 184).

Nas práticas cotidianas os relatos em que se articulam as noções de lugar e espaço, seriam determinados por dois fatores: objetos [que compõem o lugar] e operações [que ocorrem no lugar, envolvendo pessoas e coisas]. As operações especificariam os espaços “pelas ações dos sujeitos históricos”. Certeau (2009) identifica entre essas duas operações um fenômeno que denomina de “passagem”, situações transitórias mas de significativo valor simbólico em que, um objeto ou “uma personagem” seria deslocada de seu ambiente e realocada em outro contexto, alterando-lhe a significação. (CERTEAU, 2009, p. 184)

É o que ocorre quando autoridades do porte do Governador do Estado e do secretário de Segurança seguidamente visitam as favelas pacificadas ou convidam autoridades de outros países e/ou celebridades para lá comparecerem, prática que tem se tornado comum. Essas ações, que Certeau (2009, p. 184) denomina de “ações narrativas”, destinam-se a conferir àqueles espaços outra significação, alterar as históricas associações negativas que se faz da categoria “favela” (pobreza, violência, perigo), ou seja, mudar as representações que se tem dessas localidades: “os relatos efetuam [...] um trabalho que, incessantemente transforma lugares em espaços e espaços em lugares.” (CERTEAU, 2009, p. 85).

Se o processo de ressignificação das favelas é uma novidade para os cariocas, os estrangeiros já estariam imbuídos dessa experiência há muito tempo:

Não é de hoje que eles [os gringos] estão ressignificando as favelas para os cariocas como bem o demonstram os estudos da antropóloga americana Janice Perlman, responsável pela primeira tese sobre nossas comunidades populares, e o diretor francês Marcel Camus, que filmou o Chapéu Mangureira cerca de 50 anos antes de Fernando Meirelles reinventar o cinema brasileiro como “Cidade de Deus”. (O Globo, Rio, A hora da 19ª UPP, Julio Ludemir, “Favela partida”, 13 de novembro de 2011, p. 21)

Turistas estrangeiros que costumavam visitar a Favela da Rocinha em excursões voltaram a transitar pela comunidade ontem durante o feriado da Proclamação da República. [...]

- Quis conhecer a cultura do país. E me surpreendi com a sensação de segurança aqui. Sempre ouvimos falar de tráfico, de violência, mas está bem calmo. Também está mais urbanizado do que eu imaginava, mais do que outros países que visitei da Ásia e da África, por exemplo. [Jeroen Reedyk, holandês] (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p.14)

Patrícia Furtado, guia de turismo, há sete anos trabalha com visita de grupos de turistas estrangeiros na Rocinha. Três dias depois da ocupação, voltou ao local com um grupo de dez europeus. Notando que “A favela estava mais limpa e pairava

um ‘clima de tranquilidade’”, Patrícia ressalta a importância dessas visitas para o processo de pacificação, fazendo coro ao discurso de integração desses territórios à cidade: “Aqui se produz carnaval, futebol, come-se bem, e tudo isso é exportado para o mundo. O que fazemos não é um tour de safári, mas de cultura. Estamos mostrando como as favelas estão integradas à cidade.” (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 16 de novembro de 2011, p.14)

Em outro momento, o jornal registra que “Favelas com UPP são pontos turísticos da vez” e que “Aumento no número de visitantes em algumas comunidades leva moradores a se organizarem para recebê-los” (O Globo, 4 de dezembro de 2011, Rio, Três Anos de Pacificação, p. 22). A fotografia que ilustra a matéria mostra turistas estrangeiros tirando fotografias em uma laje na Rocinha, prática antes terminantemente proibida pelos traficantes locais. Ao fundo, o bairro e a praia de São Conrado:



Figura 20 - Turistas estrangeiros filmam a paisagem no entorno da Laje do Carlinhos, na entrada da Rua 1, na Rocinha.

Fonte: O Globo, 4 de dezembro de 2011, Rio, Três Anos de Pacificação, p. 22.

Na matéria intitulada “Estrangeiros chegam antes dos cariocas” o jornal estabelece uma relação direta entre o fato de o carioca não conhecer a Rocinha e o impedimento imposto pelo crime:

Estrangeiros chegam antes dos cariocas.  
Voluntários de outros países são vistos por todos os cantos da Rocinha.

Yes, nós temos Rocinha. Passados cinco dias da ocupação policial, o carioca ainda não subiu o morro para descobrir cenários que o crime, por tanto tempo, impediu a população de conhecer. Mas lá dentro da favela há sotaques de quase toda parte do mundo. (O Globo, Rio, Rumo à Pacificação, 18 de novembro de 2011, p. 17)

Entretanto, em outro momento, o jornal apresenta uma perspectiva bastante diferente da questão, em que essa relação não se confirma e a favela é rejeitada como um valor em si mesmo:

#### Hipocrisia

As favelas cariocas são vaidosamente exibidas a turistas estrangeiros pelas autoridades como algo de que os cariocas se orgulham. Deveriam escondê-las e se envergonharem por não investirem em habitações populares e transporte público barato para levar a população de seus dignos lares até seus distantes locais de trabalho. [Marco Aurélio Chaves] (O Globo, Opinião Dos Leitores, 24 de agosto de 2012, p. 21)

Os fluxos comunicacionais atuais bombardeiam os indivíduos com um sem número de informações e estímulos. “O olhar, a maneira de perceber o mundo e o outro, e as próprias sensações estão em constante aceleração devido à velocidade das informações. [...]” (MAIA, 2006, p. 117) As informações veiculadas pelo jornal são apreendidas por seus leitores, que as reelaboram, conferindo-lhes novos sentidos, nem sempre complementares ou convergentes aos originais. Não raro, inexistente identificação com as noções divulgadas pela mídia, cujos informes confrontam diametralmente com representações preexistentes. Nessa hipótese, causam tensão e provocam reações que se expressam sob formas diversas, variando de simples comentários com familiares ou colegas de trabalho, a cartas irritadas para o periódico, que as reproduz ou não. As novas tecnologias incrementaram essa interatividade.

O exemplo acima demonstra que o processo de ressignificação das comunidades pacificadas é classificado como uma “hipocrisia” pelo leitor, que demonstra não ter alterado sua forma de perceber as favelas em tempos de UPPs. Para ele, favelas são motivo de vergonha e deveriam ser escondidas dos olhos de todos, em especial, de turistas estrangeiros.

As novas referências propostas pelo paradigma inaugurado com a implantação das UPPs serão submetidas ao crivo da população, que a elas responderá. As autoridades conclamam a todos para que subam os morros, porque eles são da cidade. É possível que múltiplas reações ocorram, sendo de se supor que alguns aceitarão, de pronto, o convite; que outros, discretamente o recusarão,



permanecendo onde estão; que outros tantos preferirão esperar e decidir mais tarde; e que haverá os que se ofenderão com a proposta, e expressamente se manifestarão nesse sentido, como fez o leitor acima. Décadas de estranhamento talvez não sejam superadas sem um período de transição. Entretanto, enquanto houver UPPs, o convite permanece em aberto e subir o morro continuará sendo um percurso possível de ser trilhado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a solução dos problemas do Rio passava pela aproximação, não pelo afastamento das “duas cidades”. Mas para isso, era preciso descobrir e entender os dramas e tragédias: a exclusão, a violência cotidiana, as drogas o tráfico, a miséria. A cidade só poderia ser uma quando se conhecesse o “outro lado” – aquele que antes era percebido pelo carnaval e o samba e que afora o era pela violência (VENTURA, 2010, P. 140).

O Rio de Janeiro mobiliza-se para receber a Copa das Confederações da FIFA (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), eventos que contribuem para consolidar sua imagem como cidade-espetáculo. Atualmente, a cidade não pode mais prescindir dessa adjetivação, visto que todo seu planejamento urbanístico, empresarial e político parte desse conceito.

A noção de cidade-espetáculo construída em torno do Rio de Janeiro acontece não só pela sua generosa beleza natural, mas também por desejos políticos, econômicos e financeiros. Esses desejos motivaram os gestores da cidade, desde o século XIX – e apesar da violência e falta de saneamento-, a voltarem-se para a consolidação dessa imagem e da marca “Rio”, utilizando técnicas de relações públicas. Entre elas destacam-se os eventos e, em especial, os megaeventos.

A urbanização intensiva “foi certamente o fenômeno socioeconômico mais significativo do século XX, tendo provocado mudanças drásticas de todas as ordens.” (FERNANDES, 2008, p. 59) Na vida prática da cidade, as favelas cariocas causam considerável impacto. Configurando-se como bolsões de violência, depreciam bairros, desvalorizam imóveis, tornam-se fonte de medo e insegurança para os moradores vizinhos. Morros tomados por favelas são percebidos como uma afronta à privilegiada cartografia carioca. Sua existência configura-se no imaginário de considerável número de pessoas, como um entrave, um obstáculo no simbólico trajeto discursivo de Cidade Maravilhosa.

Afastada a possibilidade de remoção dessas comunidades em decorrência da legislação que veda essa prática, resta a opção de administrá-las de forma que as consequências negativas possam ser minoradas, em especial, no que se refere a seu impacto na segurança pública.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) fazem parte das iniciativas governamentais para desvincular a idéia de violência do Rio de Janeiro e de fazer aumentar a sensação de segurança de seus moradores e visitantes.

A estratégia proposta pelo Governo do Estado é a gradativa retomada das favelas que se encontram nas mãos dos traficantes, com a ocupação desses territórios de forma permanente pelas UPPs, seguida de ações sociais voltadas para o desenvolvimento dessas áreas e de seus habitantes através do programa UPP Social. Pretende-se, com isso, atender às demandas por serviços públicos e privados, apoiando projetos sociais já existentes, implementando novos, coordenando-os, a fim de otimizar os resultados, conferindo a essas populações estrutura semelhante à encontrada em outras áreas da cidade.

O discurso oficial acerca do projeto expressamente apresenta a intenção de seus idealizadores de ressignificar os espaços ocupados, seja no âmbito do próprio território das comunidades, seja no plano geral da cidade. Com a pacificação dessas áreas, o atendimento às suas demandas prementes, a diminuição da pobreza, a instalação de equipamentos urbanos que facilitem o deslocamento das populações e o acesso às estruturas da “cidade formal”, as autoridades pretendem afastar a noção de que essas áreas são ilhas dentro da cidade, e construir a imagem de territórios que, embora singulares estrutural, cultural e simbolicamente, inserem-se na cidade, devendo ser apreendidos pela população sob esse prisma.

A retomada da Rocinha pode ser considerada como um “marco da política de segurança do estado” (O Globo, editoria Rio, 14 de novembro de 2011, p. 14) e no processo de implantação das UPPs, tendo em vista a expectativa criada em torno da ocupação dessa comunidade e nos desafios que se apresentavam à sua execução.

Após quatro décadas sob o domínio de traficantes, os sentimentos predominantes dos habitantes dessa comunidade, refletidos em seu entorno, eram o medo, a insegurança e a impotência. Nas matérias examinadas observa-se que, após a ocupação, prevalecem o alívio, a esperança, e a confiança. O sucesso da operação consolida, no imaginário social, a noção de que, para o Rio, a hora da virada chegou.

O processo de pacificação das favelas mostrou-se, assim, como fator capaz de alterar os sentimentos e representações acerca da cidade. Também foi capaz de alterar comportamentos. Desta forma, consideramos que o ato de ocupação seguido da atribuição do título de “favela pacificada” constitui-se em verdadeiro rito de instituição, nos termos do que prevê BOURDIEU (2008).

O Globo apropriou-se do termo “pacificação”, replicando-o como um *slogan*. Veículos com a penetração do periódico examinado tendem a se estabelecer como

espaços significativos de consenso em torno de certas políticas públicas, daí a importância de sua adesão a essas iniciativas. No contexto urbano inaugurado pelas UPPs, a pacificação se apresenta como a principal matéria prima utilizada na tessitura de uma malha simbólica que se propõe a unir a cidade, pondo fim à dicotomia “morro” / “asfalto”.

O consumo de bens simbólicos permite que os indivíduos desenvolvam apropriações diferenciadas dos espaços sociais, em um processo comunicacional de construção de identidades e de percepções mútuas. Um novo clima se instaura no Rio de Janeiro, que se renova e se reinventa.

O processo de pacificação, além de devolver aos cariocas extensa área antes sob o domínio de traficantes, fazendo despencar os índices de criminalidade (O Globo, editoria Rio, 27 de novembro de 2011, p. 18), confere à cidade a oportunidade de ressignificar as favelas, espaços historicamente discriminados.

Esse fenômeno já pode ser observado em comunidades pacificadas. Ressalte-se, porém, que essas agora se opõem às não pacificadas, fazendo com que a dicotomia espacial morro/asfalto desloque-se, criando nova contraposição, menos abrangente: morros “não-pacificados”/asfalto, ou seja, com foco nos territórios ainda não ritualisticamente instituídos como livres da violência.

Góes (2011) relaciona três legados intangíveis que serão deixados pelos megaeventos de 2011 a 2016<sup>53</sup>: a) a recuperação da auto-estima do carioca; b) o reforço da marca “Rio” e, c) a construção de uma cultura de planejamento de longo prazo para a cidade, em especial, no âmbito dos governos municipal e estadual.

A cobertura dada pelo jornal ao processo de ocupação da Rocinha aponta para a consecução dos dois primeiros itens. Entretanto, o estabelecimento de uma cultura de planejamento a longo prazo mostra-se, ainda, como questão pendente e indefinida. No que tange ao projeto das UPPs, embora seja percebido como um sucesso, as matérias analisadas registram que a continuidade ou não da iniciativa é uma incógnita no pensamento dos entrevistados. As falas demonstraram o temor de que as experiências anteriores se repitam e que o Estado, após certo tempo, simplesmente abandone os territórios ocupados.

Esse ponto apresenta especial relevância na questão das representações das comunidades pacificadas. Retomando as reflexões de Abric acerca do efeito de

---

<sup>53</sup> O autor refere-se aos Jogos Mundiais Militares (2011), a Rio + 20 (2012), a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

novas práticas sociais nas representações e articulado-as com as reflexões de Flament<sup>54</sup> acerca da “reversibilidade da situação”, pode-se dizer que as noções que se formarem acerca da continuidade ou não do projeto das UPPs ao fim das atuais administrações municipal e estadual, estabelecerá relação direta com a forma como a percepção dos territórios pacificados se dará.

Nos termos dessa teoria, se o projeto das UPPs e as mudanças ocorridas nos territórios pacificados forem tidos pela coletividade como reversíveis, as novas práticas não terão o condão de afetar a histórica representação de favela. Entretanto, se forem vistos como irreversíveis, poderá ocorrer transformações do tipo resistente, progressiva ou brutal, dependendo do grau de confronto ocorrido entre a representação anterior e as novas práticas percebidas pelo ator social.

Para Moscovici (2007) as representações sociais seriam um método de compreender e de comunicar, e a compreensão brotaria da comunicação. Três dinâmicas comunicativas estariam envolvidas no processo: a difusão, a propagação e a propaganda. Esta última teria dupla função: reguladora e organizadora. A função reguladora seria “traduzida pela afirmação e procura do restabelecimento da identidade do grupo, exprimindo sua qualidade de sujeito liberado das contradições que ameaçam seu equilíbrio e sua ação.” (MOSCOVICI, 2012) A função organizadora da propaganda, por sua vez, implicaria “a elaboração adequada do conteúdo das comunicações, a transformação do campo social – de sua representação – numa dada situação.” (MOSCOVICI, 2012)

A análise das matérias pesquisadas permitiu observar que o projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs transformou-se em grande arma de propaganda nas mãos do governo do Estado, que explora o sucesso da medida para tentar minorar o medo que a noção da categoria “favela” inspira, e, com isso, diminuir a sensação de violência experimentada na cidade, deslocando o foco da “cidade violenta” para o da “cidade maravilhosa”.

---

<sup>54</sup> Vide p. 71-73 do texto.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro (org.). *Cidade da informalidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003.
- ABREU, Mauricio de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina. (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.
- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2004.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Abordagem societal das representações sociais. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 3. p. 713-737, set/dez. 2000. Disponível EM: <[www.scielo.br/pdf/se/v24n3/05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/05.pdf)>. Acesso em: ago. 2012.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, Ronaldo. *O bandido e outras histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- ANDREWS, Cristina W. *Emancipação e legitimidade: uma introdução à obra de Jürgen Habermas*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2007
- APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luis C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- ARRUDA, João Rodrigues. *O uso político da Forças Armadas e outras questões militares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 2009.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos humanos: coisa de polícia*. Passo Fundo/RS: Edições CAPEC, Gráfica Editora Berthier, 2003.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.

BARBOSA, Livia. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luis Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BAUDRILLARD, Jean; MORIN, Edgar. *A violência do mundo*. Rio de Janeiro: Anima, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BELTRAME, José Mariano. *Palavras do Secretário*. 2009. Disponível em: <<http://upprj.com/wp/?p=175>>. Acesso em: ago. 2012.

BENCHIMOL, Jaime Lerry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

\_\_\_\_\_. *A modernização do Rio de Janeiro*. In: DEL BRENNA, Giovana Rosso. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *A economia trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BUARQUE, Cristóvão. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA, José Francisco. *Violência na história*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2009.

CABRAL, Sergio. Prefácio. In: ALVES, Ronaldo. *O bandido e outras histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

CACLINI, Nestor Garcia. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muro: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMPBELL, Colim. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001,

CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações populares: contribuições ao estudo das habitações populares*. In: ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.



CHAUI, Marilena; SYLVIA, Maria; FRANCO, Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paes e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*: Rio de Janeiro: Record, 1999.

COGO, Denise; MAIA, João. *Comunicação para a cidadania*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis*: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Ivone Freire. *Polícia e sociedade*: gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.

COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios no Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (org.). *Mídia e poder: Ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

CUNHA, M. C. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DEL BRENNA, Giovana Rosso (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à Globalização*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo de capoeira?: Rio de Janeiro, 1890-1904*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

DIDIER, Carlos. *Orestes Barbosa: repórter, cronista, poeta*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, Mário Sérgio. *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Goiânia: Waldré, 1978

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Edésio. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Morais (org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FERREIRA, Sérgio Guimarães. Segurança pública no Rio de Janeiro: o caminho das pedras e dos espinhos. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FONSECA, Rubem. A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. *Romance Negro e outras histórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ordem do discurso*. São Paulo. Edições Loyola Jesuítas, 2011.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRADE, Laura. *Quem mandamos para a prisão?: visões do parlamento brasileiro sobre a criminalidade*. Brasília: Liber Livros, 2008.

FRAGA, Antônio. *Desabrigo e outras narrativas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

FREIRE FILHO, João. VAZ, Paulo (orgs.). *Construções do tempo e do outro: representações discursivas midiáticas sobre a alteridade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FREIRE FILHO, João (org). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FREIRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2008.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

\_\_\_\_\_. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FREITAS, Gilberto Passos; FREITAS, Vladimir Passos. *Abuso de autoridade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FREITAS, Ricardo Ferreira. *Redes Urbanas: comunicação, arte e tecnologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael (orgs.). *Destinos da Cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. Coleção Comenius.

FREITAS, Ricardo Ferreira; LUCAS, Luciane (orgs.) *Desafios contemporâneos em comunicação: perspectivas de Relações Públicas*. São Paulo: Summus, 2002.

FREITAS, Ricardo Ferreira; OLIVEIRA, Janete da Silva (orgs.). *Olhares urbanos: estudos sobre a metrópole comunicacional*. São Paulo: Summus, 2011.

FRÚGOLI Jr, Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FRÚGOLI Jr, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte : PUC-Minas/Edusp, 2006.

GIRARDI JR., Liráucio. *Pierre Bourdieu: questões de sociologia e comunicação*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

GOES, Felipe. Os grandes eventos de 2011 a 2016 e seus legados para a cidade. In: URANI, André; GIANBIAGI, Fábio. (orgs.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio por Renato Cordeiro Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. (Nossos Clássicos)

\_\_\_\_\_. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GYRÃO, Maria Lucia. *A idéia de justiça em Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: o autor, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições70, 2009.

\_\_\_\_\_. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Trotta. 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. UPPs Sociais: ações para consolidar a pacificação. In: *Rio: a hora da virada*. André Urani e Fábio Giambiagi (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOHLFELDT, Antônio; GOBBI, Maria Cristina (orgs.). *Teoria da comunicação*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

JACKOBS, Gunther; MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito Penal do Inimigo: noções críticas*. 4. ed. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.) *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001. p. 17-44

JUSTAMAND, Michel; MENDES, Lilian Marta Grisolio. *História e representações: cultura, política e gênero*. Rio de Janeiro: Achimé, 2012.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Baurú-SP: Edusc, 2001.

KNIGHT, Frank H. *Inteligência & ação democrática*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.

KUSHNIR, Beatriz; HORTA, Sandra (orgs.) *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana*. Rio de Janeiro: Imago, 2011.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEVY, Ruth. *A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

LIBANIO, J.B. *Ideologia e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

LIMA, Mário Hélio Trindade de. *Exclusão social: representações sociais da pobreza urbana no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2005.

LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina de Souza (orgs.) *Práticas e representações*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008.

LUDEMIR, Julio. *Sorria, você está na Rocinha*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, João. Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais. In: COGO, Denise; MAIA, João. (orgs.). *Comunicação para a cidadania*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.

MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula. *Negociação: como transformar confronto em cooperação*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINO, Luis Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Histórias das teorias da comunicação*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza (orgs.). *Polícia e comunidade: temas e desafios na implantação de conselhos comunitários de segurança*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura: Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 2000.

MOREIRA, Sônia Virginia; VIEIRA, João Pedro Dias. *Comunicação ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987.

NETO, Antônio Fausto. *Comunicação & mídia impressa: estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hacker, 1999.

O'GORMAN, Frances. *Morro, mulher*. São Paulo: Paulinas, 1984.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 10 nov 2011-27 nov 2011.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEREIRA, Carlos Alberto Messenger et all. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain (orgs.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *O terror e a dádiva*. Goiânia: Vieira; Cãnone, 2004.

PERLMAN, Janice E. *O Mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paes e Terra, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.

PINTO, Milton José. *Comunicação & discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PRYSTHON, Angela; CUNHA, Paulo. *Ecos urbanos: a cidade e suas articulações midiáticas*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RADIN, José Carlos. *Representações da colonização*. Chapecó: Argus, 2009.

RAMOS, Celeste (org.). *Mitos: perspectivas e representações*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMOS, Sílvia (Org). *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

REBOUL. Oliver. *O slogan*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

REESE-SCHÄFER, Walter. *Compreender Habermas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICARDO FILHO, Geraldo Sabino. *A Boa escola no discurso da mídia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Censo das Favelas (2009)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://urutau.proderj.rj.gov.br/egprio\\_imagens/Uploads/RD.pdf](http://urutau.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/RD.pdf)>. Acesso em: ago. 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto 41.650, de 21 de janeiro de 2009*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://solatelite.com/cfap/html6/decreto41650\\_21-01-2009.html](http://solatelite.com/cfap/html6/decreto41650_21-01-2009.html)>. Acesso em: ago. 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto 42.727, de 30 de novembro de 2010, que criou as UPPs Sociais. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.emop.rj.gov.br/bs\\_dinamica.asp?id=136](http://www.emop.rj.gov.br/bs_dinamica.asp?id=136)>. Acesso em: ago. 2012.

RIO DE JANEIRO, RJ. Manguinhos. Rio de Janeiro, [20--?]. Disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main\\_bairro.asp?area=039](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=039)>. Acesso em: ago. 2012.

RIO DE JANEIRO, RJ. *Das remoções à célula urbana: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Cadernos da Comunicação*, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

RIO DE JANEIRO In: IBGE Cidade. [S.l.: s. n.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj>>

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ROCHA, Everardo. *Representações do consumo: estudos sobre a narrativa publicitária*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio: Mauad, 2006.

\_\_\_\_\_. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, José Albertino (org): FERNANDES, Florestan (Coor). *Émile Durkheim- Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem das desigualdades entre os homens*. São Paulo: Escala, [s/d]

SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SABATO, Ernesto. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAID, Edward W. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cultura e resistência*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



\_\_\_\_\_. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARGENTINE, Venice; BARBOSA, Pedro Navarro (org.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida posmoderna*. Buenos Aires: Seix barral, 2011.

\_\_\_\_\_. *La ciudad vista: mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

\_\_\_\_\_. *Tiempo presente: notas sobre el cambio de uma cultura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre Literatura Argentina*. Buenos Aires Siglo Veintiuno Editores , 2007.

SASSEN, Saskia (org.) Global Networks. *Linked Cities*. Nova York; Londres: Routledge, 2002.

SCHÄFER, Walter Reese. *Compreender Habermas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SENNET, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Bella Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Luiz Antônio Machado (org.). *Vida sob o cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a Mídia?* 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Octávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMÕES, Roberto Porto. *Relações públicas e micropolítica*. São Paulo: Summus, 2001.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. *Comunicação e ciência: estudos de representações e outros pensamentos sobre a mídia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

- SLATER, Don. *Cultura do consumo & modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- SOARES, Luiz Eduardo; BILL, M.V.; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, Marcos Santana. *A violência da ordem: polícia e representações sociais*. São Paulo: Annablume, 2012.
- SULOCHI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. *Segurança Pública e democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007.
- THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
- THOMPSON, Jonh B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.p
- \_\_\_\_\_. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.
- UNIDADES de Policia Pacificadora: o que são. [2011?]. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=261>>. Acesso em: ago. 2012.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NÚCLEO FLUMINENSE DE ESTUDOS E PESQUISAS, NUFEP, INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, RJ. *Políticas Públicas de justiça criminal e segurança pública*. Niterói-RJ: Ed. UFF, 2003.
- URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio (orgs). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro: 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro; Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003.
- VAZ, Lílian; CARDOSO, Elizabeth Dezouzart. Obras de melhoramentos no Rio de Janeiro: um debate antigo e um privilégio concorrido. In: DEL BRENNA, Giovana Rosso (org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

VELHO, Gilberto. *Mudança, crise e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIAL, Adriana; CAVALLIERI, Fernando. *O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pouso's e o Programa Favela-Bairro*. Coleção Estudos Cariocas, Rio de Janeiro, maio 2009. Disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscaricocas/download/2416\\_o\\_efeito\\_da\\_presenca\\_governamental\\_sobre\\_a\\_expansao\\_das\\_favelas\\_o\\_rio.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscaricocas/download/2416_o_efeito_da_presenca_governamental_sobre_a_expansao_das_favelas_o_rio.pdf)>. Acesso em : ago. 2012

VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso. *Idéia de diversidade e representações sociais*. São Paulo: Annablume, 2010.

VIRILIO, Paul. *Ciudad pánico: el afuera comienza aquí*. Buenos Aires: Éditions Galilée, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos (orgs.). 5. ed. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.